

## *Entre passado e futuro:*

*após um ano de protestos e plebiscito histórico*

**Chile** *avança rumo à*  
**DEMOCRACIA**



## Os múltiplos Brasis em um só Chile

O Chile é um dos países que consegue representar melhor o nosso continente multifacetado. O país andino possui tudo que os latino-americanos tem de melhor como cultura, gastronomia, paixão, riquíssima literatura e imigração em massa.

O problema é que Santiago também nos representa nos fatores negativos, com uma das ditaduras mais sangrentas da América Latina, um conjunto de reformas que foi prejudicial à população mais humilde, ataques ao povo Mapuche e grandes revoltas populares.

A edição temática do Contraponto busca entender, questionar, aprender e mostrar os múltiplos aspectos da nação chilena. A tarefa não foi fácil, devido à grande quantidade de temas e assuntos relevantes que gostaríamos de abordar. Porém, com grande esforço dos alunos do curso de Jornalismo da PUC-SP, conseguimos produzir o jornal, mesmo com a pandemia da Covid-19.

A comparação entre Brasil e Chile é inevitável nesta edição que celebra a parceria entre os dois países. Enquanto Santiago segue punindo os militares que torturaram e mataram milhares de chilenos durante a ditadura que assolou o país de 1973 a 1990, Brasília é governada por um homem que tem o coronel Carlos Alberto Brilhante Ulstra, condenado por sequestro e tortura durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), como herói nacional.

O governo brasileiro nutre certa admiração por um dos períodos mais sombrios da história chilena. A personificação deste carinho é feita pela imagem do ditador Augusto Pinochet, ou melhor, de suas políticas econômicas. Oriundo da Universidade de Chicago, o Ministro da Economia Paulo Guedes morou no Chile durante a ditadura do país andino e elogia constantemente as reformas feitas por Pinochet.

Em plebiscito realizado no dia 25 de outubro, os chilenos decidiram estabelecer uma nova assembleia constituinte. Com 78% dos votos a favor, Santiago altera o texto produzido em 1981, durante a ditadura de Pinochet. Mais da metade da população chilena participou da votação que foi considerada histórica.

A atual constituição chilena é fruto de admiração pelo governo Bolsonaro e sua equipe econômica. Ela tem tendências neoliberais e contribuiu para a enorme desigualdade que assola o país andino.

Os protestos iniciados há um ano, com grande participação da população jovem exigiam uma garantia maior de direitos como um maior acesso à educação, saúde e um sistema de aposentadorias mais adequado. E de novo, o Chile tem a chance de ser um exemplo para o Brasil e para toda a América Latina.

Os dois países têm semelhanças extremamente positivas, como a vasta e abundante literatura e as recentes conquistas no audiovisual. Pablo Neruda conquistou o prêmio Nobel da literatura em 1971 e foi um dos poetas mais importantes do século XX. O Brasil nunca conquistou o Nobel, mas poderia ter levado a premiação para casa com Machado de Assis, Carlos Drummond de Andrade, Jorge Amado, Clarice Lispector ou Cecília Meirelles.

Produções cinematográficas brasileiras e chilenas foram agraciadas com grandes prêmios nos últimos anos. O Chile levou a estatueta do Oscar de Melhor Filme Estrangeiro em 2018 com o longa "Uma mulher fantástica", que narra a história de uma garçonne transexual que sonha em ser uma cantora de sucesso. O Brasil também garantiu prêmios importantes no Festival de Cannes do ano passado, com os filmes "A Vida Invisível" e "Bacurau".

O Chile é um país marcado por extensa imigração. A comunidade palestina no país andino possui 500 mil pessoas, e tem grande influência na economia, política e nos aspectos culturais da sociedade chilena. É possível comparar a grande colônia palestina com a comunidade libanesa no Brasil.

Santiago e Brasília tem muito em comum, mesmo que não queiram. O Brasil é um país latino-americano, mesmo que pouco se considere. O Contraponto visa mostrar os laços que mantemos, as diferenças e as semelhanças que poucos conhecem.

Vamos juntos.



Plano de Incentivo à Pesquisa

**PIPEq**  
PUC-SP

Esta edição especial sobre o Chile recebeu auxílio financeiro do Programa de Internacionalização da Graduação (PIPRINT/G), conforme o edital 7001/2020 da PUC-SP, publicado em janeiro de 2020.

A edição dupla n.126 do Jornal Contraponto é um especial sobre o Chile, produzido com a colaboração da *Universidad Austral de Chile*. Todos os textos foram finalizados em Outubro de 2020.

### PUC PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

**Reitora** Maria Amalia Pie Abib Andery  
**Vice-Reitor** Fernando Antonio de Almeida  
**Pró-Reitor de Pós-Graduação** Márcio Alves da Fonseca  
**Pró-Reitora de Graduação** Alexandra Fogli Serpa Geraldini  
**Pró-Reitora de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão** Marcia Flaire Pedroza  
**Pró-Reitor de Educação Continuada** Silas Guerriero  
**Pró-Reitor de Cultura e Relações Comunitárias** Antonio Carlos Malheiros  
**Chefe de Gabinete** Mariangela Belfiore Wanderley

### FACULDADE DE FILOSOFIA, COMUNICAÇÃO, LETRAS E ARTES (FAFICLA)

**Diretora** Angela Brambillia P. Lessa  
**Diretor Adjunto** Cristiano Burmester  
**Chefe do Departamento de Comunicação** Urbano Nobre Nojosa  
**Vice-chefe do Departamento de Comunicação** Mii Saki Tanaka  
**Coordenador do Curso de Jornalismo** Fabio Cypriano

### EXPEDIENTE CONTRAPONTO

**Editora Responsável** Anna Flávia Feldmann  
**Editora assistente** Ligia de Toledo Saicali  
**Fotografia** Sarah Catherine Camara de Seles  
**Mídias Sociais** Manuela Nicotero Pestana  
**Produção** Raul Vitor

### Editorias

**Cidades** Sarah Catherine Camara de Seles  
**Cultura** Isabella Marinho dos Santos  
**Esportes** Henrique Sales Barros  
**Internacional** Daniel Gateno  
**Moda** Guilherme de Beauharnais  
**Política** Giovanna Colossi

**Revisão** Alexa Reichmann, Beatriz Aguiar, Gabriella Lopes, Giovanna Colossi, Laura Mariano, Manuela Nicotero Pestana, Maria Clara Vieira, Raissa Haddock e Raul Vitor

**Ombudsman** Rute Pina

**Colaboradores** Universidad Austral de Chile – Instituto de Comunicación Social  
Cristian Yáñez Aguilar  
José Arturo Figueroa Günther

**Foto da capa** Plaza De La Dignidad, Ex Plaza Italia – Santiago – Chile  
@guillefotografia

**Projeto e diagramação** Alline Bullara

**Contraponto** é o jornal-laboratório do curso de Jornalismo da PUC-SP.

Rua Monte Alegre 984 – Perdizes  
CEP 05014-901 – São Paulo-SP  
Fone (11) 3670-8205

Ed. Número 126 – Outubro/Novembro de 2020





## Política

Duas faces da mesma moeda: as ditaduras chilena e brasileira.....	4
Relembrar para não repetir .....	6
(Mais) uma greve dos caminhoneiros no Chile .....	8
A luta incansável dos corpos nativos.....	10
América Latina feminista: uma luta distante do fim.....	12
Performance artística das LASTESIS rompe fronteiras.....	14
A Palestina das Américas .....	16
A tarifa que não terminou .....	18
O fotojornalismo como meio de denúncia e repercussão das revoltas populares .....	20

Ensaio de fotos do Chile .....	22
-----------------------------------	----

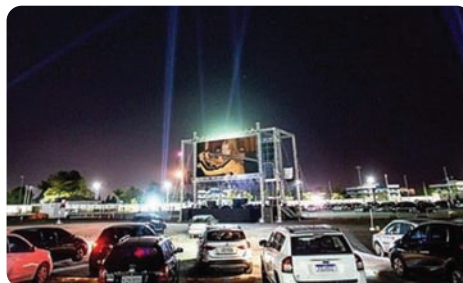
## Economia

Mercosul: um mercado em construção .....	24
Água: as consequências de privatizar um bem natural essencial à vida .....	26
A história econômica do Chile .....	28
As consequências do neoliberalismo e seu impacto na sociedade chilena.....	30



## Moda

Os Estilosos Gigantes da Patagônia.....	32
Agulhas modernas para fios de tradição .....	33



## Cultura e comportamento

A rota do vinho no Chile: tradição, inovação e enoturismo.....	34
Saúde mental na pandemia: as realidades vivenciadas no Brasil e no Chile .....	36
A necessidade da metamorfose chilena no setor cultural.....	38
A graça da (re)existência na literatura chilena.....	40
Quando o Vazio esbarrou com a certeza.....	42
Arica.....	43



## Esportes

Club Deportivo Palestino: 100 anos de futebol, tradição e resistência.....	44
Jorge Sampaoli: El Zurdo de Casilda.....	46

## Editorial Chileno

Nunca fueron 30 pesos .....	48
--------------------------------	----

# Duas faces da mesma moeda: as ditaduras chilena e brasileira

*Como o regime militar e a opressão se desenvolveram em ambos os países sul-americanos e quais são seus reflexos na atualidade*

Por Fernanda Fernandes, Ligia de Toledo Saicali, Sarah Catherine Seles e Tabitha Ramalho

O século XX foi um período marcado pela Guerra Fria, em que os Estados Unidos e a antiga União Soviética disputavam a hegemonia mundial. Neste cenário, os estadunidenses temiam pelo enfraquecimento de suas relações com a América Latina, principalmente após a Revolução Cubana.

A fim de garantir sua influência nos países latinos, os EUA financiaram grupos militares para destituir governos democráticos e agregar mais aliados. Com isso, a América do Sul se tornou palco de muitas ditaduras, como ocorreu no Chile e no Brasil, que sofreram com golpes de Estado e medidas autoritárias.

Com 36,6% dos votos, o primeiro governo socialista sobe ao palanque de forma democrática na América Latina. Salvador Allende iniciou seu mandato como presidente no ano de 1970 e permaneceu no poder até seu suicídio (ou talvez assassinato, como indicam outras teorias), no Palácio de La Moneda em 11 de setembro de 1973. Seu governo foi marcado pela nacionalização do cobre, a ânsia pela reforma agrária e a estatização dos setores financeiros. Tais medidas representavam um risco não só à elite da direita chilena, como também aos EUA.

“Eu não tinha muita idade no período anterior ao golpe militar. Tinha só nove anos quando houve o golpe, mas cheguei à conclusão de que o momento anterior foi uma época com muita polarização política e revoluções comunistas”, relata Bárbara Richards Rojas ao **Contraponto**, chilena que cresceu na ditadura pinochetista e que hoje trabalha com serviços sociais. “Os anos 60 foram bem agitados e com muitas revoltas no mundo todo, no Chile não foi diferente. Durante o governo

do Presidente Allende, aumentou essa polarização e os setores empresariais e conservadores se sentiram muito ameaçados.”

Richard Nixon, ex-presidente dos EUA, realizou um bloqueio de exportações chilenas e patrocinou o jornal *El Mercurio* para que produzisse reportagens contra as reformas políticas e de base propostas por Allende, articulando assim o golpe de Estado que deu origem ao regime de Augusto Pinochet. Com as greves e protestos da classe média chilena se alastrando por mais de um ano, em junho de 1973, o então comandante chefe, General Prats, renunciou, indicando Pinochet ao cargo.

O mandato começa em dezembro de 1974 e se estende até março de 1990. Durante a década de 80, o prolongamento de sua gestão foi promulgado na Constituição em mais oito anos. O plebiscito responsável por determinar a continuação ou não de Augusto Pinochet no poder contou com grande apoio do jornal *El Mercurio* pela sua permanência. Foram feitas campanhas elaboradas sob a alegação de que um novo governo quebraria a economia do país. Conteúdos a favor de Pinochet contaram com grande desenvolvimento artístico e manchetes chamativas, diferentemente de conteúdos contrários ao ditador, que tiveram frases curtas e poucas imagens em espaços pequenos.

“As ditaduras se assemelham muito, porque a ‘caixa pensante’, quem estão organizando esse processo, são os mesmos”, explica Bruno Almeida, formado em História pela UNICAMP, em entrevista ao **Contraponto**. “No Brasil, os militares são formados pela Escola Superior de Guerra, estabelecida em 1948, com instrutores da CIA, que também estão presentes no governo chileno.”

A obra de Daniel Hopehnayn, *Así se Torturó en Chile (1973-1990)*, documenta todas as torturas cometidas na ditadura pinochetista. A violência contra as mulheres foi muito mais intensa, tanto com casos de assédio e estupro entre familiares, como



© MB/GNSTR

Assessores e membros do governo de Salvador Allende são escoltados de forma violenta para fora do palácio presidencial de La Moneda, durante o golpe de estado

formas de fazê-las falar. Os dados divulgados pela Comissão Nacional sobre a Prisão e Política no Chile asseguram que pelo menos 320 mulheres foram estupradas e 11 saíram grávidas das delegacias.

“Na ditadura as pessoas desapareciam, eram torturadas, não havia mecanismos institucionais de controle, a imprensa não era autorizada e não tinha Congresso”, explica Bárbara. “O contexto de hoje é bem diferente, estamos em uma democracia. Mesmo que haja um alto descrédito das instituições, estas existem e podemos recorrer a elas. Tem liberdade de imprensa e, com as redes sociais, as informações fluem mais rápido.”

Ao fim de seu mandato presidencial, em 1990, Pinochet assume o cargo vitalício de senador, sendo apenas indiciado pelos crimes de tortura e violação dos direitos humanos anos depois. Já por meio de vias democráticas, Patricio Aylwin se torna seu sucessor na presidência da República.

Ainda em solos sul-americanos, antes de ocorrer o golpe civil-militar no Brasil, o Estado era presidido por João Goulart. O político gaúcho tinha, entre suas intenções, aumentar os direitos trabalhistas e consolidar a reforma agrária. Em razão dessas propostas, obteve desaprovção das classes média e alta, as quais afirmavam que Jango dava indícios de ideais “comunistas”. Por conta da insatisfação popular com o governo, e da crise econômica enfrentada pelo país, os militares decidiram aplicar o golpe.

A ditadura militar no Brasil iniciou-se no dia 31 de março de 1964. Este período se fixou por 21 anos, e foi marcado pela tortura e censura contra a população que se opunha ao governo. A Comissão Nacional da Verdade comprovou em 2014, após mais

© Angeli



ANGELI



de dois anos de pesquisa, 224 mortos e 210 desaparecidos durante todo o período.

O regime perdurou por cinco mandatos. Ao longo dos anos, cada um dos governantes implantou novas medidas ao país, principalmente no setor financeiro. Na gestão Médici, o chamado “milagre econômico” foi concretizado por meio de ações impopulares e desvantajosas para os trabalhadores, como o aumento das tarifas no setor público e a diminuição salarial. No entanto, após alguns anos, com a crise internacional do petróleo e o aumento das dívidas externas, os indicadores econômicos se mostravam em queda novamente.

Com o golpe de Pinochet, um neoliberal declarado, as estatizações formuladas por Allende foram desfeitas e tudo que era estatal foi privatizado, como escolas e hospitais. Já no Brasil, embora empresas tivessem sido privatizadas, foi mantido o ensino público, o sistema de saúde universal, o INSS, etc.

No âmbito político brasileiro, foram criados 16 grandes decretos que consolidaram medidas como o bipartidarismo, eleições indiretas e a criação de uma nova constituição. Entre os atos institucionais, o AI-5 foi o mais duro e temido. O decreto representou o marco do autoritarismo e inaugurou o período mais sombrio da história recente do Brasil. Por meio do mesmo, o Congresso Nacional foi fechado, a garantia de *habeas corpus* foi proibida em casos de crimes políticos e amplos poderes foram dados ao presidente, entre eles, o de cassar mandatos, interferir em qualquer estado ou município e confiscar bens privados.

Ainda que apresentassem divergências no âmbito econômico, os resquícios da violência militar possuem semelhanças em ambas nações. “Creio que as ditaduras na América do Sul tiveram comportamentos similares e até mesmo atividades coordenadas entre si. Não sei se a do Chile foi a pior”, pontua Rojas.

Apesar de três décadas terem sido completas após o fim da ditadura chilena, sua polícia civil segue padrões de comportamento próprios do período, e age com brutalidade até os dias atuais. “Enquanto no Brasil há o processo de desmilitarização da polícia, é descarada a forma que os carabineiros [como a polícia chilena é chamada] são violentos. Eles atuam nas ruas e cometem abuso de poder, independentemente de estarem sendo gravados por celular ou não”, aponta Almeida.

“A nossa tropa de choque é o uniforme padrão de um carabineiro, eles atuam de uma forma muito violenta. Talvez isso seja relativo à forma de como foi trabalhado o processo de redemocratização do Chile, e talvez [seja] algo vinculado à relação de tempo, já que foi o último [país] a se tornar democrático”, complementa.

Apesar do processo de desmilitarização apontado pelo professor, a herança ditatorial também persiste nas forças policiais brasileiras. O abuso de poder, violência e tortura que foram realizados na época do regime, seguem até hoje e não ocorrem isoladamente. O caso recente de Guilherme Silva Guedes, que, após receber golpes e ser asfixiado pela polícia militar, morreu na zona sul de São Paulo, é apenas um dentre centenas no país.

Entrevistada pelo **Contraponto**, Rosalina Santa Cruz, professora do curso de Serviço Social da PUC-SP, relata como a repressão do período militar no Brasil afetou diretamente. Recifense, permaneceu em Olinda até a sua graduação, ao lado de sua família, que criou Rosalina e seus irmãos com muita liberdade de expressão e pensamento crítico. Em sua casa, sempre recebia o movimento estudantil e colegas alinhados à esquerda.

Já estabelecida no Rio de Janeiro, em 1971, Rosalina foi presa por integrar a Vanguarda Revolucionária Palmares. Ela conta que, quando esteve presa na unidade carioca do DOI-CODI, na Rua Barão

de Mesquita, foi submetida a inúmeras formas de tortura físicas e psicológicas. “A tortura é algo que viola a gente, de uma forma definitiva. É uma experiência-limite”, afirma. “Aqueles rostos, aqueles pontapés, aqueles choques na vagina, tudo aquilo não sai da cabeça”.

Seu irmão, Fernando Santa Cruz – pai do atual presidente da OAB, Felipe Santa Cruz –, também foi preso, morto e tido como desaparecido pelo regime. “Ele tinha acabado de casar, tinha um filhinho de um ano e dez meses, estava cheio de vida e de alegria”, relata Rosalina. “Ele foi ao Rio, no carnaval, encontrar uma liderança da Ação Popular para fazer o encontro entre alguns companheiros que estavam perdidos e a direção da organização. Foi preso nesse dia, e nunca mais soubemos onde ele estava e em que circunstância ele foi morto”.

A professora da PUC-SP aponta que uma das causas que levam brasileiras e brasileiros às ruas para pedirem pela volta do regime militar é a desinformação, tanto no meio midiático, como escolar. “A censura estava, naquele momento, dentro da imprensa. Não havia informação, então, a população não sabia. E quando havia informação, era para nos chamar de terroristas, de comunistas, que queriam acabar com a sociedade”, relata. “Hoje eu dou aula e muitas vezes pergunto para os meus alunos sobre qualquer coisa banal sobre a ditadura, e eles não sabem responder. Porque isso não está nos livros escolares. Não foi algo colocado pras gerações que vieram depois.”

Quando questionada sobre suas perspectivas para o futuro da política brasileira associada aos legados e ensinamentos históricos deixados pela ditadura, Rosalina se mostra otimista e aponta para novos caminhos. “Resistir é preciso”, afirma. “Acho que a gente também tem que aprender com a juventude, com a periferia, com os movimentos populares, uma nova forma de fazer política. E que a gente, que viveu essa História, seja capaz de viver outra.”

## 5 perguntas para César Maia

Ex-deputado federal (PDT e PMDB) e ex-prefeito (PMDB) pelo Estado e cidade do Rio de Janeiro, respectivamente, César Epitácio Maia construiu sua carreira política no Brasil após seu retorno do exílio no Chile. O atual vereador (DEM) do Rio relatou ao **Contraponto** parte de sua trajetória, desde o período da ditadura militar no Brasil e sua vivência no país andino até seus posicionamentos sobre o atual cenário político em relação à democracia.

**Contraponto** Como foi o processo da militância estudantil até o exílio? Quais foram as maiores dificuldades?

**César Maia** Eleição para o Diretório Acadêmico e escolha para representar nos Congressos da UNE [União Nacional dos Estudantes] de 1967 e 1968. Os problemas vieram da repressão num regime autoritário.

**CP** Como foi o processo de exílio e sua vida no país andino?

**CM** Muito favorável. Tive que mudar de curso para Economia,

onde estavam grandes professores. Casei, tive 2 filhos gêmeos, e comecei a trabalhar.

**CP** Como foi “observar” a ditadura brasileira estando em outro país? Ou não era sabido pelo que o Brasil estava, de fato, passando?

**CM** Certamente sabia. Pelo fato de no Chile viverem importantes intelectuais brasileiros, a compreensão da ditadura brasileira se deu com profundidade.

**CP** Atualmente, em muitas manifestações, são vistas pessoas pedindo pela volta da ditadura e do AI-5. Qual sua opinião em relação a isso?

**CM** Uma demonstração de que ainda temos uma democracia incompleta.

**CP** O que o senhor sentiu quando foi preso durante o regime militar brasileiro?

**CM** A sensação de que eu estava no caminho certo.

# Relembrar para não repetir

## A importância da preservação da memória no período pós-ditadura militar no Chile e no Brasil

Por Danilo Zelic, Isabella Pugliese Vellani, Maria Sofia Aguiar e Victoria Nogueira

A preservação da memória histórica, e consequentemente da memória política, é fundamental para a construção de um pensamento crítico. Carla Cristina Garcia, antropóloga e professora da PUC-SP, revela: “Você vai conseguir, a partir da memória e da recuperação do que aconteceu, tentar fazer com que coisas desse tipo não aconteçam nunca mais”.

Ao comparar Chile e Brasil, que tiveram em suas histórias governos autoritários, a professora afirma: “O Chile jamais deixou de preservar a memória do que aconteceu. Vemos que ali, nós temos um povo que tem uma relação diferente com a política. No Brasil nós temos o problema de querer varrer tudo para debaixo do tapete, desde que a ditadura terminou”.

### Conservação da memória chilena

Antes mesmo do decreto do fim da ditadura militar no Chile, a transição para democracia já soava entre a população e o governo. Em 1980, foi promulgada a Constituição que até hoje é vigente no país. Por meio dela, a democracia chilena começou a reascender, porém ainda com explícitos aspectos ditatoriais, por exemplo, o ditador ainda tinha total poder, a repressão e a censura ainda eram comuns e o fim do mandato pinochetista seria prorrogado.

Em outubro de 1988, o povo chileno presenciava mais de perto a democracia: é convocado um plebiscito que derruba a ditadura de Pinochet e é realizada então a primeira eleição presidencial democrática após 17 anos.

Em 1990, Patricio Alwyin Azócar sobe ao cargo de presidente e cria a Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação, um grande marco para a democracia no Chile. Em seguida, em 1992, cria a Corporação Nacional de Reparação e Reconciliação, que reafirmou a relevância de uma conservação da memória e demonstrou respeito aos 2.279 desaparecidos e 3 mil assassinados durante a ditadura chilena, segundo a conclusão do próprio relatório.

Recentemente, em 2003, o então presidente Ricardo Lagos Escobar, cria a Comissão sobre Prisão Política e Tortura, que seguiu esclarecendo a verdade sobre as graves violações que ocorreram no período.

Além da lembrança, homenagem e identidade nacional que a conservação da memória proporcionou ao povo chileno, a resistência também foi despertada. É por meio dela que a nação condena os

atentados cometidos contra a democracia e contra a liberdade pública, temendo que esses se repitam. A premissa dessa luta foi a prisão de Pinochet, em 1998, o que representou uma vitória popular.

O sentimento chileno de resistência ultrapassa ideologias e relatórios. Com transparência em suas ações, a causa repercute até hoje em diversos âmbitos sociais. Um retrato disso é o repúdio de líderes chilenos aos ex-ditadores e apoiadores do regime, diferentemente do Brasil, onde Jair Bolsonaro se mostra a favor do que aconteceu no país de 1964 até 1985 e homenageia os maiores torturadores do período, como Carlos Alberto Brilhante Ustra. Em contrapartida, no Chile, tais posicionamentos não são tolerados. Em 2018, o presidente chileno Sebastián Piñera destituiu o então diretor da Escola Militar, coronel Germán Villarroel, após o mesmo ter homenageado o brigadeiro Miguel Krassnoff, que foi um sequestrador da ditadura de Pinochet.

Outro exemplo ocorreu em outubro de 2019, quando os chilenos reafirmaram seu poder e consciência social e foram às ruas para protestar contra o aumento de 3,75% na passagem do transporte público. A manifestação de estudantes secundaristas, como ficou conhecido o movimento, tomou grande proporção por conta da repressão com que foi recebida, o que recordou a sociedade sobre o que sofreram no período militar.

As medidas de ordem militarizadas demonstraram-se ineficazes para conter a insatisfação popular e o governo buscou, então, ceder a algumas das reivindicações do movimento e mudar o discurso empregado até então.

### Cultura chilena

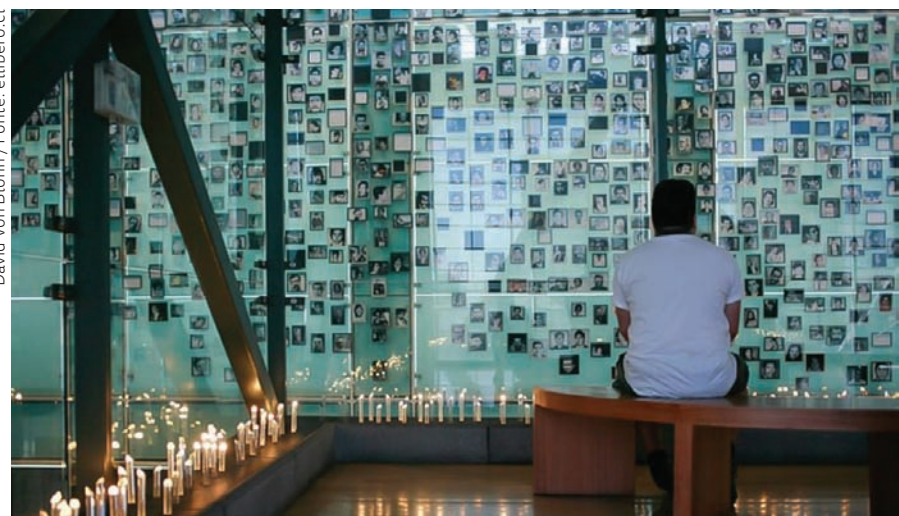
Os museus construídos também são formas de evidência e resistência e são de extremo valor para a população, como o *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos*, *Memorial de los detenidos desaparecidos y ejecutados políticos IV Región* e *Memorial de los Ejecutados y Detenidos Desaparecidos de San Antonio*, entre outros espalhados pelo país.

Além dos museus físicos, vale a existência de uma biblioteca virtual, a *Memoria Chilena*, que também preserva todo tipo de material e documento relacionado ao regime militar de Augusto Pinochet. No entanto, há a criação de um museu que contradiz a persistência pela memória. Em Santiago, o *Museo del Presidente Pinochet*, homenageia o ditador e o retrata como “salvador da ameaça comunista”, o que agrada uma parte da população a favor do período ditatorial.

Mais uma amostra do sentimento de resistência concedido pela conservação da memória foi o alto número de documentários e longas-metragens produzidos que retratam as histórias, dificuldades e angústias da época. O filme “La Frontera” (1991), de Ricardo Larráin, relata a condenação de um professor ao exílio e a sua vivência durante a punição, a qual sempre revive nas memórias das torturas que já sofreu.

Há também o filme “NO” (2012), de Pablo Larraín, o qual conta os bastidores do plebiscito realizado que decidiria o futuro do poder de Pinochet, sendo considerado um filme histórico para o Chile.

David Von Blönn / Fonte: eliberato.cl



Homenagem para os mortos e desaparecidos durante a ditadura militar chilena no Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, Santiago, Chile

“A Espiral”, um ‘filme-dossiê’ dirigido por Chris Marker e Armand Mattelart, foi gravado durante o golpe militar e conta com provas em documentos, entrevistas, recortes de jornal, imagens de arquivo, gravações de vídeo e áudio realizadas de maneira direta. Tinham o objetivo de construir uma consciência histórica, combatendo a visão de que a ditadura corrigiria o possível “caos comunista” no país e denunciando que o governo de Salvador Allende havia sido vítima de um golpe organizado pela direita.



São muitas as maneiras que os chilenos encontraram para resistir e conservar a memória do período mais difícil do país. Steve J. Stern, escritor do artigo “De la memoria suelta a la memoria emblemática: hacia el recordar y el olvidar como proceso histórico (Chile, 1973-1998)”, constata que a memória lhes causa uma sensação de ruptura com o governo militar, pois os próprios foram responsáveis pelos traumas, pela separação de famílias e perdas irreparáveis; o verdadeiro caos. Além de que a memória é uma prova da consciência ética e democrática, que leva a uma identidade nacional e à luta do povo chileno contra qualquer tipo de violação de seus direitos como cidadãos e como seres humanos.

### Conservação da memória brasileira

No campo da memória histórica brasileira, especificamente em relação à ditadura militar, um documento muito importante de conservação e desenvolvimento de pesquisa é o projeto Brasil: Nunca Mais (BNM). Produzido a partir do ano de 1979 e publicado em formato de livro em 1985, foi coordenado pelo então arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, e o Reverendo Jaime Wright, além de ter sido desenvolvido pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e pela Arquidiocese de São Paulo. O relatório denuncia as violações de direitos humanos cometidos pelo Estado durante o período de 1964 a 1985 e foi feito a partir de documentos oficiais produzidos pela Justiça Militar do governo, encontrados por advogados ligados aos coordenadores do projeto.

Como tudo à época, o BNM foi realizado da forma mais cautelosa possível. Para evitar que fosse descoberto, Ricardo Kotscho, um dos responsáveis pela produção do livro, lembra em sua obra “Uma vida de repórter – Do golpe ao Planalto” que “nosso maior desafio não foi resumir toneladas de documentos oficiais, mas fazer isso durante vários meses sem ninguém saber, nem a própria família, por razões de segurança”.

Importante documento que relata os abusos cometidos pelo Estado, o BNM foi um dos vários projetos utilizados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), surgida quase 30 anos depois da redemocratização no país, ocorrida no ano de 1985.

A entidade, responsável por apurar violações de direitos humanos ocorridas entre os anos de 1946 a 1988, é considerada um marco importante do que se entende de memória construída pelo Estado, sendo também um projeto idealizado a partir da pressão popular.

Além da luta da sociedade para o surgimento da Comissão, em 2010, o Brasil foi julgado e condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso



Exposição “436” no Memorial da Resistência, em São Paulo. 436 máscaras representam um morto ou desaparecido político na ditadura militar

da “Guerrilha do Araguaia”. Para Marcelo Zelic, coordenador do Armazém Memória (AM) e também um dos pesquisadores que participou da Comissão Nacional da Verdade, o Brasil agiu com omissão, mesmo com a existência da Comissão. “Eles pautam a questão da CNV como uma forma de encobrir o que eles deveriam efetivamente fazer, que era punir os torturadores”, pontua.

Por outro lado, a existência da CNV ocasionou na criação de outras comissões e formas de conservação da memória no país. Memoriais e monumentos; como o da Resistência, em São Paulo; e o Tortura Nunca Mais, em Recife; são espaços de intermédio entre a história e a sociedade, contribuindo assim para a construção de uma narrativa de resistência. “Os memoriais e monumentos surgiram fruto do trabalho dos familiares dos mortos e desaparecidos, e entidades de direitos humanos associadas a eles. O Chile faz muito mais. Mas o Brasil, historicamente, sempre foi o último a fazer tudo”, acrescenta Zelic.

Diante desse problema, o pesquisador sentiu a necessidade de criar um mecanismo que facilitasse a busca por mais documentos brasileiros: “O Armazém Memória surge em 2001, justamente com objetivo de reunir essa memória dispersa, mostrar e trazer para um ambiente de pesquisa com tecnologia avançada”.

Além de possibilitar a procura em larga escala por esses documentos, a digitalização por meio de inovações tecnológicas serviu também como objeto de estudo para a pesquisa jurídica. “Outro campo muito importante foi o de abrir todo um caminho para essa área jurídica, no campo da justiça de transição, que busca a verdade, a reparação e a criação de mecanismos de não repetição”, ressalta.

Zelic também é um defensor dos direitos dos povos indígenas, e foi um dos articuladores do Relatório Figueiredo – um dossiê superior a 7 mil páginas, que exerceu papel fundamental na elucidação dos crimes contra os nativos entre as décadas de 1940 e 1960. Destaca que “até então, ao se falar de arquivos e da violência na

ditadura, não se incluía os ataques aos indígenas. Atualmente, eles têm sofrido um novo genocídio, implicando novamente no apagamento da memória”.

Ademais, destaca os esforços contínuos que o Armazém Memória mantém na promoção da memória das comunidades: “o que o Armazém faz é juntar uma memória interétnica. O acervo que contém nele ganha outro significado porque contrapõe esse negacionismo que existe hoje no Brasil”.

Na contramão de todos os trabalhos criados em prol da conservação da memória no Brasil, o presidente da República Jair Bolsonaro nunca escondeu o seu

posicionamento pró-ditadura militar e, sempre que possível, exalta o regime. Há no país o negacionismo acerca da ditadura e a tentativa por parte de apoiadores de Bolsonaro de chamar de “Revolução” o Golpe de 1964. “Existe uma contra informação muito grande, baseada em fake news. Isso tudo não tem consistência”, aponta Zelic.

Para a professora Carla Cristina Garcia, a memória histórica da ditadura militar sempre correu o risco de ser esquecida, situação acentuada nos últimos tempos. “Quando você tem um governante eleito que quer comemorar o golpe, manter a lembrança da ditadura é um ato revolucionário”, ressalta.

A memória pode ser lembrada como um dos componentes atrelados à formação da identidade cultural de um determinado povo, gerando símbolos de resistência, a exemplo da canção “Para Não Dizer Que Não Falei das Flores”, de Geraldo Vandré, e, mais recentemente, do projeto “Ruas da Memória” que foi criado com o intuito de renomear logradouros da cidade de São Paulo que, no passado, homenagearam personagens obscuros do regime.

Cabe ainda mencionar que o movimento feminista, por meio da cultura, ressignificou o papel das mulheres durante a ditadura militar. O filme ‘Que Bom te Ver Viva’ é uma prova de que a luta das mulheres se preocupou bastante em registrar o que elas sofreram nos anos pós 1964.

Ao proporcionar o contato entre diferentes gerações, a preservação da memória configura-se como um elemento fundamental da historiografia. A professora salienta: “é preciso que façamos o que puder para poder manter a memória, e principalmente, continuar escavando a verdade de tudo o que aconteceu, para que as próximas gerações não se esqueçam”. Marcelo Zelic conclui: “é necessário mostrar que existem lugares de memória a serem consultados caso as pessoas tenham dúvida, e construir diálogos para que elas possam chegar à conclusão sobre o que é ou não é a ditadura militar.”

# (Mais) uma greve dos caminhoneiros no Chile

*Chile e Brasil – a agitação inerente das paralisações em países tão dependentes do serviço de cargas rodoviário*

Por Iris Martins e Júlia Nogueira

Não é segredo que os caminhoneiros, em todo o mundo, exercem papel fundamental para a manutenção da vida das pessoas. São eles que transportam produtos essenciais como alimentos e medicamentos, portanto, com a falta desse serviço, a população é diretamente afetada. No Brasil, que depende em cerca de 80% dos serviços de transporte de cargas rodoviário, a última greve de caminhoneiros em 2018 entrou para a história, na qual até mesmo aulas tiveram que ser suspensas, pois não havia gasolina nos postos, o que impossibilitou os estudantes de chegarem nas escolas por conta da falta de transporte. Somente quando a escassez de alimentos e produtos começou a se fazer presente nos mercados brasileiros, o país enxergou a importância do trabalho desses profissionais, que na época, reivindicavam pela diminuição do preço do diesel.

© AFP



**Caminhoneiros bloqueiam a Rota 68 em Lo Vásquez, Valparaíso, Chile, em 27 de agosto de 2020**

Situação também enfrentada pelo Chile em 27 de agosto de 2020, quando os caminhoneiros decretaram greve, mostrando mais uma vez a importância de seu trabalho. Os caminhoneiros locais iniciaram uma greve por conta da insegurança no sul de Araucanía. A região centro-sul chilena sofria com o conflito entre os indígenas Mapuche e o Governo Federal. A greve teve início depois que uma menina de nove anos foi hospitalizada devido a um ferimento de tiro ocorrido em um ataque ao caminhão betoneira de seu pai na região. A polícia ainda não conseguiu identificar suspeitos.

O município vem sofrendo diversos ataques a caminhões de transporte e fábricas nos últimos meses. Em entrevista ao **Contraponto**, o caminhoneiro chileno Jose Sebastian Valenzuela de 46 anos, participou da greve, e conta que “a região da Araucanía é a mais pobre do Chile e mais desprezada pelo governo devido ao fato de nessa região haver forte oposição ao Estado. A pobreza e o descaso tornam essa região muito vulnerável para a segurança dos caminhoneiros.

“O ocorrido com a garota foi só mais um dos ataques que sofremos nesses dias que antecederam a paralisação”, explica. Jose também diz que a decisão de parar se deu quando o conflito entre o governo e os líderes Mapuches atingiu a classe caminhoneira, com caminhões sendo incendiados e colocando esses motoristas em risco.

Três dias antes do início da greve, o sindicato deu um ultimato. Em uma entrevista coletiva, Sergio Pérez, presidente da Confederação Nacional de Transporte de Cargas (CNTC), declarou: “Não vamos trabalhar, não vamos abastecer a nação se o Parlamento não compreende claramente que deve remover essas regulamentações urgentes, para entregar as ferramentas ao Executivo e eliminar o grave problema que o Chile tem, em todas as suas formas.”

“Esta greve não é contra o povo Mapuche, mas sim contra as más políticas do governo que nos colocam no meio de um conflito com o qual não temos nada a ver”, disse o caminhoneiro Pedro Galea.

Caminhoneiros estacionaram seus caminhões no meio das estradas, reivindicando por mais segurança na área de Araucanía, possibilitando a passagem de somente alguns veículos. Grupos que defendem os Mapuches confirmaram alguns dos ataques anteriores a caminhoneiros e empresas, relatou a polícia.

O cenário se encontrava bem preocupante, visto a dependência predominante do transporte rodoviário e a falta de produtos alimentícios e médicos, principalmente durante a pandemia do novo coronavírus. A CNTC disse que o Congresso não aprovou as leis desejadas por eles para a garantia de mais segurança. “Exigimos que o Congresso aprove urgentemente [...] as 13 leis relacionadas à prevenção, perseguição e sanção de crimes”, disse a entidade.





© AFP/Arquivos

Caminhões em uma rota no Chile, em 1º de setembro de 2020

O brasileiro Fabiano de Jesus, 42, estava no Chile durante a paralisação e relata ao **Contraponto** como se encontrou no meio de uma greve no Chile: “Para nós brasileiros foi muito difícil, porque estávamos em Puerto Montt que é uma cidade portuária onde faz muito frio, e ficar parado no acostamento por quatro dias não foi muito bom. Foi muito desafiador para nós brasileiros devido à surpresa dos acontecimentos, nós não sabíamos que iria acontecer uma greve ali. Foi muito difícil. É muito difícil qualquer tipo de reação de nossa parte porque não conhecemos as leis do país e também tínhamos medo de como seríamos interpretados caso manifestássemos alguma insatisfação em relação a paralisação. O sentimento foi um misto de impotência, insatisfação, revolta e medo ao mesmo tempo”. Ele também comenta a semelhança com o mesmo cenário no Brasil: “A organização da greve foi muito parecida com a ocorrida no Brasil. Tudo muito sincronizado, com bloqueios em pontos estratégicos das rodovias”.

Devido às mobilizações ocorridas no Chile em outubro de 2019, o governo chileno impulsionou uma lei que aumenta as sanções para quem interromper o funcionamento normal das ruas e rodovias, mas não a aplicou neste caso. “Não roubamos nenhum supermercado, não queimamos municípios, não queimamos igrejas, tratores, caminhões ou qualquer coisa. Esta é uma manifestação pacífica”, relatou José

Villagrán, presidente do sindicato dos caminhoneiros do sul do Chile.

“A revolução social trouxe sentimento de justiça, o povo não está aceitando que continuem as corrupções, montagens e manipulações dos setores acomodados, portanto isso refletiu diretamente na postura frente a essa paralisação”, afirma a professora chilena Scarlett Fontecilla, em entrevista ao **Contraponto**.

A paralisação durou quase uma semana, de 27 de agosto a 2 de setembro, quando finalmente chegaram a um acordo com o governo, após a paralisação ter impactado cidades do sul do país. “Vamos ficar muito atentos para que cumpram o que acordamos. Se não for cumprido, voltaremos às estradas e estacionaremos no meio-fio”, ressaltou Villagrán.

A greve não recebeu muito apoio popular apesar das reivindicações de segurança dos caminhoneiros. Scarlett relembra a greve de 1972 e diz que “A população hoje recusa muito ações que sejam desfavoráveis para as pessoas. Uma paralisação dessas pode desabastecer e gerar uma crise total no país como aconteceu em 1973 com os caminhoneiros, situação que precedeu a ditadura militar de Augusto Pinochet”. A paralisação de 2018 no Brasil também teve dificuldade em angariar apoio do povo brasileiro. Enquanto os caminhoneiros protestavam contra o preço do combustível, a população formava longas filas nos postos de gasolina pagando três vezes o preço do que costumava ser.

## Greve dos caminhoneiros de 1972 e 1973

O Chile tem um histórico semelhante ao do Brasil, sendo um país que também depende em grande parte dos serviços de transporte de carga pelas rodovias. A primeira grande greve de caminhoneiros ocorreu em outubro de 1972, na qual ficaram paralisados por 26 dias, protestavam contra a criação de uma autoridade nacional de transporte. A greve engatilhou outros movimentos grevistas e as estimativas apontam que a paralisação custou cerca de 200 milhões de dólares para o país na época. Atualmente, acredita-se que este valor poderia circular em mais de 1,2 bilhões de dólares.

Na época, o então presidente eleito em 1970, Salvador Allende tentou conversar com os caminhoneiros no final de outubro, mas não obteve um bom progresso. Quase um ano depois, em 1973, cerca de 40 mil caminhoneiros paralisaram o país novamente. O impacto econômico e a instabilidade foram devastadores, o país nem sequer havia se recuperado da greve do ano.

O movimento, inclusive, foi um dos que mais influenciou o golpe de Estado liderado por seu chefe das Forças Armadas, o general Augusto Pinochet. Neste mês de outubro, a “greve patronal”, como ficou conhecida, completa 48 anos. Augusto Pinochet ficou no poder até 1990, cerca de dezessete anos, instaurando no país uma ditadura violenta.

O caminhoneiro Sebastian afirma que a greve de 1972 e a greve atual não devem ser comparadas: “são momentos distintos e que não devem ser comparados com a greve 72. Hoje não temos uma crise institucional, mas sim, de segurança regional. Cabe à nós buscar nossos direitos e tentar mostrar que não somos inimigos de nenhum dos lados”.

O cenário de tensão política no Chile continua. Como no Brasil, greves dos caminhoneiros chamam a atenção popular e do governo. Apesar dessa classe de trabalhadores ser essencial, é fato que o seu reconhecimento não é universal, mesmo que a categoria consiga causar instabilidade e agitação no país com a ausência de seus serviços. Para os caminhoneiros, a luta por seus direitos é interminável, o que faz com que futuras greves não sejam. Sendo um movimento político ou não, os caminhoneiros têm um alto poder de movimentar o país para reivindicar o que precisam ou acreditam. Chile ou Brasil, ambos dependem em grande parte deste serviço e precisam garantir os direitos desses trabalhadores.

# A luta incansável dos corpos nativos

*A conexão entre a história de resistência do povo Mapuche no Chile e dos indígenas brasileiros*

Por Gabriela Costa, Julio Cesar Ferreira e Maria Luiza Marinho

As mazelas que permearam os povos originários na América Latina têm em sua história semelhanças. O Brasil colonizado em 1.500 por Portugal e seu representante: Pedro Álvares Cabral e aliados, traziam da Europa seus princípios etnocêntricos que visavam a exploração da terra nativa, e como consequência ao longo da jornada, propuseram a mudança de comportamentos de culturas indígenas.

As maneiras utilizadas foram diversas: catequização, destruição de culturas, guerras, genocídios, escravidão e torturas. Todas tornaram-se inerentes para que o objetivo de Portugal fosse atingido: o acúmulo de riquezas e territórios.

Os indígenas não podiam utilizar sua língua materna; caso contrário, teriam suas línguas cortadas. Mesmo depois de anos, os povos nativos ainda têm suas vozes silenciadas de forma brutal, como afirma a socióloga, especialista em gênero, raça e estudos religiosos e também indígena, Avelin Kambiwá: “As aldeias tinham que negar a sua identidade para não serem mortas”.

O genocídio e a escravidão foram utilizados como ferramenta para a extração e plantio de elementos da natureza. Os povos indígenas brasileiros viram-se em uma situação que necessitaria de resistência, portanto não recuaram e lutaram com as armas que continham. Entretanto, não conseguiram uma vitória efetiva, pois estavam em uma circunstância vulnerável.

No Chile, não foi diferente. Tudo começou com a chegada dos espanhóis ao território denominado Wallmapu, em 1540, com Pedro de Valdivia à frente da tomada violenta do território, que corresponde atualmente à cidade de Santiago – uma luta que durou quase 200 anos. Até que o povo Mapuche conseguiu derrotar o Império Espanhol, tornando-se o povo originário que conquistou a sua independência. O Tratado de Quilín reconheceu a independência Mapuche em um acordo que foi alcançado por meio de muita luta.

## A luta Mapuche

Os Mapuche são um povo indígena da região centro-sul do Chile e do sudoeste da Argentina. “Somos povos da terra. Na verdade, na nossa língua, é exatamente isso que significa ‘mapuche’:

gente da terra; e é necessária essa conexão” comenta Javiera Peña, estudante de Terapia Ocupacional e nativa mapuche.

Depois de um certo tempo, e após a independência do Chile e da Argentina, esses dois países começam a atacar os nativos novamente. A captura e morte ilegal do povo Mapuche, no Chile, é chamada de Pacificação da Araucania, nome dado pelos colonizadores ao território Mapuche. A Pacificação foi uma ação coordenada que visava tomar as terras que seriam entregues a empresas estrangeiras, principalmente as inglesas. “De pacífico não teve nada”, afirma Javiera. “Falam muito sobre os libertadores do Chile, mas, na verdade, foram libertadores de si mesmos para continuar com os genocídios”.

Atualmente no Chile, os povos originários estão sendo empurrados para territórios denominados “reduções”, que são reservas territoriais inferiores a 5% do que um dia eles povoaram. São terras muito improdutivas, que trazem como resultados a pobreza e um sistema que não sustenta a cultura Mapuche e seu desenvolvimento.

## A luta indígena brasileira

No Brasil ocorre o mesmo. Embora, segundo dados do censo de 2010, haja mais de 305 etnias e 274 línguas indígenas remanescentes, sua preservação cultural e desenvolvimento social estão precarizados por questões como: a falta de territórios, de preservação ambiental e a perseguição sociocultural das práticas indígenas. Essa diversidade de etnias também está inserida em diferentes contextos, visto que cada aldeia se encontra em um território diferente, com uma disponibilidade de recursos variados.

A professora Avelin Kambiwá exemplificou essa pluralidade: “O Nordeste teve



Ane/ Waiã Pataxó e o Cacique da aldeia Pataxó (seu avô). Ahnã ehdũ uĩ pataxi Tibá

um tipo de invasão diferente das invasões em outras regiões do Brasil. O interesse nesse território não era de escravizar os indígenas, mas sim de tomar as terras. Então essa usurpação se deu na forma de genocídio puro”.

Segundo Avelin, esse processo ocorreu por vários séculos até que, em 1988, com a Constituição brasileira já em vigor, o artigo 231 da carta magna assegurava aos indígenas a liberdade de exercer seus costumes, crenças e tradições, bem como a possibilidade de falar seus próprios idiomas, e o direito originário às terras que ocupavam. “A proposta antes de 1988 era de que os povos indígenas fossem integrados à população. Mas, a partir desse ano, nós conquistamos o direito à diferença, o direito de sermos povos tradicionais em qualquer tempo e em qualquer lugar”, contou a especialista. Essa mesma lei garante o direito à terra, cabendo à União demarcar esses territórios e assegurar que eles não sejam invadidos.

## Ensino e resistência Mapuche

Em entrevista concedida ao **Contraponto** Awkan Akün, cozinheiro Mapuche Williche (os Williche são grupos que ocupam o território Sul do Chile e que tiveram, em sua história, inúmeros integrantes que lutaram bravamente contra os espanhóis na área da Patagônia) relata que as principais reivindicações hoje em dia são: o reconhecimento



Bandeira do povo mapuche erguida em ato de protesto



histórico dos danos causados por políticas falhas e do genocídio por parte dos chilenos. Awkan acrescenta ainda que a convenção número 169 da Organização Internacional do Trabalho (que garante proteção à cultura e à terra indígena) seja respeitada; a recuperação do território e proteção do mesmo de empresas multinacionais, que danificam os ecossistemas sem ter reais considerações ambientais; respeito e reconhecimento das suas tradições e modo de vida ligado à terra e a educação de acordo com seus estilos de vida.

Akün pontua que há um denominador comum entre os governos latino-americanos com os povos originários: o descaso. Em sua fala, acrescenta que a relação do povo originário com o governo chileno é péssima, porque há um viés de repressão e militarização contra eles. “Também há um foco em proteger as empresas atuantes que não visam a preservação ambiental, mas apenas o lucro, abandonando a população oriunda do território”, enfatiza.

Em outro momento, Awkan fala como é a sua relação com a luta e a cultura Mapuche, e conta como se conecta com a história do seu povo. “É por meio da cozinha que eu crio consciência”, afirma. Afirma que o papel de cozinhar exerce sobre ele uma ligação com a natureza, com a qual o povo Mapuche tem uma forte conexão. “Tudo o que cozinhamos, vem da terra que nascemos”. O cozinheiro finaliza dizendo que é necessário preservar o meio ambiente e seu território original, para não transformar a sua paixão em cozinhar de maneira sustentável, em algo negativo. “Podemos deixar de comer nossos produtos.”

“A vida na cidade pra quem foi criado no campo, e para o campo, pode parecer um tanto quanto vazia, já que através dos prédios os reflexos são de vultos que correm atrás do tempo perdido, não da água cristalina que reflete quem realmente é. O maior ensinamento que devemos deixar aos nossos filhos é que, na verdade, o que realmente importa, é a terra, cultura, a língua e não os bens materiais” pondera Javiera Peña, nativa mapuche.

### Resiliência e luta dos Pataxós

A estudante de agroecologia, Thyara Pataxó, ressaltou que a demarcação de terras no Brasil é extremamente importante; mesmo assim, ela não acredita que seja o suficiente. “A terra continua pertencendo ao governo. Então, a qualquer momento, o presidente que estiver no cargo pode querer retomar essas terras. A gente não tem garantia de nada”, explica.

A universitária reitera, contudo, que a demarcação é o único meio de evitar invasões de mineradoras e madeireiras, desde que haja fiscalização nessas áreas. “Quando a demarcação não acontece, estamos sujeitos a todo tipo de ataques, seja pelo fogo, pela bala ou pela Bíblia”, afirma.

Thyara, que também é mãe de duas crianças, contou sobre o medo constante

da reintegração, uma realidade possível na aldeia em que vive. “Eu sempre falo para os meus filhos: ‘a gente está aqui hoje, mas, a qualquer momento, podemos acordar no meio da madrugada e estarmos sendo invadidos. Qualquer coisa que vocês ouvirem a noite, apenas corram, nem olhem para trás’”, relata.

Ela ainda compartilhou uma história sobre a reintegração de uma área próxima à sua aldeia e diversos anciões se juntaram para lembrar o processo de habitação do local: “Naquele momento, eu senti que, para a minha permanência dentro do território, eu teria que lutar por ele. Tenho que lutar pela garantia dessas histórias, lutar pelo sangue que já foi derramado”.

A luta indígena vai além da busca por suas terras de direito, envolve também a preservação de uma cultura que foi aniquilada com a colonização. Apesar de se expressarem na língua portuguesa, alguns nativos conservam seu idioma original, como exemplo, o patxohã, que significa “língua de guerreiro” fazendo jus à aldeia e ao povo pataxó. “Sou neta de uma grande liderança, que foi contribuinte para realização da cartilha de patxôha”, relata Ane Kethleen, estudante de fisioterapia da Universidade Federal da Bahia, que também atende por seu nome em Patxohã: Waiã Pataxó.

Ela relembra que quando tinha onze anos e foi à Brasília pedir a demarcação das terras junto com seu avô, o cacique da aldeia: “Lembro de ler em voz alta a carta, morrendo de medo daqueles homens brancos de terno. Algo muito marcante foi a frase ‘será que vou ficar velha e não verei as terras serem demarcadas?’, e ainda me emociona, porque tenho 21 anos e nada mudou”. As indígenas Ane e Thyara se conectam ao afirmarem que: nascer em um corpo indígena, é nascer lutando.

### Elementos decoloniais: símbolo da amizade e proteção

Enquanto os colonizadores europeus usavam joias de ouro, preciosidades, e tudo que brilhava sob o sol, escravos e indígenas (sem acesso a tais materiais) criaram o anel de Tucum – espécie de palmeira comum na Amazônia e um símbolo de suas lutas cotidianas, cuja linguagem

só eles conheciam. Um objeto rústico que simbolizava a amizade entre si, representava pactos matrimoniais e também de resistência na luta por libertação.

O anel de tucum é até hoje um símbolo de luta e a aliança que não deve ser esquecida “acho que hoje tenho mais consciência e faço de tudo para falar da minha cultura, não deixá-la ser contada pelos colonizadores”, finaliza Ane.

Em 2010, os pataxós totalizavam 11.833 pessoas, segundo dados da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Ane, que mora no extremo sul da Bahia, conta sobre a educação em sua aldeia: “Meus irmãos tiveram o privilégio de aprender nossa língua. As crianças pequeninhas já sabem algumas palavras, é lindo de se ver”. Os indígenas Pataxó são nativos brasileiros de língua da família maxakali, do tronco macro-jê, sendo uma das mais de duzentas línguas indígenas sobreviventes no Brasil.

Os mapuche no Chile honram seu nome e estão sempre buscando conexão com suas origens, assim como Javiera revela sua atual busca de identidade e ancestralidade: “sempre que olho pra minha avó, me encontro”. Um dos símbolos mais importantes para os nativos é o colar de Trapelakucha, que usam como proteção ao coração. Javiera mostra com muito orgulho todos os objetos típicos de sua cultura, e com lágrimas nos olhos, estende uma foto e diz: “essa é minha avó, esse é meu povo”.

### O que nos faz irmãos

Romina Parada, militante e líder de um coletivo chileno com mulheres de várias etnias, fala sobre a importância da união dos povos. “O território nativo não deveria estar em disputa”, afirma, e relembra o quanto nossas lutas são parecidas: “acho que isso nos faz irmãos”. Javiera ainda acrescenta: “natureza é preciosa, devemos cuidar do nosso continente”. Romina concorda com essa luta pela paz entre os povos e a natureza.

Como dito pelo ativista e poeta chileno, Victor Jara, em sua canção “*El derecho de vivir en paz*”, um protesto contra ditadura, que aborda as vozes silenciadas pelo regime, tal como a dos nativos e sua cultura são: eles só desejam: “No fundo de todo nosso clamor, o direito de viver em paz”.



Manifestantes posando para foto em frente a estátua

# América Latina feminista: uma luta distante do fim

*Em meio à revoluções sociais, atraso das legislações e conservadorismo histórico dificultam conquistas das mulheres*

Por Eduarda Magalhães, Luíza Feniar Migliosi, Manuela Nicotero Pestana, Sarah Catherine Seles

O movimento feminista brasileiro surgiu no final do século XIX, com lutas pelo acesso e direito à educação por personalidades extremamente significativas, como Nísia Floresta, que fez a tradução do livro “Revindicação dos Direitos da Mulher”, escrito por Mary Wollstonecraft. Com a finalidade de diminuir o abismo que havia no acesso à educação, Nísia também criou uma escola para meninas. Essa luta resultou em mulheres com mais voz, escritoras, donas de jornais que, já no século XX lutavam pelo sufrágio. Segundo a professora de História Contemporânea da PUC-SP, Carla Cristina Garcia, em entrevista ao **Contraponto**, este livro foi o primeiro grito feminista que, fundou o feminismo ocidental.

Sendo assim, o feminismo no Brasil começou a ganhar espaço durante o Estado Novo. Logo após o golpe de 1964, quando foi implantado no país a Ditadura Militar, feministas foram perseguidas e ameaçadas de morte, várias delas tiveram que sair do país, era uma luta diária pela sua sobrevivência e de seus filhos, além da luta pela causa feminista em si.

De acordo com Carla Garcia, muitas pessoas acreditam que o movimento teve início na década de 1970, com a Lei da Anistia – legislação que perdoou crimes políticos e eleitorais cometidos durante a ditadura, e permitiu a volta de exilados ao país. O retorno de algumas mulheres do exílio marca a volta da organização e atuação em movimentos femininos, muito ligados a comunidades eclesiais de base, que continuavam lutando por melhores condições de saneamento básico. No fim dos anos 70, essas ativistas criam o movimento feminista organizado, como os de hoje, os quais começam a ter demandas específicas em relação à condição feminina.

Muitas das mulheres que saíram do Brasil no período ditatorial, tiveram como primeira parada o Chile, país que nove anos depois passou pela ditadura militar liderada por Pinochet. Com isso, é possível dizer que o movimento feminista chileno teve mais tempo para se organizar, já que o Golpe de

Estado ocorreu apenas em 1973. Durante esse período, aconteceram várias manifestações femininas, lutando pela democracia e por seus direitos, mostrando organização, não só na resistência contra o período ditatorial, como também atualmente.

O Chile, nos últimos anos, vem se tornando uma grande referência de movimentos feministas e isso se deu pelo fato de que, de acordo com Carla, o país adotou um modelo neoliberal absoluto, o qual resultou na privatização de todo o sistema, na pauperização extrema, no endividamento e na perda de direitos sociais e trabalhistas da população chilena. Então, no Dia Interna-

por nascer/E nosso castigo é a violência que você não vê”.

Em entrevista ao **Contraponto**, Vanessa Hoppe, advogada chilena, vinculada à causa das mulheres e povos indígenas, atuante na *Asamblea Feminista de Cañete* e da ABOFEM (*Asociación de Abogadas Feministas*), conta que foi uma das participantes que propuseram a criação da assembleia, que nasce para o 8 de março (8M), no contexto da marcha mundial pela comemoração do dia da mulher. “Trabalhar nesse sentido, funciona para conscientizar, visibilizar e alertar sobre o nome, realmente, desse tipo de preconceito e estereótipos” – afirma ela.

A pandemia mudou os planos para as reuniões da organização. Em março, Sebastián Piñera, presidente do Chile, decretou estado de exceção – medida que garante maior controle ao governo – por catástrofe em decorrência da Covid-19. “Com todas as ações de segurança, fizemos a nossa primeira assembleia, propriamente dita, com as pessoas que puderam comparecer e que não eram tantas. Temos espaço para discussão aqui a nível local e espaços feministas. Além disso, participo de um grupo de Constituição, chamado *Grupo Constituyente de Cañete*, que formamos com colegas de diferentes carreiras para poder dar a discussão em torno da questão constitucional antes de uma reforma no Chile, que está planejada para ser aprovada em 25 de outubro”, relata Vanessa.

A principal crítica à Constituição chilena é seu vínculo como herança do regime militar de Augusto Pinochet. Alejandra Burgos, participante do Coletivo Feminista de Curanilahue, em entrevista ao **Contraponto**, aponta que uma das ações da organização é “mudar a Constituição feita por Pinochet, estruturada por sete pessoas, frente essa possibilidade nós nos unimos com força e vamos sair [às ruas] para mudá-la”. Durante as últimas manifestações, os participantes apontavam o papel do Estado nos serviços públicos e nos direitos sociais, as questões relativas à segurança social e à liberdade de educação.

Hoppe também montou um grupo após as eclosões sociais, composto por



Coletivo Viento Feminista apoia nova Constituição por meio das redes sociais

cional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres de 2019, essa onda, que acumulou todas as mazelas deste governo, se esgotou e as mulheres foram às ruas lutar por seus direitos, pelas questões femininas e afim de expor o Estado violador.

Pelo fato da população ter consciência e preocupação com sua história política, o movimento feminista é essencialmente politizado. Ainda segundo a professora, as manifestações de 2019 foram realizadas no *timing* perfeito para que a performance alcançasse o mundo inteiro com o trecho da música cantada pelas manifestantes: “O patriarcado é um juiz que nos castiga



uma socióloga, uma antropóloga, uma enfermeira e um historiador com descendência Mapuche – povo originário do centro-sul chileno –, o movimento promove palestras em conselhos de bairro, programas pró-emprego de trabalhos temporários, entre outros. “Começamos a dar essa palestra para entregar ferramentas e abordar a discussão da Constituição que queremos todos, porque se você entende o que é uma Constituição ou que possibilidade de mudança temos, podemos começar a discussão”, relata. “Eles continuam a fazer o programa por meio das plataformas virtuais, como Facebook e Youtube”.

A advogada também reivindica uma maior autonomia: “Não temos mecanismos de democracia semidireta. Não temos, por exemplo, perguntas e um referendo para poder tomar decisões em nível local e nacional. Temos uma forma de distribuição do país onde tudo é centralizado em Santiago. Também queremos chegar a isso com o feminismo, a descentralização de poder em discussão sobre estados federais ou discutir questões que descentralizam”.

Quando questionada sobre as consequências da reforma, Vanessa declara que espera “que deixemos de ter um Estado subsidiário e que tenhamos um Estado Social de Direito e paridade plurinacional”. Em relação ao movimento feminista, a questão de gênero pretende ter uma adesão orgânica à Constituição, de forma que direitos, como os direitos sexuais e reprodutivos, sejam incorporados à lei maior do país.

Vanessa Hoppe decidiu entrar na causa feminista para utilizar seus conhecimentos do ambiente jurídico, em busca de um conceito de justiça verdadeira que entende o gênero como um aspecto transversal. É uma questão que “permeia uma sentença judicial que muitas vezes se converte em argumentos de sentenças e que, se não os vemos com o prisma de gênero, não podemos perceber o que há para construção prévia que é mais discriminatório e prejudicial para entender os horrores com as mulheres nessa sociedade” – comenta.

Tratando-se dos movimentos feministas e as reivindicações que o circundam desde sua origem, a luta não só pela descriminalização do aborto, mas também pela legalização de sua prática através de uma legislação abrangente e justa que atribua a mulher direitos e autonomia sob sua própria carne. A América Latina, ainda que tenha em foco uma forte ebulição revolucionária no âmbito feminista – e social – nos últimos tempos, também virou palco de constituições e expoentes políticos essencialmente conservadores e, em sua maioria, do sexo masculino. Dessa forma, as mulheres vêm sendo progressivamente destituídas de seus direitos mais primordiais.

A triste volatilidade das conquistas feministas é determinada conforme a conjuntura, alerta a historiadora Carla Garcia: “toda conquista que a gente faz no

movimento, são sempre conjunturais, ou seja, a qualquer momento quando muda a conjuntura política, quando muda a conjuntura econômica, as mulheres são sempre as primeiras a perderem os seus direitos.” Assim, ainda que a legislação do aborto tenha sofrido poucos avanços ao longo dos anos, tanto no Brasil quanto no Chile, a atual guinada de direita vista no mundo, como o bolsonarismo brasileiro ou o conservadorismo de Piñera, dificulta as vitórias sociais no geral, em especial, na legalização do aborto, uma vez que diz respeito a questões, não só políticas, mas também culturais, religiosas e sanitárias.

Quando questionada se há diferenças nas reivindicações feministas dentro da América Latina, Carla Garcia lamenta: “Infelizmente, não”. Analisando o Chile e o Brasil, percebe-se que ambos são marcados por semelhanças históricas – a posição de ex-colônia, a desigualdade social, os anos de ditaduras truculentas, etc. – que afetam o avanço dos movimentos sociais. No âmbito da legalização do aborto, o viés reacionário persiste: “as legislações sul-americanas ou mesmo centro-americanas são muito fechadas, e quase todos os países fazem de tudo para que uma pessoa não consiga fazer o aborto legal” – explica a professora. Ela ainda reitera que, dentro dos cenários políticos conservadores observados na América meridional, ainda que exista um Código Penal que autorize o aborto em situações específicas – como em caso de estupro, risco de vida materno ou acefalia –, a prática ocorre de forma turbulenta e incerta, fruto de pressões sociais. Não é só a legislação que precisa avançar nessa questão, a mentalidade de muitos também permanece limitada.

Resultante da estruturação do movimento feminista, ocorre a organização das mulheres por meio de coletivos. Em entrevista ao **Contraponto**, Carolina Novaes, estudante de jornalismo e participante do Coletivo Feminista Narcisa Amália da PUC-SP, aponta que “ter esse espaço de encontro, de identificação de alguma forma dentro da universidade, para mim, foi muito importante”. A organização em grupos gera um contato com a teoria feminista, com outras experiências e outras mulheres, fortalecendo-as.

O coletivo realiza reuniões para ler e debater sobre a retórica feminista, como forma de suprir a falta da mesma na faculdade. Novaes aponta também que “é necessário entrar em contato com a teoria do feminismo e entender essa ordem

de disputa entre as mulheres, que a gente precisa subverter. O coletivo é até uma forma de sobrevivência mesmo”. E complementa que a junção do conhecimento empírico e o conceitual, é essencial para a compreensão do movimento feminista.

Alejandra Burgos contou ainda sobre as atividades práticas realizadas por elas: “A gente se reúne principalmente para



Ação do Coletivo Feminista de Curanilahue em mural nas ruas da província

© Acervo Pessoal

denunciar a violência machista contra as mulheres que vivem ao nosso redor. Nosso objetivo é lutar contra essas discriminações que sentimos em todas as áreas da nossa vida, [...] para que as mulheres tenham altos cargos dentro das instituições mais importantes do Chile”.

Francisca Rodríguez, do Coletivo Viento Feminista de Lebu, em entrevista ao **Contraponto**, relata que “a ideia do nosso coletivo é criar um espaço seguro para mulheres em situação de vulnerabilidade” e levanta que “o suporte emocional para nós é muito importante e é nisso que focamos mais”. Os movimentos têm papel fundamental no acompanhamento de mulheres em situações críticas e na criação de uma rede de apoio. A empatia feminina é chamada de sororidade, segundo Alejandra, “a sororidade não se compreende até que se viva.”

Para ela, o feminismo tem papel fundamental em sua vida, “aprender todo dia com nossas companheiras, que são lindas, fortes e importantes, tem sido um processo de muito aprendizado para conhecer diversas formas de viver para as mulheres”. Para Claudina Camaño, também participante do Coletivo Viento Feminista de Lebu, “nenhuma mudança social que se faz na sociedade no Chile ou qualquer país da América Latina pode deixar de fora a mulher com seus temas e suas reivindicações”. Catalina Riquelme, companheira de coletivo, concorda e acrescenta sobre o movimento chileno: “É bonito, é forte, porém ainda falta muito, apesar do que já foi feito. É importante que siga vigente e sigamos trabalhando”.

# Performance artística das LASTESIS rompe fronteiras

Como o coletivo feminista chileno chamou a atenção das mulheres ao redor do mundo

Por Anna Beatriz Barreto da Matta, Giovana Yamaki Alves da Silva, Isabela Lago Miranda e Tabitha Ramalho

© Felipe Marín Araya



A nova Plaza de la Dignidad em Santiago

N a semana do dia 25 de novembro, que data o Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher, a canção “Un violador en tu camino” (um estupro no seu caminho, em português), criada pelo coletivo chileno LASTESIS, ganhou as ruas. Essa manifestação fragmentou os limites territoriais e repercutiu no mundo, inclusive, no Brasil. A música fez com que mulheres se unissem corporalmente e em uma só voz para protestar pelos abusos extremamente recorrentes.

Considerado crime hediondo, o estupro é um dos crimes mais violentos a ser cometido. Em razão disso, o artigo 213 do Código Penal Brasileiro declara que é o ato de *constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso*. Sendo assim, há a pena de 6 a 10 anos de reclusão para o criminoso. Contudo, se a vítima for menor de idade ou tiver sofrido lesão corporal, a reclusão é de 8 a 12 anos. Por fim, é decretada prisão de 12 a 30 anos caso resulte em morte.

No entanto, há um prazo em que é possível denunciar. No Brasil, a partir dos 18 anos, tem mais 20 anos para acusar o agressor. Enquanto no Chile, em 2019, foi promulgada a lei que derruba o prazo de prescrição de 5 a 10 anos quando a vítima atinge a maioridade.

Contudo, mesmo diante de leis, o abuso sexual não consegue ser detido, mantendo-se como um crime hediondo frequente. De acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2018, uma mulher é vítima de feminicídio no mundo a cada seis horas. Além disso,

conforme a ONG Transgender Europea, a América Latina é o continente mais inseguro para se viver como mulher, principalmente para as mulheres transgêneros.

Dentro das reverberações da cultura do estupro os homens começaram a enxergar as mulheres como meras reprodutoras e objetos para satisfazer os seus prazeres. Mas não foi de forma pacífica que tudo isso aconteceu, houve muita resistência. No entanto, o estabelecimento da propriedade privada acabou abrindo espaço para a proliferação do patriarcado.

Assim, foi criada a ideologia de que os homens são seres superiores às mulheres e que, por isso, elas dependem deles em todas as esferas da vida. Era tido como normal o ato de pais venderem suas filhas somente para serem estupradas e servirem outros homens. Até mesmo o estupro era mais sexista, porque quando a vítima era o homem, a punição e a indignação eram maiores.

A integrante do coletivo feminista Baila Capucha Baila, Romina Parada, afirma que a polícia é muito agressiva e que as violações sexuais, como estupros, ainda acontecem no país. “Uma amiga minha sofreu assédio pela polícia, eles pediram pra ela tirar sua roupa em uma abordagem. Isso é pura violação sexual”, relata. Parada também conta que, os jatos de água que são atirados nos manifestantes como maneira de controle, contém substâncias tóxicas.

Após muitas denúncias de estupros por parte de policiais em outras manifestações desde outubro, as chilenas resolveram se unir na Plaza de Armas, em Santiago. O objetivo foi denunciar os

abusos e violências sexuais, afirmando que «El violador eres tú» (O estuproador é você), independentemente da região onde estão ou do modo como estão vestidas.

O coletivo feminista LASTESIS é formado por quatro mulheres: Sibila Sotomayor, Daffne Valdés, Paula Cometa Stange e Lea Cáceres. O nome do grupo vem da ideia de performar de forma artística as teses de grandes autoras feministas em multidões. Suas marchas, além de denunciar, conscientizam a população e mostram como o Estado age nesses momentos; ou melhor, a falta de apoio e ação dele.

“O estado opressivo é um estuproador”. As manifestações, que aconteciam há mais de 40 dias, receberam um novo grito, que foi escutado pelo mundo todo. O movimento artístico marcou uma presença única, com música, dança, capuz e vendas; a arte foi uma forma de manifestar toda a repressão machista que as chilenas estão sofrendo.

“E a culpa não era minha, nem onde estava, nem como me vestia”. Paris, Madri, Cidade de México, Nova York e Brasília, são exemplos de cidades que cantaram o hino e aderiram ao movimento.

O grupo de especialistas dos direitos humanos das Nações Unidas pediram proteção às meninas do Coletivo LASTESIS, que foram denunciadas pela polícia local e perseguidas por exercer seus direitos de denunciar a violência que as mulheres chilenas estavam passando. A ONU pediu ao presidente chileno, Sebastián Piñera, para retirar as denúncias que



Funa (manifestações públicas contra uma pessoa ou grupo) à ONU

© Felipe Marín Araya



os carabineros (polícia local) fizeram contra o coletivo feminista. Atrizes hollywoodianas, como Natalie Portman, também assinaram petições apoiando o coletivo.

Reproduzida no Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo, Rio Grande do Sul e diversos outros locais no Brasil, a performance se popularizou aqui graças à similaridade entre a letra e a realidade do país. De acordo com dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), o Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial de feminicídio. Além disso, a cada 11 minutos uma mulher é estuprada (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, FBSP).

Mesmo que a legislação inclua formas de facilitação da denúncia e punição pelo crime através da Lei Maria da Penha e Lei do Feminicídio, é inegável que a resposta das autoridades prejudica o direito das vítimas à ajuda e à justiça, reforçando a verdade na letra “O Estado opressor é um macho estuprador”, motivo por ter sido popularizada desta forma no Brasil.

Thamy Frisselli, integrante do movimento Assembleia Popular pela Vida de Todas as Mulheres do Distrito Federal e entorno, participou da intervenção que aconteceu em Brasília e falou sobre a importância do ato em entrevista ao *Correio Braziliense*: “Não é um movimento apenas feminista. É um movimento feminino. Chamamos todas para, além de participar, que conheçam os movimentos sociais por trás disso tudo, porque é direito e dever nosso cobrar do Estado políticas públicas. E temos feito isso”.

Apesar da letra da música poder se aplicar a diferentes nações, independentemente do contexto, graças a sua crítica ácida da cultura do estupro e dos sistemas que a alimentam, ela foi alterada no Brasil de forma a lembrar Marielle Franco, pauta ainda presente no movimento feminista

#### Coletivo Las Capuchas, Santiago



© Felipe Marín Araya

brasileiro. A vereadora, cujo assassinato continua inconclusivo há mais de 900 dias, foi abordada através de brados de “Marielle presente” e “O assassino dela é amigo do presidente”, além de “Fora Bolsonaro”.

Além de manifestações públicas, muito se falou sobre a música através de redes sociais. Os vídeos da performance feminista chilena viralizaram graças a plataformas de ativismo, como a Mídia Ninja, por exemplo. As pessoas compartilharam suas próprias histórias de assédio a partir de uma adaptação das letras, e o coletivo LASTESIS mobilizou seus seguidores para a realização de protestos a partir de posts em suas redes. Daffne, Sibila, Paula e Lea (fundadoras do grupo) se pronunciaram, em entrevista ao G1, a respeito da repercussão: “Que a performance esteja motivando denúncias é fortíssimo, mas acreditamos que isso deve acontecer. Chega de nos calar, chega de impunidade, chega de agressões sistemáticas”.

Apesar de referir-se ao cenário político chileno, a letra da música “El violador eres tú” fez com que mulheres de diferentes países também se identificassem com a canção. A grande importância da manifestação foi a crítica aos altos números de denúncias de assédios, estupro, feminicídios, de toda a violação sexual e moral que mulheres, não só as chilenas, passaram. As queixas não foram apenas formais, como também foram feitas em redes sociais, a exemplo do Twitter.

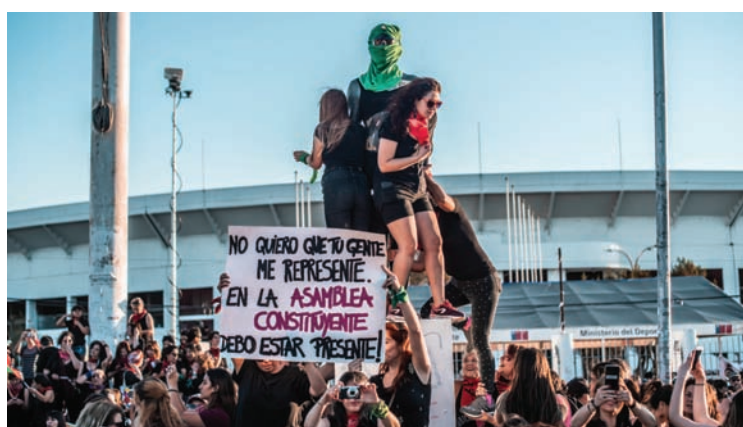
Antes de completar 48 horas de lançamento, a música passou a ser ouvida em cidades como Buenos Aires, Londres, Barcelona, Bogotá, Sydney, entre outras. O que era para ser uma manifestação local, acabou ganhando proporções planetárias.

Na Europa, foi criada uma versão em francês, e as manifestações ocorridas em Paris tiveram como palco a praça da Torre Eiffel. Já em Madri, se dirigiram à Porta do Sol. Outras cidades, como Lisboa e Berlim, também se uniram a performance.

Em Istambul, na Turquia, centenas de mulheres se reuniram para, através da música, denunciar a violência patriarcal sistemática que existe no país. As autoridades turcas, alegando que a letra era “inaceitável”, entraram em confronto diversas vezes contra as manifestantes para dispersar o protesto, e detiveram seis mulheres.

Nos Estados Unidos, em Nova York, a canção foi uma ferramenta para dezenas de mulheres se manifestarem em frente ao tribunal de Manhattan, onde acontecia o julgamento do ex-produtor de filmes, Harvey Weinstein. As manifestantes se fizeram ser ouvidas de dentro da corte, segundo jornalistas que estavam dentro do edifício. Trajadas de preto e com lenços e gorros vermelhos, aproximadamente 60 mulheres de diversas idades cantaram e coreografaram a música criada pelo coletivo LASTESIS; primeiro em espanhol, idioma original da canção, e depois em inglês. Elas protestavam para que Weinstein fosse condenado por seus atos e que a justiça fosse feita para àquelas que foram vítimas do ex-produtor.

A performance, que rompeu as dimensões do Chile e reuniu mulheres ao redor do mundo, aponta a indiferença com casos de estupro e violência contra a mulher. A intenção dos protestos e da canção é de sensibilizar e conscientizar as pessoas para essas questões. E, de acordo com as integrantes do coletivo LASTESIS, a letra procura desmistificar essas crueldades como um problema pessoal, e reforçam que, em seu país de origem, apenas 8% dos casos de estupro resultam em algum tipo de condenação.



© Felipe Marín Araya

#### Las tesis seniors (é um trocadilho sobre as mulheres mais velhas) em frente ao Estádio Nacional

# A Palestina das Américas

*O Chile tem a maior comunidade palestina fora do mundo árabe. A população tem grande influência em diversos âmbitos como economia, cultura, gastronomia, esportes e geopolítica*

Por Barbara Cristina, Daniel Gateno e Isabella Marinho dos Santos



© Wikimedia Commons

Bandeiras do Chile e da Palestina lado a lado

Países de língua árabe foram ocupados pelo Império Otomano, também conhecido como Império Turco, por volta do século XV. Com Primeira Guerra Mundial, no começo do século XX, o Império Otomano foi desestabilizado e a emigração palestina começou. Como a maior parte dos imigrantes, a principal causa para os palestinos partirem foi a constante violência sofrida, que os expulsou de sua terra natal e os fez partir em busca de refúgio. Eles passaram por uma árdua jornada e cruzaram os Andes para se estabelecerem no Chile, onde foram bem recebidos.

Jaime Abedrapo, neto de um imigrante palestino que chegou na década de 1930 e vice-presidente da Federação Palestina, em entrevista para a BBC News, explica “eles foram melhor recebidos aqui, tiveram mais espaço, melhores possibilidades.”

Em 14 e 15 de maio de 1948, um outro motivo fundamental para o êxodo em massa dessa população ocorreu e é chamado de *Al Nakba*, árabe para catástrofe. O termo se refere à fundação do Estado de Israel no dia 14 e fim do mandato britânico na Palestina, na manhã seguinte.

O fim do mandato, que havia sido iniciado em 1923 pela Liga das Nações Unidas, não deixou nenhuma instrução sobre a criação de um Estado para os palestinos. Já a independência de Israel fez com que o Estado fosse atacado por Egito, Líbano, Síria, Iraque e Jordânia, horas depois de sua fundação. Muitos árabes afirmam que, como consequência dessa Primeira Guerra Árabe-Israelense, houve um grande número de expulsões de famílias, que foram impedidas de retornar após a guerra.

O destino dos palestinos, por sua vez, possuía seu modelo econômico baseado na produção agrícola. Direcionando-se para o modo de produção capitalista, o Chile, estava ávido por imigrantes para fortalecê-la e, embora quisesse atrair europeus através da concessão de terras e direitos, foram os árabes e palestinos que se estabeleceram na nação sul-americana. A consequência desse movimento migratório é tão intensa que se estima haver centenas de milhares de palestinos e seus descendentes no país. Um velho ditado diz que “para cada vila no Chile você encontrará três coisas: um policial, um pastor e um palestino”.

Essa numerosa quantidade de pessoas, provenientes do Oriente Médio, optaram pelo comércio e pelo mundo têxtil como forma de ganhar a vida, acarretando em importantes empresas chilenas na

indústria têxtil. As fortunas que foram construídas se ramificaram em diversos tipos de negócio, como financeiro, imobiliário, agrícola e midiático.

Uma das principais razões pelas quais os palestinos precisaram emigrar foi a perseguição religiosa, pois eles eram uma minoria cristã em Belém e seus arredores. No Chile, puderam exercer sua fé livremente, assim, percebe-se que a prosperidade não foi apenas financeira, mas também religiosa.

Outro ponto positivo do país para os palestinos são fauna e flora. Daniel Jadue, prefeito de Recoleta e descendente de imigrantes de Beit Jala explica em entrevista para BBC News: “É simples. Nisso de se lançar ao mundo em uma corrente migratória provocada por traumas, as famílias se instalam em lugares que lembram o território de origem. É engraçado, mas a área central do Chile é muito parecida com as cidades que eles deixaram para trás”.

É possível perceber que a influência que as comunidades têm uma sobre a outra não anula muitas de suas características. Os palestinos preservaram de forma impressionante suas raízes, valores e tradições, pois ainda se vê comidas e músicas típicas preenchendo suas casas. Há certa harmonia na convivência das duas culturas.

Embora a perda idiomática seja um dos fatores negativos decorrentes dessa integração cultural, uma vez que apenas cerca de 2 mil árabes continuam dominando, de fato, a língua, a santiaguina e proprietária de um restaurante de comida palestina, Patricia Eltit, diz “Minha alma é chilena, mas meu coração é palestino”, em entrevista para Agência EFE.



Em entrevista ao **Contraponto**, o diretor executivo do Clube Social Palestino, Anuar Majiful ressalta que a comunidade palestina preserva alguns costumes, porém, a assimilação é inevitável. “Nós não queríamos perder a cultura, mas as novas gerações não falam o idioma e poucas famílias mantiveram isso. Uma das coisas que preservamos foi a comida, e isso é perfeito. E também as músicas”. Essa última, possibilitou que os jovens de descendência palestina, mesmo sem dominar a língua, pudessem criar grupos e orquestras de músicas tradicionais.

“Por mais estranho que pareça, os músicos chilenos que tocam e cantam canções palestinas não falam o árabe”, diz o músico Kamal Cumsille, membro de uma orquestra especializada em canções tradicionais do Oriente Médio, em entrevista à EFE. Cumsille opina que essa ligação ocorre pelo gosto “natural” e sentimental transmitido de pai para filho “o que se reproduz é um certo modo de ser e, portanto, como as sensações e o gosto pela música perduram, os músicos, apesar de não conhecerem a língua, são capazes de interiorizá-la e interpretar”. Afim de criar laços com a cultura de origem, representantes da comunidade fundaram colégios árabes em Santiago, pelo menos três das maiores instituições da cidade são de origem palestina, e no interior do país.

Ao passear pelas ruas do país andino, é possível encontrar restaurantes árabes, definidos assim por possuírem no cardápio comidas típicas do Oriente Médio. Um deles é o Omar Khayyam, situado na comuna da Recoleta em Santiago. “Meus avós maternos e paternos vieram da Palestina em 1917 porque aqui já tinham parentes. Eles sabiam que aqui teriam mais chances de prosperar. Meu pai, que fundou o restaurante em 1969, nasceu aqui, mas morou 11 anos na Palestina. Eles tinham ido visitar a família que ficou lá, mas veio a Segunda Guerra Mundial e não puderam voltar logo”, conta Nimer Saras, em entrevista à BBC. “Há uma explosão de sabores quando famílias chilenas e palestinas cozinham junto”, acrescenta Majiful.

O esporte tem uma grande importância para os imigrantes árabes. Foi por isso, que em 20 de agosto de 1920, o Club Deportivo Palestino, foi fundado. Sua influência atravessa os mares, e une centenas de palestinos em frente a telões para assistirem as partidas. “Sou torcedor do Palestino, tenho camisa comigo e sempre vou no estádio. É um orgulho para todos

nós que nos consideramos palestinos”, conta Farid Diaz, 19, estudante chileno com ascendência palestina, em entrevista ao **Contraponto**.

O Chile possui a maior quantidade de palestinos fora da Palestina, são 500 mil pessoas, de acordo com estimativas de acadêmicos e da própria comunidade. Santiago também abriga outro grupo que tem laços com o oriente médio: os judeus. O país andino tem uma população de 15 mil judeus, a comunidade se instalou no país após o início da perseguição que se instaurou na Europa com início do regime nazista na Alemanha em 1933.

Os dois grupos sociais convivem como chilenos mas discordam quando o assunto é o conflito Israel-Palestina. A comunidade palestina foi contra o plano do premiado israelense Benjamin Netanyahu e do presidente americano Donald Trump de anexar parte da Cisjordânia ao território israelense. “O nosso trabalho como comunidade é defender os nossos ancestrais e também os chilenos de origem palestina que se veem afetados diretamente com essa anexação de 30% da Cisjordânia”, declarou Anadolu Maurice Khamis, presidente da Federação Palestina do Chile no site oficial da entidade.

Os judeus chilenos também demonstraram a sua parcela de incomodo após o Palestino, clube de futebol do país andino, entrar em campo com uma camisa que mostrava o formato do mapa da região do Oriente Médio sem a presença

de Israel. O episódio ocorreu em 2014 e a agremiação foi multada pela Federação Chilena de Futebol.

“As comunidades são amigas quando não falam de política”, revela Diaz. “Eu tenho amigos judeus, existem muitos casamentos entre judeus e palestinos e eles fazem negócios juntos.”

Em entrevista ao periódico alemão *Deutsche Welle*, o sociólogo chileno Isaac Caro afirma que palestinos e judeus tinham uma boa relação nos anos 90. “Os acordos de Oslo ajudaram a criar um vínculo, mas o fracasso nas negociações de paz minou a relação entre os grupos depois do ano 2000.”

As divergências entre as duas comunidades se mostra latente pelo vínculo que ambas têm com a região do Oriente Médio. Grupos ligados a comunidade judaica e a agremiações palestinas oferecem viagens a locais importantes de Israel e Palestina, como Jerusalém, Belém, Nazaré, Ramallah e Tel Aviv. “Quando eu visitei a Igreja do Santo Sepulcro em Jerusalém, a conexão foi instantânea, é um sentimento mágico que só essa região tem”, acrescentou o chileno, que conheceu a Palestina e Israel no ano passado.

O estudante acredita que muitos chilenos de origem palestina têm interesse em aprender árabe como forma de aproximação com a região que abrigou seus antepassados: “Quero muito aprender a língua árabe, o clube palestino oferece vários cursos e espero conseguir aproveitar.”



Mulher segura cartaz em apoio à Palestina

© Abraço Cultural

# A tarifa que não terminou

**Brasil e Chile levaram multidões às ruas em 2013 e 2019; entenda as semelhanças e diferenças dos fenômenos populares que abalaram a América Latina**

Por Amaury Ferreira, Guilherme Dias, Luiza Fernandes e Rafaela Reis Serra

As manifestações populares ocorridas no Brasil, em 2013, e no Chile, em 2019, ambas desencadeadas pelo aumento da tarifa do transporte público, evidenciam uma das semelhanças que os dois países latino-americanos vivenciam cotidianamente. Marcadas por muita truculência policial e repercussão midiática, as manifestações mudaram o rumo dos dois países, os desdobramentos dessa insurreição popular resultaram em um impeachment brasileiro e um plebiscito ocorrido em 25 de outubro deste ano, pelo qual foi aprovada a formulação de uma nova Carta Magna chilena, a ser redigida por uma Convenção Constituinte.

## Brasil 2013

Para entender o início das manifestações no Brasil, é preciso contextualizar o surgimento de outra organização popular: O Movimento Passe Livre (MPL). Pioneiro nas reivindicações de 2013, e centralizador das pautas por mobilidade em diversas cidades do país, o MPL surgiu em janeiro de 2005, em uma Plenária Nacional pelo Passe Livre, na cidade de Porto Alegre.

O **Contraponto** conversou com Gustavo Henrique, professor de filosofia e militante do Passe Livre em 2013, que descreveu o perfil inicial da organização. “Na época, o MPL era visto como uma frente de massas. Ele não era um grupo só compostos de pessoas, era um enlace de várias organizações que reverberam essa ideia de luta pelo passe livre”, explica.

De acordo com Gustavo, as características autonomistas começam a surgir em 2012, quando outras frentes passam a compor o movimento. Para ele, a autonomia foi essencial nas manifestações de 2013, de maneira a radicalizar mais a postura.

O embrião de 2013 começa em uma manifestação organizada pelo MPL. Em 6 de junho do mesmo ano aproximada-

mente 3 mil pessoas participaram do ato na Avenida Paulista. Elas criticavam o aumento de 20 centavos nas passagens de ônibus e metrô. Outros dois dias de protestos deram sequência às reivindicações. Ambos foram marcados por enfrentamentos com a polícia e os manifestantes receberam duras críticas da mídia hegemônica. Estes atos iniciais contaram com a participação majoritária do movimento estudantil e blocos de esquerda.

O próximo dia de manifestação, 13 de junho, levou em torno de 12 mil pessoas às ruas. Essa data é considerada um marco para compreender 2013. “Foi nesse dia que o fotógrafo Sérgio Silva perdeu a visão de um olho e a Giuliana Vallone, que tava comigo, também tomou um tiro no olho. Teve muita truculência e isso acabou movimentando a cidade. Uma parte da população entendeu que precisava ir”, recordou o jornalista Leandro Machado, que cobriu as manifestações daquele ano pela *Folha de S. Paulo*.

Para o internacionalista Aldo Sauda, a forte repressão policial ocorreu em decorrência da Copa do Mundo, que foi realizada no ano seguinte. “Há um legado da Copa. A violência era uma tentativa de abafar os protestos, era um projeto de preparar o país”, avalia Sauda.

As impressionantes imagens de abuso policial com os manifestantes e os ataques a jornalistas viralizam nas redes e atribuíram outra perspectivas aos atos. A mídia hegemônica mudou a narrativa e os jornais do dia seguinte exibiram opiniões favoráveis às manifestações. Com a sua mão de obra em perigo, os veículos da imprensa, dessa vez, repudiam a abordagem policial.

O fotojornalista do *Estado de S. Paulo*, Tiago Queiroz, contou ao **Contraponto** como foi estar na redação naquele momento. “Os jornais criticavam as primeiras manifestações, e a polícia viu nisso um respaldo para a violência. Depois daquelas imagens fortes, a imprensa mudou e percebeu que a truculência do Estado estava exagerada”, ponderou.

Com apoio da mídia, o próximo ato reuniu 300 mil pessoas e se distribuiu pelo Brasil. Foram registradas manifestações por cinco capitais, entre elas, Brasília, onde manifestantes ocuparam a cobertura do edifício-sede do Congresso Nacional.

O aumento dos manifestantes registrou também uma mudança nas reivindicações, que não mais exigiam apenas a diminuição na tarifa, como também, mudanças na classe política, que vinha carregada de reclamações nas áreas da saúde e da educação. A frase “Não é só por 20 centavos” repercutiu entre os manifestantes e sintetizou a aglutinação de muitas insatisfações. Os atos também passam por um esvaziamento político; a bandeira de um movimento “sem partido” passa a ser levantada, afastando-se de seu formato inicial e registrando ataques à organizações e partidos de esquerda.

Após o prefeito e o governador de São Paulo terem decidido abaixar a tarifa, o MPL anunciou que não iria mais participar das manifestações. “Acho que passou a ser uma coisa meio sem nexos. Tinha uma cara de festa, com bandeira do Brasil. Mudou totalmente o perfil, uma classe média direita descontente com a Dilma”, pondera Machado.

Com as novas exigências voltadas para mudanças estruturais, foi iniciada uma oposição à ex-presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). O fato do Brasil ter sido governado pela esquerda foi central para que, a partir de então, fosse percebida uma guinada direita às manifestações.

## Chile 2019

Para o mundo e, principalmente, para o Brasil, o Chile serve como ponto de referência quando se trata do desenvolvimento econômico que o país sofre desde a implementação do neoliberalismo feita pelo general Augusto Pinochet, em 1973. A imagem de país próspero difundida pelo mundo foi confrontada pela série de manifestações ocorridas em 2019.

O despertar da mobilização ocorreu pelo aumento de 3,75% da passagem do transporte público de Santiago, a capital do país, cuja tarifa é uma das mais caras do mundo, segundo a Universidad Diego Portales.

“O aumento da tarifa simboliza apenas 1% da insatisfação da população chilena. Estávamos cansados da desigualdade social que desde Pinochet sempre nos condena a ser deixados de lado”, desabafa a artista plástica chilena María González Cuervo, ao **Contraponto**.

A desigualdade social assola o país. A isso, soma-se problemas na previdência, saúde pública, educação e até mesmo no consumo de bens básicos, como na distribuição de energia elétrica e água. Segundo Marcelo Segura, membro do Conselho Nacional de Televisão do Chile, semanas

© Tiago Queiroz



Polícia atira contra manifestantes em 2013





© Elias

**Manifestação chilena na Praça da Dignidade em 2019**

antes das manifestações, vários ministros fizeram declarações infelizes à imprensa, o que alimentou ainda mais a insatisfação popular. “O Ministro da Economia conclamou os cidadãos a se levantarem às 6 da manhã para pegar o transporte público mais barato”, recorda Segura.

Assim como no Brasil, a abordagem policial foi extremamente violenta no Chile. No período dos protestos, a Subsecretária do Interior do país chegou a reportar 23 mortes até novembro de 2019.

Segundo a ONU, cerca de 18 denúncias sexuais foram registradas durante o levante popular. O preparo policial nitidamente carrega resquícios da era ditatorial de Pinochet. Os princípios coercitivos que instituições militares mantêm em países como o Chile tornam a realidade democrática uma incógnita.

“Nos dias em que participei, muitas vezes senti que iria morrer. A polícia nos cercava para tancar bomba de efeito moral e jatos d’água. Eu conhecia o Alex (Alex Nunes, de 39 anos, morreu ao fazer uma entrega fora do horário determinado para o toque de recolher em Santiago), foi chocante saber de sua morte. Além de tudo, sou uma mulher chilena, a polícia não tinha nenhum tipo de pudor conosco”, compartilhou a artista plástica.

A mítica criada em torno da história desenvolvimentista chilena privou boa parte do mundo de conhecer a decadente face do neoliberalismo. A omissão das desigualdades sociais logradas com o sistema mobilizou a população chilena a lutar por dias melhores. “Eu vejo a aposentadoria da minha vó e o sofrimento que é trabalhar uma vida toda. Acho que o que aconteceu em 2019 foi uma libertação. Queremos um futuro melhor para nós”, termina a chilena.

O comerciante chileno D.T. (não quer ser identificado), acredita que, em sua juventude, enxergava as mudanças no Chile como positivas, porque tinham a esperança de se tornar um grande país. “Acredito que por isso nós fomos tão passíveis a tudo

que aconteceu nas últimas décadas. Algo que acreditávamos ser bom e hoje eles notaram que não é”, explicou.

### Como se assemelham

Para estabelecer semelhanças entre as chamadas Jornadas de Junho de 2013, no Brasil, e os protestos contra o presidente chileno Sebastián Piñera, em 2019, é preciso, primeiro, analisar os fatos que foram o estopim e por quem começaram a ser organizados. Gustavo Henrique, membro do MPL, conta que o envolvimento vem desde os tempos da USP.

Assim, houve uma cisão de alguns membros do PT com o movimento, o que levou à prática dos *black blocs*. Posteriormente, o levante se expandiu a outros setores da sociedade, gerando o MBL. Gustavo também relata que o uso dessa prática foi uma resposta aos policiais que intimidavam alguns manifestantes no campus da USP.

Outro ponto a ser destacado foi a violência durante as passeatas, exercida contra manifestantes e jornalistas. Por conseguinte, no caso chileno, a similaridade está na eclosão dos protestos em meados de 2019, com o aumento da tarifa de metrô de Santiago para 830 pesos foi o limite que os populares chegaram devido às sucessivas medidas impopulares do governo do Chile.

Segura analisa que “o aumento da taxa foi apenas a gota d’água”, e ainda afirma que os levantes começaram a ser organizados por estudantes secundaristas, setores mais populares do contexto social chileno e, à posteriori, por outros segmentos que não possuíam um histórico participativo em manifestações. Em suma, Marcelo também considerou a força policial excessiva e descontrolada, sendo que o exército nas ruas foi um fator determinante para desencadear mais violência. Além disso, ele chama atenção para jornalistas que eram espancados pela polícia durante os protestos.

### Como se diferenciam

Apesar de os dois protestos se originarem de movimentos estudantis que marcaram o renascimento de toda a tradição da esquerda chilena, as manifestações de 2019 “representaram o renascimento de várias gerações de luta do Chile e adotaram um perfil fortemente feminista e de defesa da causa indígena. A bandeira Mapuche passou a ser o símbolo da rebelião”, explica Henrique Carneiro, professor de História da USP.

No Brasil, o MPL e lideranças de partidos de esquerda foram escoraçados, permitindo que o movimento fosse tomado pela direita no país. À época, a esquerda estava no poder e foi sob sua resguarda que aconteceu a repressão policial. Havia uma frustração com as promessas desses líderes.

O internacionalista Aldo Sauda destaca que uma das principais diferenças dos dois movimentos é o contexto político em

que estão inseridos. “A figura do Piñera é um exemplo disto. Ele unifica a sua esquerda enquanto uma oposição, algo impossível no Brasil da Dilma, que adotou uma linha de se chocar e enfrentar os protestos de 2013”, avalia o especialista em relações internacionais. “Lá, quando havia um governo de esquerda e aconteceram a ocupação das escolas no Chile, não houve repressões desta dimensão. O PT se esforçou para criar a dicotomia do manifestante pacífico e do manifestante violento. A construção dessa ideia se materializa na criminalização dos *black blocs*”.

Segura complementa: “Ao contrário do que aconteceu no Brasil, em 2013, o Estado de Emergência e toque de recolher foram decretados pelo Governo Chileno em 2019, enviando o exército para conter os manifestantes. “Diferente da geração do Chile, que viveram a ditadura e, portanto, tinham medo dos militares, as gerações atuais nasceram e viveram na democracia, e não temem as forças militares”.



© Tiago Queiroz

**Manifestantes na Rua General Carneiro em 2013**

### Legado

O plebiscito ocorrido em 25 de outubro deste ano, que aprovou a elaboração de uma nova Constituição chilena, é uma das maiores conquistas desses atos.

No Brasil, as consequências de 2013 foram difusas. As pautas iniciais da redução da tarifa são bem sucedidas, conquistando um congelamento na tarifa por um ano em São Paulo. O MPL também conquistou prestígio nacional e ainda está presente em diversas cidades.

Depois das multidões de 2013, os anos seguintes viram nascer campo das reivindicações populares e o despertar da potencialidade política da multidão, como dito pelo historiador Henrique Carneiro. A grave crise política no Brasil culminou no impeachment de Dilma. As consequências daqueles dias ainda são estudadas, sendo consideradas grandes fenômenos de massas do Brasil.

O professor da USP finaliza que “é o despertar de uma geração que vai às ruas para tentar interferir no seu destino diante da crise da civilização. Há uma onda mundial de mobilizações que, por sua vez, são a resposta à crise econômica de 2008.”

# O fotojornalismo como meio de denúncia e repercussão das revoltas populares

*No centro de manifestações movimentadas, fotojornalistas conseguem capturar de maneira crítica e artística a violência, a esperança, a luta e revolta desses atos*

Por Giovanna Colossi e Sarah Catherine Seles

As redes sociais surgiram por volta dos anos 2000, se popularizaram nos anos seguintes e, desde então, possuem importante papel em atividades políticas. Com o grande potencial de unir pessoas, mesmo que de maneira digital, elas se tornaram essenciais para manifestações sociais dos mais diversos tipos.

Um dos grandes exemplos brasileiros, é a extensa sequência de manifestações que ocorreu em 2013. Conhecidas como Jornadas de Junho, tiveram como estopim o aumento de R\$0,20 no preço da passagem dos ônibus, que logo extrapolou os limites da tarifa e insurgiu em uma revolta política popular geral ao redor do país. A escalada de violência por parte da polícia militar nesses atos foi exposta por mídias contra-hegemônicas criadas na internet, enquanto a pauta era pouco divulgada nos veículos de imprensa tradicionais do país.

Entre o final de 2019 e o começo de 2020, outra ação popular ficou conhecida ao redor do mundo, também através das redes sociais: as manifestações feministas chilenas. O canto “Um estuprador em seu caminho”, criado pelo coletivo LASTESIS, foi entoado em diversas nações, do Brasil à França. As manifestações inseridas no atual contexto de insurreição popular no país, representam, assim como as Jornadas de Junho, a ponta do iceberg de uma crise política e econômica.

Insatisfeitos com os altos níveis de desigualdade e as dívidas substanciais adquiridas para cobrir itens da cesta básica, como alimentação, saúde, educação, habitação e transporte, chilenos que fazem parte da parcela populacional que possui somente 2,1% da riqueza líquida do país (dados da CEPAL de 2017) continuam nas ruas e resistem à violência policial e às diversas violações de Direitos Humanos, que ocorrem desde o início das manifestações, em 18 de outubro. Já é uma das mais longas revoltas populares deste século e conseguiu colocar na agenda política do país um plebiscito, ocorrido em 25 de outubro, que optou pela abertura de um novo processo constituinte.

Para uma sociedade global, em que as imagens são parte essencial da compreensão popular, a cobertura imagética desses atos é essencial para sua própria repercussão. Apesar do clichê, a expressão popular “uma imagem vale mais que mil palavras” traduz bem o trabalho de Júlio César Almeida, Daniel Arroyo e Cristóbal Venegas Vásques. Dois brasileiros e um chileno que

não configuram em listas de fotógrafos renomados e históricos, mas que fazem parte de uma nova leva de fotojornalistas ou fotodocumentaristas que realizam o importante trabalho de registrar acontecimentos espontâneos, como manifestações, protestos e vigílias, eternizando assim, os conflitos da contemporaneidade.

O **Contraponto** entrevistou esses três profissionais para descobrir as semelhanças e diferenças na cobertura de manifestações no Chile e no Brasil.

Cristóbal Venegas, 31 anos, fotojornalista *freelancer* situado em Santiago, já teve seu trabalho publicado no *The Washington Post*, *The Guardian*, *New York Times*, *El País*, *Times*, *La Stampa*, *La Jornada*, entre outros. É anarquista e entende a fotografia de forma sociopolítica. “Participo das manifestações desde pequeno e, quando comecei a fotografar, levei minha câmera para registrar o momento e compreendi que era uma porta para difundir o outro lado da moeda”, afirma. Para o fotodocumentarista, os jornalistas dos meios de comunicação em massa não sabem qual é a realidade das manifestações: “estão atrás

de uma mesa de escritório e não sabem qual é a realidade. Daí vem a minha iniciativa de estar nas ruas e poder mostrar uma outra realidade para que todas as pessoas tenham um outro ponto de vista e não fiquem somente com uma informação que é paga por empresários e capitalistas.”

O relato de Cristóbal se assemelha à forma como Júlio César Almeida começou a cobrir as manifestações e a forma como leva seu trabalho. Após observar que “vivemos em um olhar colonial”, um processo que sempre diz “vamos olhar para as pessoas pretas na tristeza, chorando, levando bala”, resolveu criar seu próprio processo de fotografar, um que não mostre o mesmo ângulo de sempre. Buscou criar sua própria perspectiva com os meios que tinha, chegando, assim, aos seus retratos delicados e fortes. “O processo da fotografia é muito complicado. A fotografia é muito elitista e não é feita para pessoas pretas. Esse processo é muito difícil”, complementa. Júlio conta ainda como procura, em meio aos atos, os retratados: “eu sempre busco imagens que as pessoas não vão buscar”. O foco de seu trabalho é trazer sorrisos, olhares e detalhes para a fotografia.

O fotojornalista Daniel Arroyo, que trabalha para a Ponte Jornalismo, tem

uma forma diferente de descobrir suas fotos nas manifestações em que participa. Como trabalha para um jornal que tem como foco direitos humanos, justiça e violência do Estado, Daniel relata que o seu recorte é sempre da ação policial. E por conta disso, já sofreu e presenciou violência policial durante suas coberturas.

Júlio comenta que a polícia está presente mesmo antes do ato começar, sempre com escudo e filmando o rosto dos participantes e diz que a polícia provoca os manifestantes gerando um clima tenso, que se intensifica no final dos atos. Ele classifica a atitude da polícia como “uma das piores, bem truculenta e sempre muito agressiva.”



Policiais sufocam manifestante

Daniel já foi vítima de armas não letais da polícia militar. Logo após fotografar um manifestante atingido à queima roupa por uma bala de borracha, seu joelho direito também foi atingido. O fotógrafo conta: “o tiro não era pra mim, o tiro era para um manifestante, o PM deu dois tiros nele, o primeiro eu peguei na câmera, tem um vergão escuro da pólvora que ficou na camisa dele e a bala de borracha já caindo. No segundo tiro, o cara [PM] erra e eu estou atrás do cara [manifestante] e ele me acerta. Minha sorte foi que ele abaixou o cano da arma.”

O fotojornalista também denuncia que, em nota, a Polícia Militar afirmou que tinha prestado socorro e que a vítima (ele) estava sendo ouvida, quando, na realidade, a situação foi outra. Precisou ir ao hospital de táxi porque a polícia omitiu socorro.

Em meio à repressão policial, os repórteres não são diferentes dos manifestantes e sofrem com a mesma violência, “dentro da lógica da polícia não existe muita diferenciação na hora da repressão”. “Não é uma guerra, é o estado reprimindo a população”, complementa o brasileiro.

Cristóbal é categórico ao comentar sobre a relação da polícia com os

© Daniel Arroyo



**Retrato realizado na marcha  
das mulheres de 2018**

manifestantes e jornalistas no Chile. “Estamos em uma ditadura. Muitos manifestantes estão sendo aprisionados, capturados, violados pela polícia por estarem exercendo o seu direito de livre manifestação, algo que está na Constituição, mas por ser uma Constituição criada durante uma ditadura (de Pinochet), as forças policiais, o exército e a polícia de investigação do Chile estão assassinando, torturando pessoas e continuam livre”, afirma.

Segundo dados coletados pelo Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (EACDH), de 30 de outubro a 22 de novembro de 2019, agentes das Forças Armadas e da polícia no Chile violaram não somente os direitos humanos, como também violaram as normas e padrões internacionais sobre o uso de força. No período informado, o Ministério Público chileno investigava 26 mortes no contexto das manifestações, dessas, oito pessoas morreram em incêndios causados durante saques a lojas, duas foram atropeladas por carros de agentes de força e três morreram em decorrência de tiros de bala. Também houve 3.449 denúncias de pessoas lesionadas e, de acordo com a Sociedade Chilena de Oftalmologia, 345 pessoas sofreram lesões relacionadas a traumas oculares, o que aponta para o uso inapropriado e indiscriminado das “armas menos letais”.

O número de vítimas de traumas oculares sobe para 350 quando apresentados pelo Instituto Nacional de Direitos Humanos (INDH). O relatório da EACDH também aponta 133 casos de tortura e maus tratos nas manifestações. A grande maioria deles praticados por *carabineros* (polícia chilena) durante prisões, transferências para centros de detenção ou durante as detenções.



© Júlio César Almeida

Casos de violência sexual também foram reportados: de 166 casos denunciados, 108 tinham queixas de tortura relacionadas às alegações. O Ministério Público do Chile, em 26 de novembro, tinha 44 inquéritos de denúncias de tortura e 90 inquéritos no qual manifestantes foram forçados a se despir. Isso representa um aumento de quatro vezes em ações judiciais por tortura com violência sexual nos últimos nove anos, quando o INDH foi estabelecido.

Durante entrevista ao **Contraponto**, Cristóbal mostrou os diversos ferimentos de bala que tem pelo corpo. Seus braços, ombros, peito e cabeça já foram atingidos por balas de borracha. Ao ser questionado sobre a relação da polícia com a imprensa, o fotógrafo é enfático: “A imprensa é do Governo.”

Arroyo relata a mesma arbitrariedade da grande mídia brasileira: “Eu já vi muito repórter chegando depois do que aconteceu, depois de tudo, não só da confusão. Eu tô indo embora e os carros de reportagem chegando. Vai pegar o quê ali? Só reprodução da polícia. Tem alguns detalhes que são deixados para trás nessa cobertura”.

No Chile, a cobertura das manifestações é feita somente pela mídia independente, de acordo com Cristóbal. Ele dá como exemplo o jornal de maior circulação do país, *El Mercurio*, fundado pelo empresário, diplomata e político chileno Agustín Edwards Mac-Clure. Em uma de suas edições, a manchete principal falava “Encapuzados aterroizam policiais”, sem menções às graves violações sofridas pelos manifestantes e jornalistas que cobriam o ato. Para evitar qualquer tipo de persegui-

ção, Cristóbal comenta que, ao voltar de um protesto, sempre faz caminhos diferentes para casa. Por ser um fotojornalista credenciado, a polícia tem sua foto e ele já foi alvo de inquéritos, o que o classifica como terrorismo de Estado.

Ainda assim, quando captura momentos da manifestação, apesar de também retratar a violência, tenta mostrar que onde há violência, também é possível capturar esperança e mostrar um outro ponto de vista.

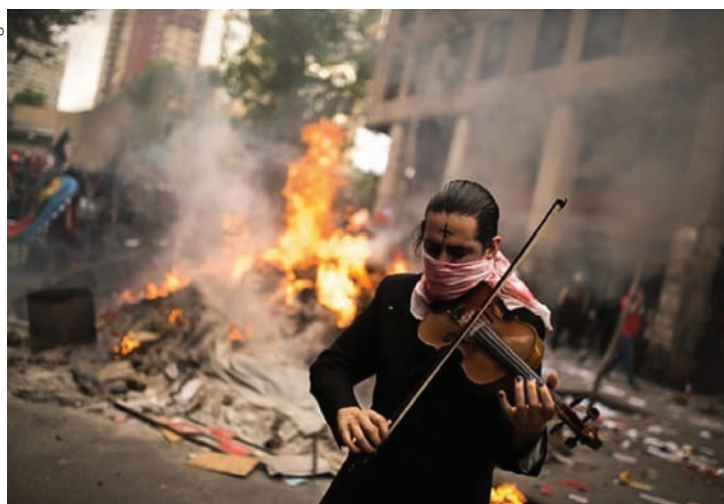
“Cada fotografia que eu tiro tem um sentido, uma história, não é somente uma fotografia tirada pensando em vender e ganhar dinheiro. Faço fotografias para que vejam, para que tenham empatia, que tenha algum tipo de repercussão, para que quem esteja vendo diga ‘Uau, olhe o que está acontecendo’”, diz.

Uma das fotos de Cristóbal divulgadas pela BBC News é a de um homem tocando violino no meio de uma das manifestações.

O chileno lembra do dia em que tirou a foto e de como se sentiu ao se deparar com o violinista. “Aquilo me encantou. Eu o vi, tinham muitos fotojornalistas tirando fotos ao redor porque havia muita violência, pessoas correndo para todos os lados, e eu o vi tocando uma melodia muito triste, muito triste, e eu o senti. Eu o senti pela música, pelo contexto, pelo instrumento. Ele estava tocando e atrás dele havia fogo, fumaça e achei muito bonito ele lá, achei que essa foto tinha que ser tirada e tinha que aparecer, porque, geralmente, as fotos mostram somente violência, mas também, às vezes, dentro dessa violência há também música, pessoas que carregam água, pessoas que lhe dão um primeiro auxílio. Outras pessoas que não estão na linha de frente, mas estão ajudando, dando alento. O menino no violino, quando você o escutava, dava nostalgia e gana para seguir lutando, era uma motivação, era um ‘vamos seguir porque estamos ganhando’”, relata.

As fotos de Cristóbal, Daniel e Júlio César podem ser classificadas como “fotomilitância”, com sua forma de traduzir os conflitos urbanos, os três divulgam uma verdade que, por vezes, é omitida pelas mídias tradicionais. Suas fotos, além de bonitas e impactantes, são um serviço público, mostram a história que por anos passou despercebida, fazem justiça histórica e as eternizam para as novas gerações.

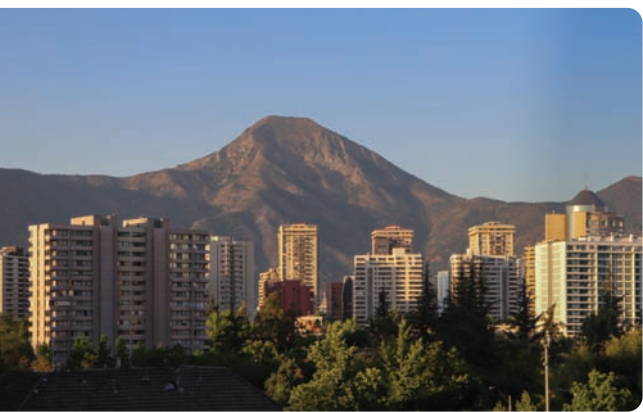
© Cristóbal Venegas



**Violinista toca durante  
confronto entre  
manifestantes e polícia**



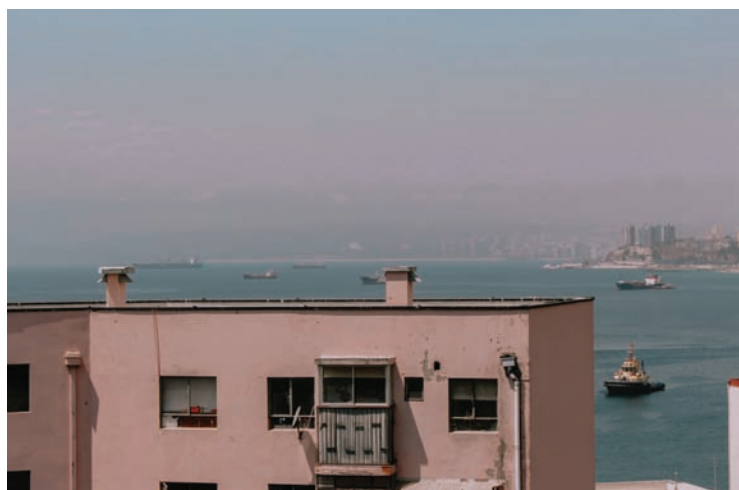
## Ensaio de fotos do Chile



© Bianca Paoleschi

Da capital de Santiago às Montanhas que cercam

**NESSE ENSAIO – OU ACERVO** – estão presentes duas visões distintas de um mesmo país, o Chile. As duas autoras brasileiras, Bianca Paoleschi e Camila Barros, possuem um olhar sobretudo turístico, descompromissado com a documentação fidedigna da vida chilena e suas especificidades sociais e territoriais, em um pequeno recorte. São olhares de quem vê pela primeira vez, com o distanciamento que o estrangeiro se permite ter, e lembra que há beleza e fascínio em tudo. Já os autores chilenos, Daniel Durán Vilches e Valentina Cano Cortés, possuem um olhar de pertencimento, enxergam os acontecimentos com uma visão interna. Suas imagens mostram o Chile que muitas vezes não é conhecido por quem não vive aquela realidade. Portanto, vêem e compreendem todas as ações de dentro, como parte daquele processo.



© Camila Barros

Das cores de Valparaíso, 2019



© Camila Barros

Respiro urbano, Santiago, 2019



© Camila Barros

Visão quase-aérea, Gran Torre Santiago, Santiago, 2019



© Bianca Paoleschi

Pássaro, Geisers del Tatio, Deserto do Atacama



© Bianca Paoleschi

Caminho, Lagunas Altiplanicas, Deserto do Atacama



© Bianca Paoleschi

Vicunhas, Lagunas Altiplanicas, Deserto do Atacama





© Camila Barros

Manifestantes, Santiago, 2019



© Valentina Cano Cortés

Bandeira chilena como manifesto



© Valentina Cano Cortés

Intervenções artísticas em ato popular no Chile



© Valentina Cano Cortés

Manifestantes pedem por nova constituição chilena



© Valentina Cano Cortés

União em meio a crise



© Daniel Durán Vilches

Cara a cara com a repressão



© Daniel Durán Vilches

Centenas de pessoas vão a rua e pedem que Piñera renuncie



© Daniel Durán Vilches

Painéis e celulares são símbolos de resistência e ação em meio às manifestações



# Mercosul: um mercado em construção

*O bloco econômico na beira do precipício; como o governo e a diplomacia dos países impacta na relação geopolítica da América Latina*

Por Camila Barros, Camilo Mota,  
Manuela Pestana e Maria Luiza Marinho

Segundo portal oficial do Mercado Comum do Sul (**Mercosul**), o bloco configura “a mais abrangente iniciativa de integração regional da América Latina”, tendo como seus fundadores Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, no início de 1990. Atualmente, a coligação vincula a maioria dos países sul-americanos na posição de “Estados associados”, como é o caso do Chile. Dentro dessa classificação, as nações podem usufruir dos benefícios econômicos que integram a união aduaneira. No entanto, não possuem poder de voto dentro da estrutura institucional do bloco.

“Uma característica desses blocos – também presente no Mercosul – é que entre si eles têm um tratamento especial, como se fossem membros de uma comunidade econômica. E com o resto do mundo tem a mesma espécie de mercado, essa é a ideia da Tarifa Externa Comum”, explica Adalton Diniz, economista e também professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em entrevista ao **Contraponto**. Diniz ainda complementa sobre o funcionamento da “TEC”: “Já que existe o livre comércio dentro do bloco, um país que quisesse vender para qualquer membro escolheria a menor tarifa de importação para receber o produto e depois entrar para as demais nações. Para evitar esse problema, eles têm o acordo de que, nas suas relações comerciais com o resto do mundo, todos vão agir na mesma maneira.”

A realidade é que sempre existiu relativo distanciamento e rivalidade entre os países da América meridional. “Na minha época, brincavam que o Brasil estava de costas para a América (do Sul)” acrescenta; ainda que essas nações tenham diversas semelhanças políticas e paralelismos históricos. O professor aponta que, não por acaso, o primeiro encontro efetivo entre todos os líderes da área tenha ocorrido apenas nos anos 2000. “É sintomático que só foi possível fazer uma reunião com esses chefes de Estado naquele momento, e vinte anos depois, uma eventual associação entre esses países tenha naufragado. Já não se sabe se vai sobreviver” – explica.

Essa unilateralidade do Mercosul, descrita por Diniz, ainda que inerente ao bloco desde sua formação, vem sofrendo significativo declínio durante a gestão de Jair Bolsonaro e a implementação da política externa encabeçada pelo seu chanceler, Ernesto Araújo. A linha diplomática adotada pelo atual presidente pressupõe uma forte subordinação no que diz respeito aos



Manifestante na beira do prédio

interesses estadunidenses, ao passo que demonstra um descaso em nutrir relações harmônicas com os demais países do bloco.

Diniz aponta que, se tratando do cenário regional, “sempre se acaba buscando uma saída individual e Araújo representa essa mentalidade descaradamente”. Ainda faz um contraponto ao mencionar a aproximação exagerada com Trump: “O Brasil concede tudo que puder aos EUA para tentar uma relação privilegiada. É surpreendente que eles não tenham feito o Mercosul naufragar”.

Kurt Perez, engenheiro comercial chileno, explica ao **Contraponto** essa linha de concordância entre Brasil e Chile: “é muita ignorância quererem fazer comércio com os poderosos – Estados Unidos e China – e continuar ignorando o bloco” esclarece a respeito do distanciamento comercial dos países da América do Sul.

## O individualismo na política econômica

Em 22 de setembro, o presidente brasileiro fez um discurso na abertura da 75ª Assembleia Geral ONU com falácias que incomodaram a população como um todo, ao afirmar que a economia brasileira “anda bem”. A questão que tem segurado a corda do país à beira do precipício é a atuação do auxílio emergencial (verba disponibilizada para atenuar os danos da Covid-19 no país), o teatro que enaltece a comédia humana do presidente. A explicação dada por Adalton Diniz, relata o quanto a fama diplomática que o Brasil tinha, vem se perdendo, e consequentemente afetando nossa economia e mercado: “Se não fosse o acordo de livre comércio entre Europa e MERCOSUL, desconfio que já teriam deixado de lado esse bloco”. Com o passar do tempo, desde o encontro entre os países da América do Sul no ano 2000, o Brasil

tem se afastado do Mercosul e aproximando-se da China e Estados Unidos.

Graduanda em economia, Carolina Marçal dá uma breve explicação sobre os riscos da atual política econômica do país, e recorda como a barreira que o Brasil vem criando pode interferir na sua relação comercial: “É preciso tirar o capitalismo brasileiro do atraso” e acrescenta que isso “não vai ser feito com o neoliberalismo do Paulo Guedes”. O chileno Kurt Yunge Perez ainda traz à tona essa proximidade das políticas chilenas e brasileiras, sinalizando a importância de uma reforma. “Para mim, o liberalismo manipula e explora as pessoas. Não tem como um sistema desse continuar sem ser questionado”, afirma.

O Chile possui como base o Estado Mínimo. “A diferença é que não somos tão ligados à política como os chilenos”, declara Adalton. “Eles sempre têm manifestações. O Mercosul não interessa ao empresário de médio/pequeno porte, [eles] estão preocupados em como abafar os sindicatos”. Os chilenos reivindicam ações do Estado e Kurt ainda retoma acrescentando: “hoje, as alianças só estão sendo feitas por interesse em mercadoria e não nos benefícios entre os países. O individualismo pode acabar com nossa economia.”

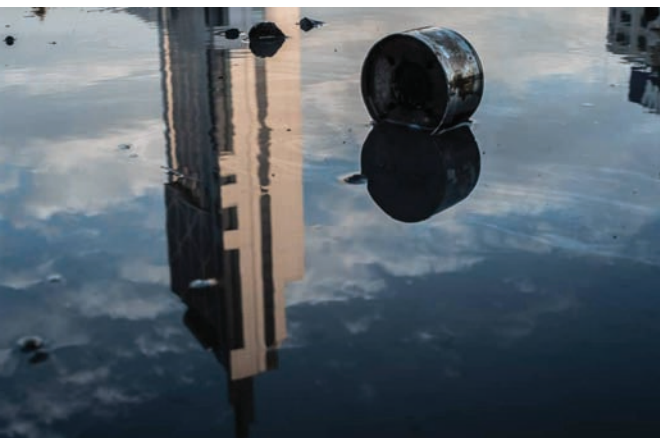
A situação dos países sul-americanos, no começo do milênio até o início de 2010, era de considerável prosperidade, mas houve um declínio. Adalton Diniz explica: “há diálogo, mas não integração na relação do Brasil e Chile, que cirandaia um ao outro, resistindo à conversa sobre o Bloco Econômico”. Os governos brasileiros, antes, buscavam relações de proximidade, o que atualmente parece utópico, já que o individualismo do atual ministro da economia corrompe qualquer ligação

© Felipe Márin



comercial que o Brasil poderia ter com os países membros do Mercosul.

Essa falta de proximidade faz com que as políticas ambientais sejam quase inexistentes. “Estão, por exemplo, influenciando no ciclo natural da água, e em Santiago todos sabem disso!”, Kurt relembra sobre uma das consequências do neoliberalismo. O agronegócio quando exacerbado, torna-se maléfico. O que retoma ao discurso de Bolsonaro à ONU, ao culpar “indígenas e caboclos” pelas queimadas. Esquecendo-se que ‘devastação’ é a palavra-chave de seu governo em todos os setores, e, principalmente na economia.



Poça d'água e revolução

### Políticas ambientais: um comparativo Brasil x Chile

Firmado momentos antes da Conferência Rio-92, o Mercosul estabelece compromissos ambientais para seus membros. Os países signatários assumiram a responsabilidade não apenas econômica, mas também ambiental. O tratado de Assunção e a Carta das Nações Unidas sobre Direitos Internacionais, bases para a sua criação em 1991, foram o pontapé inicial para a adoção da responsabilidade ecológica.

O Brasil tem grande atuação e importância para o bloco, sendo um dos fundadores. No entanto, a política do atual governo trouxe à tona o descompromisso ambiental que fere, além das exigências do acordo, as próprias cláusulas constitucionais da Federação. O 225º artigo do capítulo VI diz: “todos têm direito ao ‘meio’ ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Seu parágrafo 4º também assegura em Lei a preservação ambiental da floresta Amazônica, da Mata Atlântica, do Pantanal e o uso dos recursos naturais.

O enxugamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) no ano passado destituiu parte da representação da sociedade civil, aumentando, assim, a presença do governo Federal na tomada de decisões. Os recordes de desmatamento e áreas devastadas por incêndios criminosos chamaram a atenção do mundo.

Mas, o ano marcado pela “chuva negra” nas capitais do Sudeste e Centro-Oeste do país, ficará também reconhecido pela pressão internacional, que está colocando em risco o maior e mais ambicioso acordo entre o Mercosul e a União Europeia.

O acordo tem por objetivo a isenção de impostos para importação e exportação entre os países de ambos os continentes (América do Sul e Europa). Produtos agrícolas – dos quais o Brasil é o segundo maior mercado – seriam exportados sem taxas, e, em contrapartida, o país poderia se livrar de impostos na importação de veículos, maquinários, produtos químicos e farmacêuticos.

As negociações, já estabelecidas em junho de 2019, precisam ser assinadas para que comecem a valer. E o óbice do acordo é justamente a repercussão do desmatamento e queimadas no Brasil. Alguns líderes europeus já disseram que podem não aceitar o acordo caso o país não assuma seu compromisso. É válido ressaltar que o então cotado como super ministro da economia, em 2018, Paulo Guedes, declarou que o Mercosul não era prioridade de governo. Ficou claro também que preservação ambiental também não é.

Além das mentiras do presidente no discurso da ONU e a culpabilização dos crimes ambientais aos “ongueiros e indígenas”, uma reportagem do dia 11 de setembro, no *Correio Braziliense*, mostrou que o Ministério do Meio Ambiente gastou 0,4% de seu orçamento em ações diretas de políticas ambientais. O país com a segunda maior área florestal do planeta (atrás apenas da Rússia) está virando as costas para um dos maiores berçários da biodiversidade mundial e para os catalisadores que integram o equilíbrio dos ecossistemas em nível global, e o descompromisso constitucional está colocando em risco seu próprio papel de frente à comunidade internacional.

O Chile, como associado do Mercosul e integrante de outros acordos de comércio, também assume compromisso na preservação ambiental. Segundo José Tomás Tenório Labra, que escreve para o jornal chileno *El Mercurio*, Sebastián Piñera, – atual presidente do país – impulsionou medidas que dizem respeito ao meio ambiente. O chefe de Estado tem se preocupado em afirmar liderança contra

mudanças climáticas, principalmente a partir de seu segundo mandato. “Diante da Assembleia Geral da ONU (22), Piñera voltou a reiterar o compromisso do Chile com a luta contra a mudança climática e convocou uma ação internacional conjunta para abordar este problema”.

Em 2019, o presidente firmou um compromisso para que o Chile seja carbono neutro em 2050, e para que, em 2040, já não tenha centrais térmicas à carvão para produção de energia. Também em 2019, assinou o projeto da *Ley para la Protección del Medioambiente*, que castiga delitos ambientais com penas civis – via multas – e, para delitos mais graves, penas de privação de liberdade. Essa medida busca ser um instrumento dissuasivo de condutas graves contra o meio ambiente, para complementar as normas já vigentes.

Em julho de 2018, Piñera anunciou, junto ao Ministério do Meio Ambiente, a elaboração da *Ley de Cambio Climático*, uma de suas promessas de campanha. Ela é composta por propostas para reduzir a emissão de gases do efeito estufa (e o, já mencionado, compromisso de carbono neutro). Por fim, durante seu governo, a pauta do fim do uso de sacolas plásticas em comércios do país tomou força.

José Labra diz, no entanto, que especialistas chilenos consideram que os esforços de Piñera não são suficientes para serem considerados significativos. Ele é criticado por ecologistas, ONG’s e ativistas do meio ambiente pelo fato de que as medidas tomadas por seu governo não são suficientemente rigorosas com as grandes empresas, além de não apresentarem uma lista clara de metas. Labra explica que, ao anunciar o fechamento de centrais térmicas à carvão para 2040, o governo recebeu críticas por não forçar um fechamento mais imediato. Inclusive, em 2019, uma nova usina termelétrica de carvão foi inaugurada em Mejillones.

Além disso, Piñera se negou a assinar o Acordo de Escazú para a proteção do meio ambiente na América Latina e o Caribe; segundo ele, o acordo interfere na soberania nacional. Sua *Ley para la Protección del Medioambiente* retirou do Ministério do Meio Ambiente a competência para investigar crimes ambientais, colocando apenas o Ministério Público Econômico como responsável por entrar com ações judiciais contra crimes dessa categoria.

Com relação ao posicionamento diante das ações do Brasil, Piñera defende Bolsonaro, assegurando que o presidente brasileiro não foi responsável pelos incêndios e o desmatamento da Amazônia.



“Terra, água e Liberdade”  
Manifestação chilena

# Água: as consequências de privatizar um bem natural essencial à vida

*39 anos depois da privatização da água, o Chile se torna um exemplo das graves consequências de tornar um recurso da Natureza em bem econômico*

Por Ana Luíza Bessa, Giovanna Colossi,  
Raul Vitor, Vanessa Orcioli

Em julho, o presidente Jair Bolsonaro sancionou o novo Marco Legal do Saneamento Básico. Além de prever a universalização dos serviços de água até 2033, a nova lei viabiliza uma maior participação do setor privado na exploração do recurso. Isso porque a nova regulamentação facilita as privatizações, exige licitações de parcerias público-privadas (PPPs) e extingue o atual modelo de contrato entre municípios e companhias estaduais.

Provavelmente você ainda não deve ter parado para pensar como seria a sua vida se a água que chega até a torneira da sua casa fosse oriunda de uma empresa privada. Em São Paulo, quem faz o fornecimento do recurso é uma estatal, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). No entanto, para o nosso vizinho sul-americano que faz parte do especial desta edição, a realidade é outra.

No Chile, a água é fornecida por empresas privadas desde 1981, quando o país era governado pelo ditador neoliberal Augusto Pinochet. Ou seja, o recurso serve de modo exclusivo ao capital há 39 anos. Mas como isso se reflete na sociedade chilena? Qual o preço da água? Como é feita sua distribuição? O país que possui o deserto mais seco do mundo em seu território sofre com a falta desse recurso?

O **Contraponto** conversou com especialistas e moradores locais para compreender essas questões. Pode-se adiantar que, enquanto aqui o Governo viabiliza a participação do interesse privado na

exploração da água, no Chile o Congresso debate sua reestatização, visto que falta água, principalmente, aos chilenos em situação mais vulnerável.

Segundo o relatório “Seca no Chile: a lacuna mais profunda”, da *Fundación Amulén*, que analisa a relação entre a escassez de água e vulnerabilidade social em regiões urbanas como Coquimbo e Valparaíso, onde mais de 50% da população pertence às classes “D” e “E”, a média de pessoas que sofre com a falta de água gira em torno de 80%. Em regiões rurais, como nas cidades de Andacollo, Combarbalá e Putre, em que mais de 95% da população pertence às classes “D” e “E”, a média de habitantes que sofre com a falta do recurso hídrico é superior a 67%, em decorrência da falta de chuva e da má distribuição do recurso.

Segundo Andrés Kogan Valdemarra, sociólogo e editor do Observatório Plurinacional de Águas, a escassez de água atinge as comunidades mais vulneráveis, pois são as mais afetadas pelos múltiplos conflitos socioambientais que existem no país, bem como quem vive nas chamadas “zonas de sacrifício”, que são as territórios mais poluídos no Chile. Para ele “não é de se estranhar que o governo de Sebastián Piñera não tenha assinado de forma definitiva o Acordo de Escazú”, que, segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), tem o objetivo de estabelecer padrões regionais e a criação de ferramentas para melhorar a formulação de políticas que lutem contra a desigualdade

Manifestantes durante  
Marcha Plurinacional pela Água  
e pelos Territórios, no Chile,  
em 28 de abril



© Mapuexpress.org





Escassez de água no Chile ocorre não só pela falta de chuva, mas também pela má distribuição do recurso

e a discriminação e garanta os direitos de todas as pessoas a um meio ambiente saudável e ao desenvolvimento sustentável.

Também não é de se surpreender que, diante das manifestações que tomaram o país há mais de 8 meses, um plebiscito tenha sido marcado para outubro deste ano, pelo qual foi aprovada a decisão dos chilenos de formular uma nova Constituição. Uma Constituição que incluía em suas páginas a água como um Direito Humano. No entanto, para que isso realmente aconteça, Andrés comenta que dependerá de quem vai participar da elaboração dessa nova Constituição.

“Se uma nova Constituição for aprovada, abrirá uma possibilidade real de declarar a água como um Direito Humano e da Natureza, como já aconteceu em outros países da região e do mundo. No entanto, isso vai depender de quem são os membros eleitos da Assembleia e de quão participativo é o processo de elaboração da nova Constituição”, afirma.

Em 8 de janeiro, o Senado chileno rejeitou a ideia de legislar sobre o projeto de reforma constitucional que visava consagrar as águas do país como um recurso natural de uso público. A razão para isso, segundo o sociólogo, é que “desde o retorno da democracia, nunca houve um interesse real pela desprivatização da água por parte da elite política do país, já que, há décadas, esse bem comum é usado como um meio de enriquecimento para uma classe que apoia um modelo econômico extrativista, com base nos negócios florestais, de mineração, agroindustrial e energético.”

As empresas responsáveis por reservas naturais direcionam a água conforme seus próprios critérios e interesses. De acordo com relatório do Conselho Nacional de Águas (CNA), encabeçado pelo Ministério das Obras Públicas (MOP), a agricultura é a atividade que mais consome o recurso no país. Em 2015, 72,3% de toda água chilena foi destinada ao o setor. Apenas 11,8% transformou-se em água potável.

A escassez, entretanto, não é percebida em Santiago, a capital do país. Em entrevista ao **Contraponto**, o morador da região Angelito Motta se mostrou satisfeito no que diz respeito à distribuição do recurso hídrico. Ao ser questionado sobre o valor da água, Angelito revelou: “Devido à alta renda, esse custo passa despercebido.

Seria equivalente a perguntar sobre o valor do chiclete na cesta básica de alguém (caso chiclete fosse um item essencial e essa pessoa ganhasse um alto salário).

Angelito informou que para um apartamento, o valor de consumo do recurso é de R\$ 40,00 por mês em média e o valor cobrado aos moradores do condomínio, geralmente, é R\$ 450,00 ao mês. “Vivendo em uma região privilegiada em infraestrutura. Percebo o serviço de entrega quase sem falha, exceção em dias de catástrofes naturais que forçam a interrupção do serviço. Na região norte do país, a água é escassa (região seca, geografia de deserto), mas desconheço como é o serviço no dia a dia das comunidades.”

No norte do Chile, na região de Petrarca, onde a população não recebe recursos hídricos o suficiente e, muitas vezes, tem um gasto financeiro fora do seu orçamento para bancar os consumos essenciais de água, um morador concedeu entrevista ao portal de notícias UOL revelou sua triste realidade: “Eu não tenho o bastante para a água que eu consumo, realmente não tenho dinheiro para comprar mais, não tenho.”

Ingrid Wehr, representante da Fundação Heinrich Böll no Chile, também em entrevista ao UOL, denunciou que “em nenhum artigo da legislação chilena aparece a preferência do consumo humano como preferencial frente à indústria”. E essa concentração dos direitos da água por parte de grandes empresas extrativistas chilenas e transnacionais, segundo Andrés, traz consequências visíveis, na qual dominam as empresas mineradoras, que possuem direito absoluto sobre as fontes.

“Gerou-se um grande mercado de água, onde é possível ter água sem a necessidade de ter terra, transformando esse bem comum em mais uma mercadoria”. A má gestão d’água atinge em cheio a população, que sofre com constante falta do bem natural e, por vezes, é obrigada a escolher entre cozinhar e lavar louça. A quantidade fornecida por dia é regulada e escassa, de forma que a agricultura familiar torna-se impossível na região.

A situação degradante no Norte é exposta no documentário *O Verde está do Outro Lado: Os donos da água*, que estabelece um paralelo entre Brasil e Chile, e mostra a inacessibilidade da água, na qual mil litros são vendidos por R\$79,02 em uma região onde a maioria da população (70%) ganha menos de R\$129,21 por dia. Essa situação é agravada nos períodos de seca no país, quando a tarifa aumenta.

Ao ser questionado sobre o novo Marco Legal do Saneamento Básico no Brasil e as brechas para uma possível privatização, Andrés é categórico: “Que Jair Bolsonaro tome como referência a experiência chilena, o que responde mais a sua própria admiração aos Chicago Boys (Estados Unidos) e a sua simpatia à ditadura de Augusto Pinochet no Chile, na qual políticas neoliberais extremas foram impostas, permitindo a privatização de todos os âmbitos possíveis, incluindo a água. Seria uma pena que o Brasil tome como exemplo a experiência chilena, o que somente deixaria em evidência o fanatismo e fundamentalismo do governo Bolsonaro.”

Que fique o aviso.



Manifestantes pedem pela saída de Piñera da presidência do Chile durante protesto em 2019

# A história econômica do Chile

## Os caminhos econômicos chilenos em paralelo com o Brasil

Por Isabella Pugliese Vellani, Marina Daquanno Testi e Pedro Catta-Preta Martins

Colonizado em 1520 por Fernão de Magalhães, o Chile foi uma colônia de exploração da Espanha até 1818. Após a independência, o país se destacou economicamente ao vencer duas guerras que cederam-lhe territórios estratégicos à sua economia.

Em 1891, acontece a guerra civil chilena, conflito político armado entre as forças que apoiavam o Congresso – como a Armada Chilena, parte do exército e os britânicos – e as forças aliadas ao Presidente em exercício do Chile, José Manuel Balmaceda – como os EUA e uma outra parcela militar. Esta revolução marca o fim da República Liberal e o início da Era Parlamentar. Houve uma fase presidencialista chilena após a queda do parlamentarismo, que durou 34 anos.

Durante a primeira metade do século XIX, o pensamento econômico chileno foi marcado pela vigência das ideias mercantilistas coloniais, como o protecionismo e a implantação de políticas pragmáticas por parte do Ministério da Fazenda. Entretanto, na segunda metade do século, o liberalismo político e mercantil foi dominante na elite dirigente nacional, segundo as investigações do site *Memória Chilena*, *Biblioteca Nacional do Chile* (Serviço Nacional do Patrimônio).

As ideias econômicas da escola do liberalismo clássico se difundiram pelo país graças à atuação do economista francês Jean Gustave Courcelle-Seneuil, contratado pelo governo de Manuel Montt como assessor do Ministério da Fazenda. Seu trabalho influenciou a modernização das instituições econômicas para que tivessem um corte liberal, com mínima intervenção do Estado. No âmbito acadêmico, formou a primeira geração de liberais clássicos do Chile.

Na segunda metade da década de 1920, o país vivia uma sensação de prosperidade econômica, estimulada por uma expansão dos gastos públicos destinados à modernização da infraestrutura produtiva do país. Contudo, este auge teve origem no alto endividamento externo, produto dos créditos em dólares que fluíam de Nova York, que se impunha como a nova capital financeira do mundo.

Com a queda da Bolsa de Nova York em 1929, a crise do mercado financeiro provocou uma falta de liquidez que levou a uma drástica queda dos preços internacionais de mercadorias e da maioria dos ativos. O impacto da Grande Depressão

no Chile foi devastador. As exportações de salitre e cobre diminuíram, provocando graves consequências para a economia interna. Nas décadas seguintes, o Chile teve uma economia flutuante, que oscilava em função da dívida externa o que, entre outros fatores, contribuiu para um aumento constante da inflação.

Em 1970 é eleito Salvador Allende, que propunha uma revolução socialista sem luta armada; queria “edificar o socialismo em democracia, pluralismo e liberdade”, como descreveu Darcy Ribeiro em seu livro “Gentidades”. Declarou em sua posse que faria um governo marxista, prometendo implantar a reforma agrária, controlar as importações e exportações e nacionalizar os bancos.

O presidente assumiu o poder numa época em que 45% do capital do país era dos investidores estrangeiros, as minas de cobre eram de domínio norte-americano e 80% das terras eram propriedade de latifundiários. Em 1970, a dívida do Chile era de mais de quatro bilhões de dólares, a segunda maior do mundo. Allende estatizou bancos e grandes empresas e, em 1972, fez o mesmo com as minas de cobre. A partir dessas mudanças econômicas e sociais, em 1971, o Chile apresentou um crescimento econômico de 8,5%. No começo de 1972, porém, o país entrou em crise, pois os capitais nacional e estrangeiro “desapareceram”, o crescimento econômico cessou e a produção agrária caiu vertiginosamente. Isso gerou escassez de alimentos, principalmente porque a população e as empresas começaram a fazer estoques, temendo uma piora no cenário.

Com a nação em colapso financeiro, pressão do capital estrangeiro em manter a ideologia política do país alinhada à sua e, segundo Darcy Ribeiro, “os atos desesperados da ‘esquerda desvairada’ somados à inércia e à demagogia dos confusos líderes socialistas, contribuíram para minar as condições (para que Allende prosseguisse no controle institucional das Forças

Armadas e do comando unificado sobre as esquerdas militantes), facilitando assim a conspiração de uma direita unida, francamente entregue à contra-revolução”.

Em 1973, o Chile passou por um golpe militar, financiado pelos EUA, que possuía interesses econômicos no país. Augusto Pinochet Ugarte foi quem governou até 1990, adotando um modelo econômico implantado por tecnocratas da Universidade de Chicago, o ‘neoliberalismo’, que veio a partir da promessa de reestruturação da economia. Os chamados “Chicago Boys” implementaram políticas de afrouxamento de controles estatais, com privatizações (como a da água), liberaram exportações, reduziram tarifas, eliminaram barreiras comerciais e assinaram tratados internacionais.

Contudo, de acordo com Noah Smith, colunista da Bloomberg, “o crescimento anualizado do PIB real per capita do Chile sob Pinochet (1973-1990) foi de 1,6%, enquanto que nos 17 anos posteriores [a ele] (1990-2007) foi de 4,36%” o que demonstra que o neoliberalismo e os 22 anos de ditadura militar não foram tão relevantes em crescimento quanto os anos seguintes”.



Colagem de Paulo Guedes (ministro da Economia no Brasil) e Augusto Pinochet (ditador chileno). Guedes possui grande proximidade com a economia chilena e inspira-se nos “Chicago Boys”

Segundo o *Trade Markets* do Banco Santander, o Chile atualmente apoia sua economia na exploração de minérios, como cobre; em produtos manufaturados, como a madeira; na agricultura, na pesca e no cultivo de vinhas. Sendo o país que acumula o maior número de tratados de livre comércio, possui parceiros importantes que cooperam com o seu desenvolvimento econômico. Por sua posição estratégica de fácil acesso ao Oceano Pacífico e, portanto, aos países asiáticos, em 2011 o país fechou um acordo com o bloco econômico da Aliança do Pacífico.

© Montagem: Gabriela Leite, Imagens: Reprodução



Entretanto, a nação sente uma queda em todo este desenvolvimento com a crise social no final de 2019, que expôs alguns problemas econômicos.

Em entrevista para o **Contraponto**, Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho, professor e doutor de Economia da PUC-SP, comenta que o país teve um grande crescimento econômico entre 2016 e 2017, mas que está enfrentando um crescimento em geral declinado. “Um dos principais problemas que o Chile vive hoje é essa incapacidade de retomar um crescimento acelerado: uma das razões que desencadearam os violentos protestos que aconteceram ano passado. O crescimento lento agravou uma série de problemas sociais, que vinham de muito antes, mas eram tolerados pelo crescimento da economia”, explica.

O professor ainda ressalta a importância de definir corretamente o que é o neoliberalismo chileno. “Dizem que o Chile adota um ‘neoliberalismo radical’, mas o cobre, maior commodity do país, é estatal. Então, falar que é um ‘neoliberalismo radical’ é uma meia verdade, porque, de um lado, privatizaram a saúde, a educação, a previdência, ações claramente liberais, mas, por outro, na economia, a concentração da riqueza do país está nas mãos de uma empresa pública gigantesca sobre controle rigoroso do Estado. Portanto, é um neoliberalismo financiado por um Estado forte: o que talvez seja a melhor definição de neoliberalismo.”

Durante o crescimento econômico, a pobreza diminuiu, mesmo que a desigualdade tenha aumentado. Nas últimas décadas, boa parte da população menos abastada do Chile sente-se muito pobre diante da parcela rica da população, o que antes não era tão perceptível. Essa insatisfação provém da reforma da previdência, do sistema educacional e do sistema de saúde – três pilares advindos do governo militar e do sistema neoliberal implementado. “A reforma da previdência não foi um grande sucesso sobre nenhum critério. Isso se dá pelo fato de que uma boa parte da população pobre não consegue obter uma aposentadoria minimamente decente para viver”, revela o professor.

Sobre o sistema educacional do Chile, o economista revela que ocorreram grandes privatizações no ensino: “As escolas públicas foram privatizadas. Para estudar nessas escolas, os alunos devem pagar a mensalidade com a ajuda de um bônus dado pelo governo. E as universidades públicas, em sua maioria, foram privatizadas, ou passaram a cobrar mensalidade porque o governo cortou repasses. Em meio a isso tudo, a qualidade de ensino despencou no país. Na prática, o que aconteceu foi uma exclusão social crescente.”

Em relação à saúde, o professor explica que o sistema piorou muito ao longo dos anos, deixando a sociedade enfurecida, o que também a influenciou a iniciar os

protestos de 2019. “A população se sente sub-representada.”

### Comparação econômica com o Brasil

Em comparação com o Chile, no Brasil, foi na ditadura militar que experimentou-se um “milagre econômico” durante o governo de Artur Costa e Silva (1967-1969). Este evento cooperou para que o país atingisse altas taxas médias de crescimento que nunca haviam sido alcançadas.

Segundo verbete da Fundação Getúlio Vargas (FGV), “o objetivo básico definido pelo governo Costa e Silva nas *Diretrizes do governo* de 1967, era o desenvolvimento econômico e social; e os ‘objetivos fundamentais’ da política econômica, a aceleração do desenvolvimento e a contenção da inflação”.

Alcançando um PIB de 14% em 1973, o então Ministro da Fazenda e comandante supremo da economia do período, Antônio Delfim Netto, apostou na política de aumento de gastos públicos e incentivou investimentos de empresas estrangeiras no Brasil. As medidas, de fato, alavancaram o crescimento e desenvolvimento econômico no país. No entanto, em entrevista para a *Exame*, Marcelo Neri, diretor da FGV Social, explica: “Com o crescimento econômico, foi necessária mão de obra qualificada, mas com o baixo investimento em capital humano, ela não estava disponível. Na ditadura, cresceu a distância entre a renda dos mais escolarizados e dos mais pobres”.


Por outro lado, ainda no ano de 1973, a trajetória crescente do PIB brasileiro muda. A primeira crise do petróleo fez com que o seu preço quadruplicasse e atingisse países importadores, como o Brasil, que nos próximos dois anos viu seu PIB despencar em mais da metade. A falta de investimento na educação, a falta de segurança das classes mais pobres – com um aumento de mais de 200% das favelas apenas em São Paulo – também cooperaram com a desigualdade social brasileira durante a ditadura militar.

Outro fator que agravou a crise e que foi um dos responsáveis pela hiperinflação, que chegou a crescer 6800% ao ano nas décadas de 80 e 90, é a crescente dívida externa do Brasil, que se agravou com a Crise da Dívida Externa Latino-Americana, após o México declarar suspensão do pagamento das suas próprias dívidas em 1982, o que diminuiu a confiança internacional nos países latino-americanos.

Após diversas tentativas de planos de correção inflacionária, a economia só voltou a se estabilizar no fim do governo de Itamar Franco, com a implementação do Plano Real por seu quarto Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. O Plano foi projetado para controlar a inflação e estabilizar a economia. As desigualdades sociais, no entanto, foram mantidas por ser um projeto de contenção de gastos públicos. Anos após, em 2003, Luiz Inácio

### Trabalhando em silêncio

Duas décadas de estabilidade política e econômica colocaram o Chile na dianteira da América Latina



	CHILE	BRASIL	AMÉRICA LATINA
<b>PIB per capita</b> (em dólares)	9400	7350	6780
<b>Investimentos estrangeiros</b> (em porcentagem do PIB)	60%	18%	27%
<b>População abaixo da linha de pobreza</b>	14%	30%	34%
<b>Taxa de analfabetismo</b>	4%	13%	11%
<b>Mortalidade infantil</b> (por 1000 nascidos vivos)	9	22	23
<b>Expectativa de vida</b> (em anos)	78,5	72,8	73

Fonte: ONU, Banco Mundial e Cepal

### Dados comparativos de julho de 2020

Lula da Silva é eleito, com uma média, em seu primeiro mandato, de um crescimento anual de 3,5%; saltando para 4,5% ao ano em seu segundo mandato, de 2007 a 2010.

Com o aumento da renda dos brasileiros, a expansão da indústria, vendas do comércio que registravam altas e a grande geração de empregos, em 2010, em estudo realizado pelo Comitê de Datação de Ciclos Econômicos, coordenado pelo ex-presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, a denominada “Era Lula” foi considerada a melhor fase da economia em anos. Anos mais tarde, arrasados pela forte crise econômica e política entre os últimos anos do governo de Dilma Rousseff, seu impeachment e o governo de seu vice, Michel Temer, os eleitores brasileiros viram novamente a necessidade de medidas liberais na economia, como reformas estruturais, diminuição de impostos e abertura de mercado.

Tal demanda foi suprida por Paulo Guedes; Ministro da Economia do governo de Jair Bolsonaro, formado em Economia pela Universidade de Boston, berço do neoliberalismo aplicado no Chile, o economista chegou a ser pesquisador e acadêmico da Faculdade de Economia e Negócios da Universidade do Chile no Governo de Pinochet.

O objetivo do ministro era a implementação de reformas semelhantes às chilenas. No entanto, a única que já foi aprovada, a da previdência, sofreu diversas modificações por parte do Congresso, trazendo preocupações sociais que a diferencia do sistema chileno. Guedes ainda pretende aprovar uma série de outras reformas que podem de fato ser de extrema importância ao Brasil, como a tributária e a administrativa. No entanto, é preciso ter cautela para não repetir erros do modelo chileno.

# As consequências do neoliberalismo e seu impacto na sociedade chilena

*Semelhante a invasão europeia na América Latina durante o processo colonizador, o Chile serviu como cobaia para implementação das propostas econômicas estadunidenses*

Por André Nunes, Guilherme Dias, Inara Novaes e Mayara de Moraes

Pichada em um muro nas proximidades da Praça da Dignidade – palco dos protestos chilenos ocorridos no último ano – lia-se a frase “el neoliberalismo nasce y muere en Chile”. O país latino-americano foi berço do modelo econômico neoliberal, gestado em meio aos porões da ditadura militar comandada pelo ex-general Augusto Pinochet, após um golpe de Estado em 11 de setembro de 1973.

Em consequência da queda do governo socialista, as premissas de bem estar social implementadas pelo ex-presidente Salvador Allende foram substituídas pela proposta neoliberal elaborada pelos “Chicago Boys”, apelido dado a um grupo de 25 jovens economistas, enviados aos Estados Unidos para cursar o mestrado e/ou doutorado na Universidade de Chicago, considerada epicentro de estudos do liberalismo econômico.

Fruto da mesma escola econômica que os “Chicago Boys”, o atual ministro da Economia brasileira, Paulo Guedes, também cursou o doutorado na Universidade de Chicago. No entanto, após retornar ao Brasil, o economista não recebeu as posições acadêmicas que julgava merecer, nem os cargos almejados no Governo, sendo assim, Guedes se sentiu marginalizado e foi para o Chile. Ele tinha um desejo: conhecer “de camarote” as implementações do neoliberalismo no país.

Comumente conhecido como o país latino-americano que mais cresceu economicamente entre 1983 e 2004, o Chile tornou-se uma das grandes referências do governo Bolsonaro. No entanto, a mítica criada em torno da história desenvolvimentista chilena privou boa parte do mundo de conhecer a verdadeira e decadente face do neoliberalismo. Segundo a artista plástica, Maria Paz Gutiérrez Rojas, o crescimento econômico do país não reverberou no bem estar da população, ficando restrito à apenas uma camada da sociedade.

“Muitas vezes me disseram aqui no Brasil que a economia do Chile vai muito bem, perguntaram por que eu saí de lá, se ‘tava’ melhor do que aqui etc. Acredito que a ideia da realidade chilena estava muito errada, já que o crescimento econômico não se refletiu muito na maioria da população. No Chile você tem que pagar por tudo, e uma parte muito pequena acessa empregos com bons salários. Com um salário normal, não dá para pagar as coisas básicas, como estudo e saúde. Talvez você possa ver uma diferença no macro da economia, mas não muito no micro”.

A alta concentração de renda para uma pequena parcela e as privatizações de serviços nas áreas da saúde, educação e previdência social, foram fatores cruciais para a diminuição do poder de compra do cidadão chileno, que ficou sem estudo e qualidade de vida. Se o país não se desenvolve para sua população, que permanece até então estagnada, seu crescimento é para quem?

Segundo dados do Relatório de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas, o Chile é o terceiro país com a maior concentração de renda do mundo; os 1% mais ricos da população desfrutam de 23,7% de todo o rendimento do país. Esse percentual só é maior no Brasil (28,3%) e no Catar (29%). Esse cenário de ampla desigualdade econômica e social gerou uma insatisfação profunda nas camadas populares da sociedade, culminando na ebulição dos protestos ocorridos em 2019.

O estopim que deu início às ondas de manifestações foi um reajuste de 30 pesos (cerca de 15 centavos) no valor do transporte público. No entanto, em um curto intervalo de tempo, a demanda por mobilidade transformou-se em reivindicações por reformas sociais profundas. “Não são 30 pesos, são 30 anos”, diziam os

manifestantes em resposta a um regime que tem administrado a miséria e precariedade nas últimas três décadas.

Maria Rojas não estava no Chile quando os protestos eclodiram, mas diz que tudo ocorreu de maneira tão intensa que foi possível vivenciar toda a realidade, ainda que de longe. “Quando vi tudo o que estava acontecendo, senti uma mistura muito grande de coisas, frustração de estar tão longe e não poder participar; mas muita emoção também, porque é uma coisa que vem de muitos anos, coisas não resolvidas desde a ditadura, muitos anos em silêncio perdurando”.

“É bom ver que as pessoas se levantam depois de tanto sofrimento, as fotos que meus amigos me mandaram nos protestos e depois nas manifestações feministas participando de performances com seus corpos, a verdade é que tudo o que aconteceu parece ter sido lindo, e também me deu muita impotência e vergonha o discurso dos políticos, a forma hostil e quase ditatorial de lidar com tudo o que estava acontecendo”, completa a artista.

Embora as manifestações tenham ocorrido sob a liderança do governo democrático de Sebastián Piñera, o presidente chileno respondeu violentamente às mobilizações populares. Os Carabineros [polícia militarizada] e o exército, que não saía às ruas desde a ditadura, utilizaram de bombas de gás lacrimogêneo e golpes de cassetete à tanques de guerra, e tiros com armas letais. Estima-se que 20 pessoas foram mortas, outras 1.500 foram detidas e mais de 1.100 foram feridas.

“A violência policial já é histórica no Chile, e é um problema na base da instituição dos Carabineros, por se tratar de uma polícia militar, seu treinamento é projetado para seguir a ordem hierárquica, simplesmente obedecer sem nenhum treinamento de sua individualidade e pensamento crítico, deixando-os incapazes de lidar com a população civil. Mudar isso significaria uma reestruturação total da instituição, o que considero difícil de acontecer no curto prazo”, diz Maria.

O entrelace entre o neoliberalismo e a violência, característica do autoritarismo, se dá porque para que a liberdade de mercado seja implementada, é preciso calar todos aqueles que a contestam. “É um modelo imposto através da violência das ditaduras, seguindo o caminho do colonialismo; reafirmando ainda mais nossa posição de latinos oprimidos por países de primeiro mundo”, diz a artista plástica, em referência ao sistema econômico e as desigualdades sociais herdadas do regime militar.



© Reprodução

Fotograma de ‘Chicago Boys’, documentário de 2015

Foi então que Jorge Selume Zetor, diretor orçamentário de Pinochet, convidou Guedes para trabalhar na Faculdade de Economia e Negócios da Universidade do Chile, onde o plano neoliberal estava sendo elaborado a todo vapor. É por isso que antes mesmo de assumir o Ministério da Economia do Brasil, Guedes já dizia apoiar a implementação do ideal neoliberal: menos Estado, mais iniciativa privada.



Dentre as fissuras deixadas pelo governo Pinochet na sociedade chilena, destacam-se a destruição das leis trabalhistas, o acréscimo de doenças e a disputa por terras indígenas; circunstâncias como 45 horas de jornada de trabalho, férias de 15 dias e almoços de meia hora se tornaram algo comum no cotidiano dos proletários chilenos. Os mineiros tiveram acrescidos significativamente problemas como doenças pulmonares, musculares e psicológicas. Já os índios Mapuche têm suas terras cobiçadas e disputadas a todo momento por conta de suas riquezas minerais.

Além de tirarem os direitos dos trabalhadores, as privatizações se deram de diversas outras formas, como, por exemplo, pela obrigatoriedade de pagamentos de cursos em faculdades públicas. Isso fez com que diversas famílias se endividassem, até mesmo após o pagamento do ensino superior. A Saúde pública também deixou de ser um direito e se tornou mercadoria. Mesmo existindo o Fundo Nacional da Saúde (Fonasa), serviço público que sofre com uma série de precariedades e abandonos, a qualidade da saúde está restrita aqueles que podem pagar por planos privados, conhecidos como "Isapres".

Os clientes dos seguros de saúde privado pagam mais e têm acesso a alguns serviços exclusivos, dependendo do plano contratado. O valor mensal para os usuários dessa rede varia de acordo com o gênero (mulheres pagam mais), a idade (encarecendo o custo para os mais idosos) e em casos de doenças crônicas. No sistema público, as pessoas que o utilizam devem reservar 7% da sua renda mensal para pagá-lo. Para aqueles que não têm condições de custear as mensalidades, existe uma modalidade que permite usar o sistema sem pagar nada.

Uma das principais críticas ao modelo de saúde chileno é que, tanto na rede pública, quanto na privada, a capacidade de pagamento do cidadão é o que determina

a atenção médica que ele receberá. No Fonasa, que é ofertado pelo Estado, por exemplo, existem quatro categorias diferentes, sendo a "categoria A" a dos que não contribuem mensalmente com nada e, portanto, os que recebem o atendimento mais "precarizado".

Seguindo esse contexto de privatizações, durante a ditadura de Pinochet, houve a reforma da previdência, na qual somente o acesso de policiais e militares permaneceu de maneira pública. No novo modelo de capitalização, os trabalhadores têm que depositar ao menos 10% do salário que recebem em uma conta individual. Enquanto fica guardado, o dinheiro é administrado por instituições privadas, as Administradoras de Fundos de Pensão (AFP), que podem investir os valores no mercado financeiro.

As empresas de AFP chilenas registraram, em fevereiro de 2020, lucros de cerca de US\$ 195 bilhões de dólares, equivalente a mais de um trilhão de reais. Esse valor representa quase 80% do Produto Interno Bruto do Chile, segundo análise da Fundação Sol (grupo de economistas independentes). No entanto, enquanto o sistema previdenciário gera lucros altíssimos para essas empresas, 44% dos aposentados chilenos vivem abaixo da linha da pobreza, ganhando menos de 600 reais por mês.

Em entrevista ao Blog do Sakamoto, o professor de economia Andras Uthoff, disse que os valores obtidos pelo modelo de capitalização estão muito abaixo do esperado. "A promessa foi de que as pessoas que contribuíam regularmente ao sistema de aposentadorias receberiam 70% de seu último salário. A realidade é que a mediana [valor central] da taxa de retorno de todas as pessoas que participam [do sistema de capitalização] é de 20%, não de 70% (...) As pessoas que vivem somente com suas pensões passam de classe média à classe pobre quando recebem as aposentadorias (...) Depois de 40 anos, percebemos que o sistema de capitalização individual empobreceu os idosos no Chile".

Além do mais, a privatização da previdência pode incidir de maneira ainda mais perversa sobre as mulheres chilenas, que recebem um valor 50% menor do que o recebido pelos homens. Em entrevista ao Brasil de Fato, a professora Manuela Prieto denunciou que o sistema reproduz a discriminação já existente no mercado de trabalho. "As mulheres sempre são castigadas, porque temos filhos,

porque temos uma expectativa de vida muito maior, então tudo isso faz com que este sistema nos castigue, e recebamos uma aposentadoria miserável".

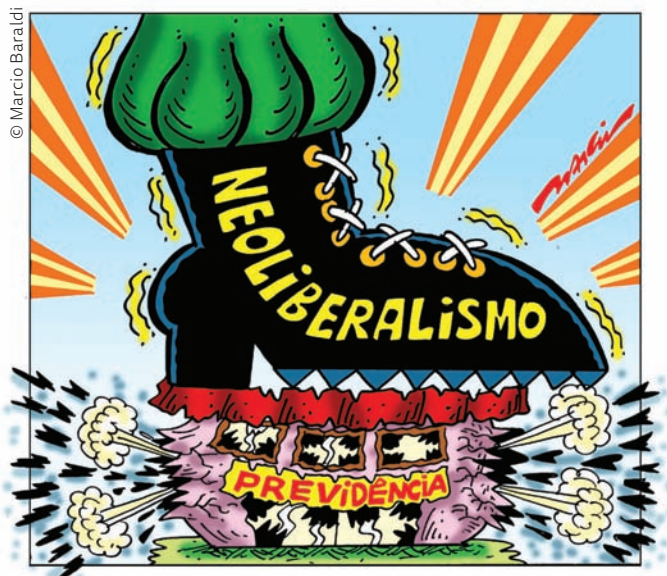


Protestos no Chile contra o modelo Neoliberal

O cenário de privação e escassez financeira dos idosos chilenos, em especial as mulheres, desmente por completo o mito da direita sobre a eficácia do programa neoliberal. Ele não tem condições de ser implementado a longo, ou mesmo a médio prazo. A prova disso é um artigo publicado por três economistas do Fundo Monetário Internacional (FMI), um dos maiores defensores do neoliberalismo. O documento sugere que o receituário neoliberal, prescrito pelo próprio FMI para o crescimento econômico em países emergentes, pode ter efeitos nocivos a longo prazo, produzindo custos significativos em termos de desigualdade social.

No entanto, a desigualdade não é mera consequência do neoliberalismo, mas sim um elemento vital para a existência desse sistema, uma vez que estimula o individualismo, a competitividade e a meritocracia por meio de uma visão do indivíduo como um "empreendedor de si mesmo", capaz de se desenvolver e prosperar, caso saiba se adaptar e inovar. Portanto, quando as pessoas se tornam incapazes de vender sua força de trabalho por falta de condições físicas, por exemplo, são jogadas à mercê da vida e da morte, como diz a filósofa Marcia Tiburi em sua coluna de opinião à Revista Cult.

"Trabalhadores em geral, operadores das mais ingratas tarefas ao longo de sua vida útil são vítimas da descartabilidade, quando seus corpos já não servem para o fim a que foram destinados pela ideologia em ação. Essa ideologia primeiro os marcou como úteis, depois como objetos descartáveis. A descartabilidade depende da marcação produzida pela ideologia: em que mulher/preto/pobre se justapõem".



# Os Estilosos Gigantes da Patagônia

Uma breve história da roupa tradicional no sul do Chile

Por Barbara Cristina, Guilherme de Beauharnais, Mayara de Moraes Neudl e Raíssa Haddock Lobo

Entre as lendas mais famosas da América Latina, aquela sobre “os gigantes da Patagônia” (região que compreende partes do sul do Chile e a Argentina) é, provavelmente, uma das mais conhecidas. Não à toa, como em tantos outros episódios de relevância antropológica e sociológica, as roupas desempenharam um papel decisivo na construção desse mito: foram as pegadas compridas e largas na neve, produzidas pelo uso de calçados de pele animal por parte dos povos nativos da região que, em 1519, assustaram a tripulação do navio português comandado por Fernão de Magalhães (o primeiro europeu a alcançar o local).

De acordo com a doutora em Antropologia Patricia Rieff Anawalt, teriam sido os homens de Magalhães a batizar as pessoas que encontraram durante a viagem de “patagones” (pés grandes) ou, talvez, até mesmo o próprio capitão, inspirado no romance espanhol *Primaleon*, que narra a história de uma ilha habitada por um gigante chamado Patagón e uma comunidade de caçadores selvagens. A visão de nativos enrolados em grossas peles animais certamente causou uma impressão nos viajantes do Velho Continente, que já começava a explorar a tradição têxtil oriental, marcada pela sutileza e brilho das sedas coloridas.

Mesmo com o fim da Era do Gelo (entre 14 e 10 mil anos atrás), o clima na Patagônia se manteve bastante frio, com fortes ventanias, chuvas, neve e granizo. A sutil elevação de temperaturas, entretanto, permitiu que povos caçadores-coletores comessem a habitar a região. A sobrevivência da maioria deles dependia do guanaco, um animal semelhante a lhama com “o relincho do cavalo, a lã do carneiro, as patas do cervo e a rapidez do diabo”, como descreveu o viajante inglês G. C. Musters, no século XIX. Enquanto sua carne alimentava a comunidade, sua pele servia como proteção contra o frio.

Para os onas, por exemplo, as peles de guanacos formavam enormes mantos de 1,5 m² que cobriam o corpo inteiro (com a pelagem voltada para fora). Enquanto as mulheres prendiam essas peças com correias na altura do pescoço, os homens as vestiam sem qualquer tipo de amarra, ficando livres para soltá-las durante caças e garantir maior agilidade. O animal também era utilizado pela tribo como material para calçados, boinas triangulares e faixas de cabeça.

Outros caçadores de guanacos eram os tehuelches, que desenvolveram técnicas mais elaboradas de criar vestimentas: ao invés de utilizar os mantos com as pelagem dos guanacos para fora (como os onas), eles vestiam *quillangos*, mantos quadrados com o pelo para dentro e motivos geométricos decorando o exterior. Também segundo a Dra. Anawalt, “os motivos mais frequentes dos *quillangos* eram cruzeiros pretas e linhas longitudinais azuis e amarelas sobre um fundo vermelho, ou ainda ziguezagues brancos, azuis e vermelhos”.

A tradição tehuelche dos *quillangos* sobreviveu por muitas gerações e, ainda na década de 1930, era comum encontrar seus descendentes produzindo essa variação do manto patagônico. A ameaça de extinção dos guanacos (resultado da caça constante para alimentar e vestir comunidades cada vez mais populosas) obrigou os tehuelches a encontrar outras formas de produzir indumentárias, como a tecelagem, que aprenderam com os povos que habitavam o norte da Patagônia.

Mas muito antes de dominar os teares, os tehuelches aprenderam a domar os cavalos selvagens – que descendiam daqueles abandonados na região pelos europeus. Essa atividade fez deles não

apenas cavaleiros-caçadores, mas cavaleiros-guerreiros, e as disputas violentas com outros povos criaram a necessidade de armaduras resistentes. Como o couro dos guanacos era muito macio, o couro bovino passou a ser preferido na confecção de capacetes, e o de cavalo na de armaduras (feitas com até 7 camadas do material).

Além dos mamíferos terrestres, peles de focas e lontras também serviram como matéria-prima para as roupas dos povos tradicionais da Patagônia. Para os yámanas (índios canoieiros), a ausência de pelagem facilitava a movimentação na água, já que eles viviam de pesca e, pelo mesmo motivo, as vestes (pequenas capas de 90 cm x 125 cm) cobriam apenas o torso, deixando as pernas livres. Ainda além, andavam descalços na maior parte do tempo, optando por calçados rústicos de pele de foca e enchimentos de capim apenas durante viagens longas.

Já das aves, as plumagens coloridas eram apreciadas por todas as tribos: brachadeiras de penas e adornos pessoais simples, como colares de ossos de pássaros ou conchas, eram padrão entre os onas e os yámanas, enquanto os tehuelches – graças ao contato com outras culturas facilitado pelas viagens a cavalo – adotaram adereços mais refinados, como broches de latão e brincos, pulseiras e anéis de prata martelada.

Apesar dos séculos de tradição, o legado suntuário das comunidades tradicionais chilenas começou a sofrer duros golpes a partir do século XIX. Além da considerável redução da população de guanacos, o número de indígenas na Patagônia também diminuiu. Segundo o historiador chileno Mateo Martinic Beros, entre 1843 e 1910, o número de nativos na região caiu de 11 mil para menos de 1.500. A introdução de bebidas alcoólicas e doenças, o confinamento compulsório e a conversão religiosa por parte dos colonizadores contribuíram para o extermínio desses povos assim como o de suas expressões culturais.

Seja rústica, sofisticada ou aquática, a singularidade de cada um desses “guarda-roupas” exprime muito mais do que apenas a vaidade humana. Ela conta histórias sobre pessoas que legaram às gerações futuras algo talvez ainda mais íntimo que a escrita: suas vestimentas. A partir delas, pode-se reviver suas memórias e compreender suas vidas e mortes. É através das roupas que os verdadeiros “gigantes da Patagônia” se revelam.



Duas mulheres onas vestindo mantos de pele de guanaco, em 1915



# Agulhas modernas para fios de tradição

**Radicado no Brasil, o chileno Marcelo Von Trapp une valores contemporâneos à pureza técnica nas roupas do ateliê paulistano que carrega seu sobrenome**

Por Barbara Cristina, Guilherme de Beauharnais, Mayara de Moraes Neudl e Raíssa Haddock Lobo

“**E**vito ver coisas de moda, até porque não gosto nem do nome ‘moda.’” Partindo de um “estilista”, a frase pode até parecer paradoxal, mas reduzir a figura de Marcelo Von Trapp a de alguém que ganha a vida fazendo roupas é negar por completo todas as histórias, ideias e projetos que existem por trás de suas peças.

Mais do que um estilista, ele é um artesão, um criador, um poeta chileno-brasileiro (com origens em Valparaíso) preocupado em ressignificar as nossas relações com as roupas. E, em meio à pandemia e ao lançamento de sua nova coleção, ele contou ao **Contraponto** um pouco de sua trajetória, processo criativo e relação com o “mundo moda”, em uma conversa que você confere aqui.

Marcelo estabeleceu relações com as roupas ainda cedo: sua mãe tinha um ateliê de alfaiataria masculina, onde ele passava horas depois das aulas (quando não se perdia entre as araras de brechós, procurando por peças para desmontar e explorar a complexidade de suas tramas e costuras).

O interesse logo se tornou paixão, e levou Marcelo a estudar na conceituada Central St. Martins, em Londres, que já formou grandes nomes da moda – como Alexander McQueen e John Galiano. De volta aos trópicos, fundou, em 2016, seu ateliê em São Paulo, a Von Trapp, que é hoje sinônimo de pluralidade, criatividade, transparência e primor na produção brasileira de vestuário feminino.



© Imagem cedida pela Von Trapp

Marcelo e a amiga Barbara Besouchet posam com a nova coleção “Alvorada”, feita com resíduos têxteis de algodão nacional

**Contraponto** A Von Trapp faz parte de uma geração de marcas preocupadas com qualidade e construção de identidade, ao invés de velocidade. Esses valores têm sido cada vez mais presentes em marcas europeias e norte-americanas. Você sente que essa também é uma preocupação dos consumidores brasileiros?

**Marcelo Von Trapp** Acredito que é um dever político do consumidor poder entender de onde vem o que consome. Dentro de uma estrutura capitalista, a única forma de moldar a sociedade é a partir das escolhas de compra. Eu tive anos de experiência com outras marcas e grupos enormes que estavam unicamente preocupadas com rapidez e eficiência fordista, mas quando abri a marca não era sobre isso, era sobre escolher e entender o que ainda fazemos de bom no país e na América Latina. A construção de identidade veio naturalmente e a partir das aberturas para abraçar todas as pessoas com quem podíamos registrar e produzir em conjunto imagens e “personas”. O processo criativo é bastante horizontal e abstrato, mas se constrói de forma orgânica, dentro da autorreferência do trabalho de todos os envolvidos.

**CP** Você vivenciou o *fast-fashion* brasileiro por 12 anos, passando pelas equipes de estilo de gigantes como Renner e C&A. Qual foi o maior ensinamento que a passagem por esse lado da indústria da moda no Brasil te deu?

**MVT** Existe uma ideia de produtividade dentro destas empresas que eu ainda carrego. Ser proativo é fundamental. De planejamento e estratégia, que eu às vezes ignoro e depois percebo. Mas acredito que a austeridade é um dos valores que tento diariamente conjugar, pois é algo que faz muita diferença.

**CP** A alfaiataria e os plissados são características fundamentais das suas criações e, em um primeiro momento, são quase antagônicas: uma é marcada pela estrutura rígida e a outra pela leveza e movimento. De que maneira essas duas formas de trabalhar o tecido refletem as suas experiências e vivências no Chile e no Brasil?

**MVT** Eu sinto que existe uma herança arcaica do Chile. Na alfaiataria, o ateliê é muito rígido, como os códigos de conduta do país formal que é, mas normalmente eu tento trazer tecidos moles, como a seda, que muitas vezes deixam os alfaiates loucos. Eu amava (no começo) essa onda que tem no Chile de tradicionalismo: os cabelos, os sapatos, e aquela herança inglesa falida. O Brasil e os plissados me remetem à natureza (normalmente eles vêm em formas que remetem a criaturas meio exóticas) e principalmente ao lugar de liberdade de corpo.

**CP** Você comentou certa vez que seu trabalho carrega uma “pureza tradicional” (especialmente na relação com os tecidos) e o seu processo carrega muito a herança experimental da moda inglesa. Essa é uma preocupação que você desenvolveu ainda em Londres, enquanto estudava na Central St. Martins, ou foi algo que adquiriu ainda cedo, no Brasil e no Chile?

**MVT** Na verdade eu sempre tive um dedinho Rockefeller. Quando era criança, eu não brincava com os ursos que tinham etiquetas que o toque era ruim. Já tinha esse espírito de criança viada e fresca. Sempre gostei das coisas que minha família não podia adquirir. Mas com o tempo, comecei a entender o que era o que e, compulsoriamente, entender de tecido e fibras, que hoje são parte da minha pesquisa (além das formas). Parte do processo da marca envolveu meu retorno à costura, então tive que me encontrar nesse lugar de costureiro novamente, o que é um processo que não tem fim.

**CP** Como é o processo de começar uma coleção? Aonde você busca inspiração?

**MVT** Eu não busco muita inspiração autorreferente: nunca procuro uma foto de roupa para fazer roupa, ou uma foto para fazer um *shooting*. Normalmente a inspiração vem de outras formas de expressão que analogamente vão se conectando. Por exemplo, eu posso mostrar uma cena de um filme a uma bordadeira para ela entender um degrê e o sentimento da coisa. Ou uma pintura a um fotógrafo ou maquiadora. Criar algo “novo” demanda muita pesquisa e verdade e, mesmo assim, caímos diversas vezes em algo sem saber que já foi feito. Por isso evito ver coisas de moda, até porque não gosto nem do nome “moda”. Prefiro apenas roupas e os ofícios relacionados. Eu acredito que durante o processo de desenho, molde e costura as coisas vão se transformando e cabe a nós aceitar isso, sem perder a coerência (e não se obstinar a seguir com uma ideia fixa).

Informações sobre o estilista e seu trabalho podem ser encontradas em: @vontrapp\_\_\_\_\_ e em [www.vontrapp.com.br](http://www.vontrapp.com.br)

# A rota do vinho no Chile: tradição, inovação e enoturismo

*Entre Cabernet, Carménère e Chardonnay com os sabores refinados das uvas chilenas, os turistas aprendem sobre a história do país e dos vinhedos*

Por Bianca Paoleschi, Laura Augusta e Sofia Luppi

De Valparaíso, passando por Santiago até Concepción, o Chile carrega os sabores do vinho. Ao longo da tradição que atravessou as mais diversas crises e doenças mundiais, a produção se reinventa, conquistando espaço no paladar de quem aprecia um bom vinho. Com clima ideal para o crescimento das uvas e localização geográfica privilegiada – que proporciona o isolamento benéfico para afastar pragas e doenças que possam atingir as frutas –, os produtores usam menos compostos químicos na fabricação, criando um vinho mais autêntico.



© Sofia Luppi

Videiras da vinícola Bodegas Re, em Valparaíso

A história do vinho chileno remonta ao século XVI, com a chegada dos primeiros espanhóis no país, no período de colonização na América do Sul. No dia 4 de setembro de 1545, Dom Pedro de Valdivia escreveu ao Rei Carlos V da Espanha uma carta solicitando videiras e vinhos para “evangelizar o Chile”. O acontecimento histórico abriu portas econômicas e comerciais e a data, conhecida como “Dia Nacional do Vinho Chileno”, marcou o início das atividades vitivinícolas.

Os primeiros vinhedos chilenos foram então plantados com uva espanhola e as variedades eram essencialmente País e Moscatel. Francisco de Aguirre, Juan de Jufre, Rodrigo de Araya são alguns dos personagens de grande relevância no início dos vinhedos no país. A primeira colheita na capital de Santiago foi executada por Diego García de Cáceres, em 1554. As

plantações foram se estendendo em todo território nacional, desde Coloquimbo à Concepción. O sistema para o cultivo da videira e a tecnologia trazida pelos espanhóis na produção de vinhos se manteve sem alterações até meados do século XIX.

Em 1818, o Chile conquistou sua independência em relação à Espanha e a produção de vinhos começou a se expandir. Famílias chilenas mais ricas realizavam viagens à Europa, entrando em contato com costumes e tradições das regiões nas quais o vinho se manifestava fortemente, o que acarretou a importação das frutas principalmente da França. Claude Gay foi um botânico francês que convenceu o governo chileno a investir em uma maior diversidade de uvas e fundou, em 1842, um viveiro chamado Quinta Normal com a intenção de ser um centro de estudos agrícolas do Chile, hoje atual parque Quinta Normal, localizado em Santiago.

Foi então a partir de 1850 que as famosas variedades de vinhos, principalmente da região de Bourdeaux, começaram a chegar no país e são até hoje grande inspiração na produção chilena. Empreendedores e visionários como Don Melchor e Concha y Toro são grandes nomes que investiram fortemente na importação dessas variedades e na modernização de sistemas de produção.

Ainda no século XIX, houve uma devastadora epidemia da filoxera – praga que ataca raízes de plantas – na Europa, que destruiu importantes vinhedos do mundo e levou à extinção de importantes cepas. Devido a essas circunstâncias, enólogos europeus viram o Chile, que já vinha se destacando pelo seu território favorável às plantações, como uma grande oportunidade, e migraram para contribuir com o desenvolvimento da produção vitivinícola nacional.

O investimento foi especialmente significativo a partir de 1850, e se concentrou nos arredores de Santiago, no Vales Central e em Aconcagua. A maioria das propriedades do Vale Central passaram a produzir vinho, e foi neste período que as atuais grandes vinícolas foram fundadas, como Concha y Toro, Errázuriz, Urméneta, Tarapacá, Cousiño-Macul, Santa Rita e Santa Carolina. Acredita-se que esta

última é a mais antiga do Chile, porém, Didu Russo, conhecido como Eduardo Granja Russo, fundador da Confraria dos Sommeliers e que tem um site sobre o assunto desde 1992, afirmou em entrevista ao **Contraponto** que deve haver vinícolas mais antigas entre os pequenos produtores de Pipeños, assim denominados os vinhos artesanais.

O nome Pipeños se refere às pipas de madeira utilizadas para armazenar e transportar vinho pelos produtores tradicionais, que dificilmente tinham capital para investir nesses equipamentos, diferentemente dos vinhos *burdeos* que não se restringiam às novas tecnologias que facilitam a produção. Assim, o país passou a conviver com duas classes de produtos, cada uma com o seu mercado. Os *burdeos* eram consumidos pela elite, enquanto os *pipeños*, considerados de baixa qualidade, eram os preferidos da população menos abastada.

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, a produção foi exclusivamente sustentada pelo mercado interno e havia pouco interesse no investimento de exportações. Nas décadas seguintes surgiram outros fatores políticos e sociais que acabaram limitando as produções e, mais gravemente, levaram a uma estagnação do mercado de vinhos no Chile.

Foi no início da década de 90, com a redução dos conflitos internos, que o Chile retomava suas produções e possuía novamente apoio do governo para o cultivo das uvas para o retorno da atividade no mercado externo, até então parado há décadas. A reabertura trouxe concorrência e, conseqüentemente, a queda do consumo interno. Assim, a indústria nacional investiu fortemente nas produções e variedades de vinhos, renovando tecnologias, como o uso dos tanques de inox, por exemplo. Procurava-se fabricar vinhos de melhor qualidade que alcançassem o mercado externo e finalmente, alcançaram excelentes resultados de qualidade e personalidade que consistem até hoje e são reconhecidos mundialmente.

Possuindo atualmente cerca de 117 mil hectares de vinhedos plantados do norte do Deserto do Atacama, ao sul das montanhas, o Chile tem climas peculiares e variados, com uma área extremamente extensa e temperaturas que variam de 30°C até números negativos ao longo do ano. Logo, os vinhos dentro do próprio território se diferenciam notavelmente, trazendo características únicas em relação a sabores e aromas. “O clima do Chile, em praticamente toda sua extensão, tem pouca incidência de chuvas, permitindo



um controle total da maturação”, aponta Eduardo Bassetti, proprietário da vinícola Villaggio Bassetti em São Joaquim, na Serra Catarinense.

Corriqueiramente, a rota dos vinhos chilenos é dividida em 3 grandes áreas: Aconcagua, Valle Central e Región Sur Meridional. Apesar disso, existem inúmeras subdivisões para as diversas regiões de plantio incluindo: Vale de Colchagua, Cachapoal (localizado próximo aos Andes), Vale do Maule, Limari, San Antonio Valley, entre tantas outras.

Sendo que a Aconcagua abrange desde a costa do país até o interior – passando por regiões como Valparaíso, San Felipe, Los Andes, Casablanca (que tem os vinhedos envoltos em uma pesada névoa branca e o ar é considerado salgado devido sua proximidade com o oceano. Apesar do clima seco e das chuvas escassas ao norte, o Chile dispõe de temperaturas agradáveis que são ideais para o cultivo das uvas. Estas, que devido às temperaturas noturnas mais frias (causadas pela proximidade ao Deserto do Atacama e grandes altitudes), levam à produção de vinhos com maior concentração de compostos fenólicos, tornando a bebida ainda mais equilibrada.

Já o Vale Central, posicionado em uma área histórica, atrai as pessoas tanto pelos vinhos, quanto pela possibilidade de conhecer as cidades em suas proximidades. Há uma extensa gama de vinícolas na capital, Santiago, e em outras regiões próximas, como: o Vale do Maipo (território histórico com o clima perfeito para a uva *Cabernet Sauvignon*), Vale Rapel (responsável pela produção de um quarto do vinho chileno percorrendo parte das cadeias montanhosas), Curicó (maior produtora no país da uva *Sauvignon Blanc*, por localizar-se em um território com numerosas mudanças diárias de temperatura), Mapel e outros. O clima dessa região é bem definido em cada estação, se aproximando muito com a realidade brasileira.

Por outro lado, as vinícolas mais ao sul do país possuem temperaturas mais amenas, não passando normalmente dos 20°. O Vale do Bio-Bio, localizado nesta parcela do Chile, é conhecido pela produção de vinhos brancos aromáticos, sendo que as castas de uva mais cultivadas são *Gewürztraminer* e *Riesling*, além da tinta *Pinot Noir*.

Apesar disso, as uvas mais encontradas no Chile, segundo o site *WineSearcher*, são a *Cabernet Sauvignon* – mesmo sendo originária da França, conta com particularidades quando criada no nosso vizinho

Barris que são conhecidos como pipas da vinícola Concha Y Toro, em Valle del Maipo, Chile



© Bianca Paolleschi

latino-americano, uma vez que cada região de plantio gera um toque aromático ímpar –, representando 38% das uvas plantadas no país. Essa variedade normalmente é combinada com frutas negras, como cereja e amora; com especiarias, a exemplo da pimenta; e com a subespécie *Sauvignon Blanc*, preferida nas produções chilenas de vinho branco, que possuem toques de maçã verde, limão e até mesmo toranja.

Seguidas, respectivamente, pela *Carménère*, *Chardonnay* e *Syrah*, os sabores refinados das uvas chilenas atraem o público para o enoturismo, que é o turismo destinado a provar, apreciar e até mesmo comprar vinho. A prática que está crescendo entre os brasileiros, tornou o Chile o destino perfeito para esse tipo de passeio. Segundo uma matéria do site *BrasilTuris*, em 2017, aproximadamente 500 mil brasileiros foram ao país e visitaram algumas de suas 340 vinícolas. “Pelas características desejadas pelo mercado consumidor, os vinhos chilenos têm características de taninos doces, bastante encorpados, resultado do ponto de maturação das uvas na colheita”, completa Bassetti.

O destino se tornou ideal, não só por conta da proximidade territorial, mas também porque os vinhos chilenos já são famosos em terras brasileiras. Segundo pesquisa realizada pela empresa de consultoria inglesa *Wine Intelligence*, divulgada pelo estudo *Brazil Landscapes Report 2017*, apenas 25% dos vinhos consumidos no Brasil são importados e, dessa quantidade, 43% são vinhos chilenos. Além disso, o Chile domina o mercado de vinhos importados no Brasil há 15 anos, de acordo com a mesma pesquisa. Tal presença é medida pela Organização Internacional de Vinhas e do Vinho (OIV), publicada em reportagem do *El País* em 2018 e na qual classifica o país como o quarto no ranking mundial de exportação de vinhos.

Didu Russo explica o motivo dos vinhos chilenos serem tão queridos pelos

brasileiros: “Eles têm uma relação de qualidade e preço muito boa e têm muita inovação também, oferecendo um pouco de tudo em termos de estilo”. Esse seria um grande motivo para o grande fluxo de brasileiros viajando para as vinícolas chilenas, fluxo que aumenta a cada ano.

“O brasileiro iniciou o consumo de vinhos finos há menos de trinta anos. O paladar adocicado dos vinhos do Chile, elaborado com uvas bastante maduras que deixam o vinho encorpado, agradam mais o paladar dos brasileiros”, ressalta Eduardo.

O aumento de turistas brasileiros fez com que a ideia de Artur Temper Farias se sobressaísse no mercado do turismo. O brasileiro fundou em 2016, a 321 Chile, uma agência especializada em realizar o turismo de brasileiros no Chile. Entre os pacotes disponíveis de passeios, há visitas a vinícolas, com degustação de vinhos e almoços em restaurantes. São passeios guiados em português, o que confere destaque na proposta. Farias afirmou ao *BrasilTuris* que, no ano de 2017, sua agência atendeu em torno de 8 mil brasileiros. O Chile recebe muitos visitantes durante a época da Vindima, que é a temporada de colheita das uvas para a produção do vinho, e desse total de visitantes, 30% são brasileiros.

A veia turística do Chile que, com mais de 800 vinícolas, movimentava o mercado de trabalho, emprega mais de 100.000 pessoas por ano, segundo reportagem publicada em 2019 pelo blog *Bonovino*. A maior parte dos vinhedos ficam localizadas na região de El Maule que, de acordo com a mesma reportagem, concentra por volta de 37,9% dos vinhedos de todo o Chile.

Quando questionado sobre a melhor rota para ser feita, Didu pontua: “Eu sugiro que o viajante liste seus vinhos prediletos e consulte uma agência para montar o roteiro. Não há nada mais bacana que visitar a vinícola que produz um vinho que você gosta. E se possível, se hospedar nela, se for o caso”.

# Saúde mental na pandemia: as realidades vivenciadas no Brasil e no Chile

*A Organização Mundial da Saúde (OMS) indica que a condição psíquica fica ainda mais vulnerável durante o processo de isolamento social*

Por Catharina Morais, Gabrielly Mendes, Isabel Bartolomeu, Luiza Fernandes



© Reprodução

**Segundo especialistas, o isolamento intensifica o autoconhecimento**

O Brasil fechou escolas e diversos estabelecimentos em março e, ao decorrer dos meses, instaurou medidas de flexibilização, a despeito do crescente número de infecções e mortes causadas pela pandemia do novo coronavírus.

No Chile, assim como no Brasil, ocorreram ainda impactos em sua economia, resultando em altos índices de desemprego e na falta de acesso a alimentos. O país teve que adotar diversas medidas para garantir a segurança sanitária dos milhões de chilenos que participaram de um plebiscito constitucional histórico em meio à pandemia.

As condutas obrigatórias de isolamento social foram um dos maiores fatores de impacto na saúde mental dos jovens. Uma pesquisa nacional realizada pela Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) revelou que 70% dos jovens brasileiros afirmam ter sentido piora em emoções como ansiedade, tédio e impaciência. Uma pesquisa chilena realizada pela psicóloga da Universidad Mayor, Daniela Salina, mostrou que das 600 pessoas entrevistadas, 66% revelaram ataques de ansiedade e 40% apresentaram sintomas depressivos durante as medidas restritivas.

“Com a depressão sendo considerada a segunda maior doença da humanidade, já vivemos uma pandemia relacionada à saúde mental há um bom tempo” afirma Marcelo Faria, psicanalista e professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. “Analisando a juventude, compreende-se que, por terem números alarmantes de suicídio e depressão, a chegada do coronavírus causou um agravamento desses problemas. Com rotinas desordenadas, o sujeito atual está tendo que lidar com

fortes alterações emocionais sozinho, causando fragilidade e desamparo”.

O excesso de tecnologia também é um dos principais causadores de desânimo e frustração entre os estudantes. O estudante de pedagogia, Gabriel Leles, disse que sente cansaço físico e psicológico por ficar conectado às telas por tanto tempo: “O ensino remoto exige uma carga emocional dos alunos. É algo novo e inesperado mesmo estando em uma era tecnológica. A pressão emocional aumenta”.

A discente de enfermagem, Isabella Soares, reclama que, por conta da pandemia, é necessário estudar matérias que continham aulas práticas em casa: “Passar horas na frente do computador, tentando compreender os assuntos sem ao menos ter praticado exige muito do professor e principalmente do aluno, que acaba tendo mais dúvidas”.

A separação entre o descanso e o trabalho fica cada vez mais tênue, pois são feitos no mesmo lugar. “O problema de estudar em casa é que você está sempre preso à rotina, sempre limpando algo, cozinhando, etc. É difícil fingir que estamos em sala de aula. Nosso cotidiano caseiro continua presente”, afirma Gabriel.

Acumulando cerca de 5 milhões casos e 150 mil mortes, o Brasil ainda não sabe quando conseguirá estabilizar e diminuir tais números. “Além das dificuldades, o medo é algo que pode assombrar. O pensamento que amanhã você pode ser o próximo infectado e corre risco de perder a vida, ou perder pessoas que gosta, é um fator que impacta a saúde mental”, acrescenta Gabriel.

De acordo com levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego durante a pandemia subiu de 13,2% para 14,3% em agosto, a maior desde a criação da pesquisa, iniciada em maio deste ano (quando pontuava 10,5%). Essa variação corresponde a 1 milhão de desempregados no país, totalizando cerca de 13,7 milhões de pessoas. Gabriel comenta que “a quantidade de alunos que perderam empregos e fonte de renda são grandes, enquanto o preço de coisas básicas tem aumentado. Muitos estudantes da rede privada mantêm seus estudos com o salário que recebem, além de outras despesas. A pandemia gerou desemprego e deixou muitos desses estudantes sem alternativa para seguir com os estudos”.

## Por dentro da PUC: Além da bolha

Em maio, o Coletivo Da Ponte Pra Cá, frente organizada por bolsistas da PUC, divulgou um levantamento, feito com 232 estudantes, referente ao contexto pandêmico. O documento apresentava as diferentes condições e realidades dos alunos, apontando ainda as demandas e a necessidade de implementações de novas políticas públicas e de permanência no país e na universidade.

A pesquisa foi realizada com bolsistas de programas sociais externos e internos, como ProUni (80,2%), Fies (9%), Fundasp (7,8%), Ser Puc (1,3%) e entre outros. Os dados coletados abordaram tópicos como a continuidade das aulas, as condições socioeconômicas e a saúde mental dos discentes durante a pandemia.

Dos entrevistados, 71,6% atribuiu uma nota entre 0 e 5 – em uma escala de 0 a 10 – para a qualidade de sua saúde mental. Destes, 86,6% tiveram dificuldades de concentração, 78,4% de organização e outros 59,9% tiveram oscilações de humor. Além disso, 6% dos discentes relataram ter tido pensamentos suicidas, enquanto apenas 4,7% não apresentaram nenhum dos sintomas listados.

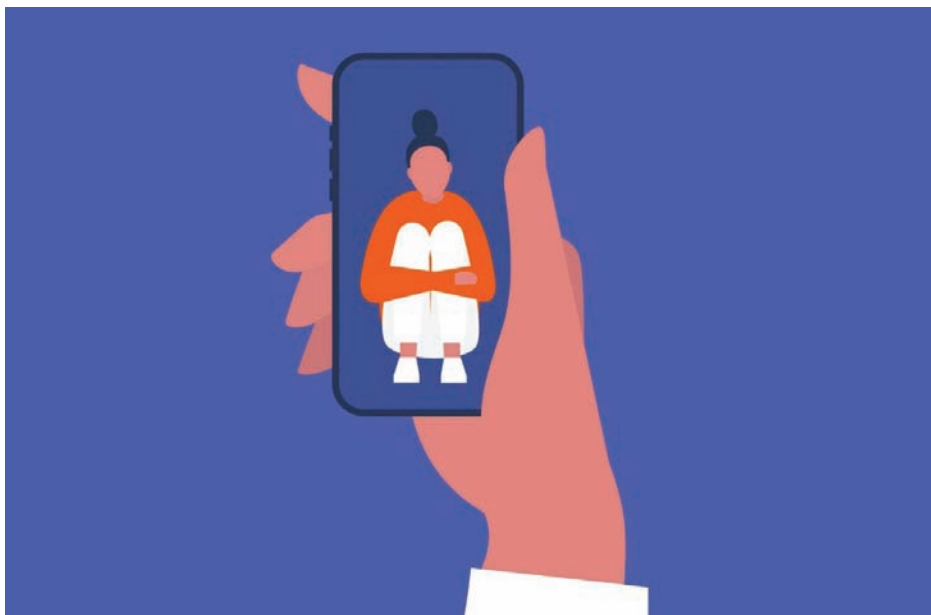
Os impactos negativos aos discentes foram acometidos, principalmente, por preocupações relacionadas às condições de saúde da família e riscos à covid-19 (82,3%), às condições do isolamento social (80,6%), à quantidade de trabalhos e tarefas do dia a dia (80,1%), às condições socioeconômicas (79,3%) e à realização de atividades obrigatórias (75,8%).

Ademais, 45,3% dos estudantes não tinham diagnóstico clínico, enquanto outros relataram ter ansiedade (44,8%), depressão (12,5%) e o restante (9,4%) foi diagnosticado com Síndrome de Asperger, bipolaridade ou hiperatividade. Em relação ao acompanhamento psicológico, 50,9% não o realizavam por motivos financeiros, 17,2% contavam com a assistência de um profissional e 15,5% disseram acreditar que não precisam desse apoio.

Em entrevista ao **Contraponto**, a estudante de psicologia e uma das representantes do Coletivo Da Ponte Pra Cá, Ana Laura Lozato, criticou a política adotada pela PUC neste período e questionou: “Qual PUC é essa que não parou? Qual PUC é essa que não pode parar?”; em referência ao slogan da campanha “Fique em casa, mas não pare!”, realizada durante a pandemia.

Segundo Ana Laura, o processo de transição e implementação ao ensino remoto não ocorreu de forma democrática. “Não foi dada nenhuma atenção às necessidades diferenciadas dos bolsistas, como





© Reprodução

Um guia produzido pela Universidade do Chile recomenda ter uma exposição mínima a notícias que causam ansiedade ou nervosismo

por exemplo de não ter acesso a internet, computador ou um local adequado para a realização dos estudos”.

A iniciativa para a realização da pesquisa surgiu através das frustrações dos discentes e pela crença de que a pauta deveria ser apresentada e reivindicada de maneira coletiva. “Construímos o formulário de maneira despretensiosa e o resultado foi muito impactante para nós. As 232 pessoas que responderam estavam precisando falar e não estavam sendo ouvidas por nenhuma via, por lugar nenhum”.

Lozato aponta ainda que “não se pode negar que os bolsistas sentem a pandemia de um jeito muito diferente. A maior parte mora em periferias, que foram os lugares mais afetados pelo coronavírus. Para as pessoas de baixa renda, para os pobres, para os bolsistas, a pandemia foi um momento de muito impacto”, e finaliza: “A perspectiva da PUC é ilusória”.

A pesquisa foi anexada a um relatório enviado por e-mail para as coordenações, pró-reitorias e para a Fundação São Paulo (Fundasp) através da campanha “Nenhum(a) estudante a menos”, realizada pelo movimento estudantil da universidade. Em resposta, a Pró Reitoria de Graduação (ProGrad) expôs as ações feitas pela universidade:

“Visando atenuar algumas das dificuldades enfrentadas pelos estudantes, a PUC-SP e a Fundasp, desde o início da suspensão das aulas presenciais em razão da pandemia, têm realizado uma série de ações, dentre as quais destacamos: a criação de um programa de empréstimos de computadores e de doação de recursos para obtenção ou incremento de pacote de dados a discentes com dificuldades extremas de acesso à internet; a distribuição, desde 01/06, de cestas básicas de alimentos, por três meses, para 400 estudantes bolsistas com menor renda per capita; o oferecimento de serviços de

apoio e acolhimento psicológico online gratuitos a toda a comunidade acadêmica durante a pandemia; rodas de conversa online e entre outras, organizadas por estudantes de psicologia em conjunto com a Clínica Psicológica Ana Maria Poppovic e apoio da Pró-Reitoria de Cultura e Relações Comunitárias e do Grupo de Trabalho de Saúde Comunitária”.

A entidade também agradeceu o envio e a exposição dos dados, afirmando estar aberta ao diálogo e, por fim, concluiu dizendo que “o estabelecimento de tais medidas converge para uma política de permanência e combate à intensificação das desigualdades sociais e educacionais no atual contexto”.



Logo do projeto  
“Cuidando de você na pandemia”

© Reprodução

### O impacto da mídia e da política na saúde mental

O equilíbrio entre se manter informado e se preservar do excesso de informações ficou mais difícil durante o isolamento. Isabella conta que tentava se manter informada no início da quarentena, mas, com o tempo, começou a ficar cada vez mais frustrada. “Me senti incapaz por não poder fazer nada para mudar a situação atual além de fazer a minha parte como cidadã”, desabafa, acrescentando que optou por se informar menos e preservar sua saúde mental. Gabriel finaliza sua fala dizendo que procura estar a par somente do necessário, mas afirma que

“saber o que está acontecendo com o país é fundamental para o desenvolvimento de uma opinião política sólida”.

A possibilidade de manter o cenário político-econômico distante de nossa saúde mental se tornou uma tarefa árdua em tempos de isolamento, pois as decisões governamentais implicam diretamente em nossas vidas. Segundo a professora de psicologia da PUC-SP, Ana Laura Schliemann, “o financeiro, o político, o isolamento e a falta das relações foi crucial para que todas estas crises repercutissem nos nossos pequenos cotidianos. Para enfrentar o período, surgiram comportamentos distintos: romantizar a quarentena, negar a existência do vírus e aceitar a situação”.

No Chile, a fragilidade política também se mostrou responsável pela piora da saúde mental de sua população. O país passa pela tensão decorrente do plebiscito constitucional realizado em outubro e vive as consequências de um forte movimento popular ocorrido no ano passado. A psicóloga chilena Frederica Brauer compartilhou com o **Contraponto** como vem se desenvolvendo as crises no país: “Desde o final de 2019, estamos em um processo de profunda mudança social, que gerou muita instabilidade emocional. Com a pandemia o ‘estado normal’ do Chile não é vivenciado há muito tempo. Nosso sistema nervoso está em modo de alerta há meses, o que obviamente afeta a saúde mental”.

### As alternativas e perspectivas do contexto pandêmico

Em meio às dificuldades trazidas pela pandemia, surgem iniciativas que buscam compartilhar melhores formas de conviver com o isolamento. Um desses projetos é o “Cuidando de Você na Pandemia”. A iniciativa do curso de psicologia da PUC reúne estudantes do quarto ano sob coordenação da professora, Ana Laura Schliemann, para criar espaços virtuais que auxiliem as pessoas a preservar sua saúde mental. “Nós divulgamos eventos, promovemos concursos e distrações. Além disso, recebemos perguntas sobre processos terapêuticos, onde cada um é encaminhado aos espaços existentes na PUC”, ressalta Schliemann.

Em funcionamento desde maio, o projeto tem atuado no Facebook e Instagram, e promoveu um espaço de questionamento sobre saúde mental, fora e dentro do campus. “Nossa intenção era fazer para a comunidade e percebemos que isto que é fazer psicologia. Tivemos um feedback muito bom da comunidade, enxergo que fez sentido tanto para nós quanto para aqueles que receberam e interagiram com este espaço”, finaliza a professora.

# A necessidade da metamorfose chilena no setor cultural

*Com o novo coronavírus, novas alternativas no ramo das artes e cultura tiveram de surgir para prosseguir seu funcionamento na sociedade*

Por Anna Baisi, Beatriz Loss, Luíza Feniar Migliosi e Sabrina Legramandi

Com as atividades que dependem da aglomeração de pessoas para sobreviver em suspensão por causa do novo coronavírus, o setor cultural, em todo o mundo, precisou se reinventar. Exposições em museus, espetáculos de teatro, shows de música, sessões de cinema, entre outros, se encontraram em um ponto em comum: pensar como fazer funcionar este campo de atuação que, até então, sempre necessitou de público e de contato físico.

Sem a capacidade operar, não se pode contar com o dinheiro do ingresso, tão necessário para manter respirando uma cadeia que tem no artista sua ponta mais visível, mas que também inclui dezenas de outras profissões e atividades, diretas e indiretas. Estas vão de profissionais técnicos que atuam por trás das câmeras ou dos palcos, até uma grande rede de fornecedores terceirizados ou autônomos, dos motoristas ao ambulante que vende cerveja na porta do show.

No Chile, ainda no início da pandemia, o Ministério das Culturas, das Artes e do Patrimônio do país reformulou alguns instrumentos e programas e criou seu Plano de Emergência em Apoio às Culturas, às Artes e ao Patrimônio como alternativa de sobrevivência no atual sistema. Já no segundo semestre de 2020, o setor cultural se encontra com outras possibilidades de continuar manifestando suas artes.

## A reinvenção da cultura no Chile

A resistência artística chilena teve grande destaque diante do contexto pandêmico. Museus, exposições e até mesmo workshops que funcionavam de forma presencial passaram a acontecer virtualmente. Dentre eles, destaca-se o Museo Violeta Parra, que, após ter seu espaço físico destruído por três incêndios, se adaptou rapidamente às plataformas virtuais. O museu, que leva o nome de uma das artistas mais potentes e populares do país, está localizado em Santiago, manteve-se ativo durante todo o ano nas redes sociais, atraindo novas audiências. Além do Violeta Parra, o Museo Palacio Cousiño, também situado na capital chilena, passou a disponibilizar visitas virtuais que podem, inclusive, ser acessadas em terras brasileiras.

Em entrevista ao **Contraponto**, o grupo “La Llave Maestra”, companhia de teatro hispano-chilena, conta que nesse período marcado pelo distanciamento físico encontraram muitas alternativas graças à internet e às redes sociais. “Durante a pandemia temos oferecido nossos trabalhos em formato online para diversos teatros no Chile e no estrangeiro. Também temos criado arquivos audiovisuais com histórias da quarentena que estão sendo publicadas em páginas da web, como Vimeo, Youtube e outras redes sociais”, relatam. Os membros da companhia ainda acrescentam que têm realizado cursos, workshops e palestras online para alguns teatros e festivais.

O grupo já tem planos para quando a pandemia terminar. Eles contam que desejam “poder retomar as atividades e turnês, tanto nacionais quanto internacionais, voltar aos teatros, encontrar com o público e seguir difundindo nossos espetáculos. E gostaríamos de criar novas obras presenciais assim que possível”.

As mostras culturais e os eventos anuais estão entre os mais atingidos pela pandemia do novo coronavírus no Chile. O MAC (“Museu de Arte Contemporânea”, em português), em Santiago, teve de suspender a mostra “Colección/Contingencia” em meados de março devido à crise sanitária. De 15 de agosto até 31 de janeiro de 2021, a exposição ficará disponível na internet. As obras tratam dos “horrores das ditaduras latino-americanas” e de “fenômenos sociais como a imigração, o conflito com o povo Mapuche, entre outros”.

O Barrio Arte organiza a “Semana de Las Artes Visuales”, em uma colaboração cultural entre o Centro Gabriela Mistral (GAM), o Museu de Artes Visuais (MAVI), o Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), o Museu de Arte Contemporânea (MAC)

e outros museus, galerias e espaços culturais nos setores Lastarria e Parque Forestal. Em uma mescla entre exposições virtuais, workshops online e filmes, o evento é um projeto financiado pelo Programa de Fortalecimento das Organizações Culturais do Ministério das Culturas, Artes e Patrimônio do Chile.

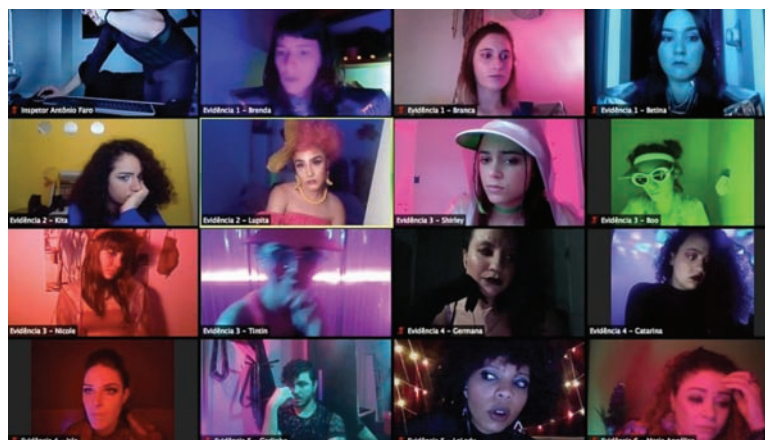
Outra ferramenta acessível a todos, até mesmo no Brasil, é a plataforma digital TEATROAMIL.TV, criada pela Fundación Teatro a Mil em 2017. O projeto ganhou grande importância durante o isolamento por ser um serviço de streaming inteiramente gratuito, com obras completas, documentários, programas, aulas e entrevistas relacionadas ao teatro. De acordo com o site da plataforma, a ação surgiu da “necessidade de compartilhar com o público o inestimável arquivo audiovisual que a organização compilou durante anos”, para assim colaborar com a memória cultural do país.

Em conversa com o grupo La Llave Maestra, os atores contam que também fizeram participação em uma plataforma de *streaming*. O site da iniciativa chamado Escenix, tem o objetivo de ser um acervo, e conta com mais de 120 títulos, número que ainda irá crescer. O projeto tem um planejamento de 2 a 3 obras novas por mês. A plataforma conta com um repertório de todos os gêneros, entre eles, musicais, romances, stand-ups, e também espetáculos de dança. A compra de ingressos é feita pelo site, que custam 4.000 pesos (aproximadamente 28 reais).

A Prefeitura de Santiago mostrou que a memória cultural não deixa de ser construída mesmo em meio a uma crise sanitária como a que vivemos – e foi exatamente essa a ideia do projeto “Relatos en tiempos de pandemia”, que une fotografia e micro-relatos construídos no contexto do isolamento.

Ao serem enviados no e-mail do projeto, as imagens e os pequenos relatos passam a integrar o arquivo da Biblioteca Nicomedes Guzmán, em Santiago, e também podem ser publicados nas redes sociais do Subdiretório de Cultura da cidade.

Os eventos remotos também serviram de ajuda aos mais afetados pela crise. A campanha solidária “Vamos Chilenos”, impulsionada por Don Francisco, principal apresentador televisivo do país, reuniu diversos artistas e personalidades com o



**Caso Cabaré Privê, elaborado pela Companhia de teatro Pequeno Ato, explora o ambiente virtual**

© Arquivo Pessoal



#### Cinema drive-in LoveCine no Rio de Janeiro



objetivo de ajudar pessoas maiores de 80 anos identificadas como vulneráveis pela fundação Conecta Mayor.

A iniciativa ultrapassou a meta inicial e ajudou cerca de 80 mil idosos com a entrega de telefones celulares para aqueles que moram sozinhos. O programa contou com a parceria da Sociedade de Geriatria e Gerontologia do Chile e da Pontifícia Universidade Católica do Chile e arrecadou mais de 16 milhões de pesos.

#### Comparação entre a situação do Chile e do Brasil

No Brasil, as artes também encontram novos espaços para se propagarem durante a pandemia. O cinema *drive-in* ressuscitou como alternativa mais segura e se estabeleceu em uma linha tênue entre manter o distanciamento social e ter uma experiência cinematográfica fora de casa. A opção ganhou força e funcionou em diferentes regiões com a predileção eclética de filmes. O pátio do Memorial da América Latina, em São Paulo, abriga o Belas Artes Autorama Drive-in, organizado pelo cinema de rua Petra Belas Artes. Já o LoveCine Drive-in se organizou no Rio de Janeiro, instalado na Barra da Tijuca, para receber filmes e apresentações musicais.

A utilização dos carros para transitar entre as apresentações não ficou apenas com os cinemas. O Drive Thru Art organizou um formato inédito: a criação de um galpão com mais de 8 mil metros quadrados foi adaptado para receber o trabalho de 18 artistas contemporâneos. Os veículos transitavam entre as obras suspensas e permitiam que as pessoas admirassem as artes em segurança.

Essa alternativa inspirou outros ramos artísticos. O teatro encontrou a videoconferência como palco para transmitir o espetáculo. O público compra os ingressos online para determinado horário e assiste ao vivo à apresentação. Dessa maneira, o

grupo assegura um meio para se sustentar e continuar com a produção.

A companhia Pequeno Ato, por exemplo, aderiu ao movimento dos experimentos cênicos online e estreou a peça “Caso Cabaré Privê” ainda no início de agosto. Com dramaturgia assinada por Tainá Muhringer e Felipe Aidar, o espetáculo narra os acontecimentos que cercam a morte do filho do Presidente da República durante uma festa particular num cabaré em plena pandemia.

Em cena, o grupo de teatro Pequeno Ato mantém íntegra a linguagem estética construída em encenações anteriores e dá importante passo à frente na investigação a partir da linguagem digital. Ao propor interação do público com a obra, o grupo explora a plataforma do Zoom sem o caráter abstrato de boa parte das obras que estrearam até o momento.

Segundo o roteirista, que também participa do elenco, Felipe Aidar, sua “maior dificuldade foi realmente pensar como essa estrutura pode andar, pois pode funcionar com um público que vai descobrir tudo ou com um público que vai descobrir nada; e como deixar essa experiência interessante da mesma forma”.

Ademais, as artes plásticas inovaram de diversas formas. A plataforma Google Arts and Culture abriga grandes museus mundiais para visitas virtuais, que podem ser feitas a qualquer momento, com explicações sobre as composições ao longo do percurso. A SP-ARTE, principal feira de arte da América Latina, decidiu utilizar a internet na edição de 2020. O SP-ARTE Viewing Room permite que o público possa ler, ouvir e assistir a curiosidades sobre os artistas e as obras exibidas.

As composições artísticas chilenas seguiram rumos parecidos. Como já citado, a “Semana de las Artes Visuales”, a “Semana de la Tradición Organillera Chinchinera” e os “Talleres Santiago Cultura” também

tiveram de se reinventar. Workshops virtuais, lives no Facebook e projeções de filmes foram alguns dos elementos utilizados pelos organizadores para que os eventos chegassem ao público remotamente.

O site da Subdireção de Cultura do município de Santiago apresenta uma seleção de eventos culturais da região. É possível encontrar direcionamento para as artes cênicas, com apresentações online e experiências cinematográficas, como o Festival de Cine en Red (REDFECI), com a amostra “Territorios en Transformación”, que apresenta um catálogo extenso.



#### Festival de Cine en Red com a amostra 'Territorios en Transformación'

A crise sanitária fez emergir a necessidade do consumo de arte como instrumento de expressão criativa e saúde mental. Os diferentes métodos auxiliam como metamorfose no convívio social a distância, com inovações que perpetuam a importância da cultura em tempos difíceis.

“Então, começam a surgir várias ideias como nós podemos criar outras histórias nesse formato que podem engajar pessoas de todos os lugares do Brasil, até mesmo de fora, que também é uma vantagem do mundo online, um fato que, talvez, nós não teríamos conseguido se fosse dentro de um teatro”, finaliza Aidar.

# A graça da (re)existência na literatura chilena

*Desde antes da ditadura até os dias de hoje, a escrita no Chile continua se transformando como voz de potência*

Por Anna Baisi, Victoria Nogueira, Isabela Lago Miranda e Gabriela Costa

**D**urante a ditadura militar chilena, vários autores publicaram as suas obras de forma secreta. Essas produções chegavam ao acesso de pequena parte da população por meio de amigos e conhecidos, visto que o mercado editorial se encontrava escasso e cada vez mais restrito devido às medidas de censura adotadas pelo governo de Augusto Pinochet.

Com a queima de livros no Chile feita pela junta militar liderada pelo ditador posterior ao Golpe de Estado em 1973, como exemplo de uma das circunstâncias agravadas por conta desse governo, houve uma necessidade de batalhar pela memória, e essa resistência pela reconstrução se deu em diversos espaços, entre eles: o literário.

O professor Sergio Mansilla Torres, doutor em literatura pela Universidade de Washington, viveu sua juventude durante esse período de repressão e contou ao **Contraponto** que essa situação “teve um impacto muito grande na mente dos escritores da minha geração, porque tivemos que nos formar em um ambiente de repressão, em que todo mundo tinha que tomar cuidado com o que dizia”. Ele ainda explicou que, durante os primeiros dez anos da ditadura, todos os livros que iriam ser publicados tinham que passar por uma “oficina de revisão”, então os escritores tinham que usar de uma técnica para se expressarem, mas sem serem reprimidos.

“Uma forma de contornar essa censura era não dizer nada diretamente. Uma metáfora é muito difícil de ser acusada de criminosa. Como se pode provar que uma metáfora é subversiva? Essa foi a estratégia utilizada”, ele relata.

No artigo da jornalista chilena Elga Pérez Laborde, “Perspectiva chilena da Literatura Latino-americana contemporânea”, ela comenta sobre os passos da literatura de seu país e afirma que “a evolução literária dos escritores chilenos do século XX e no que vai do XXI mostra o mesmo quadro que caracteriza a literatura em geral de instabilidade, de modificação, de ruptura, de transgressão, de variedade dentro da unidade, que parecem próprios dos tipos de discurso que se vem produzindo na literatura através dos tempos, das línguas e das culturas. A literatura chilena obedece à condição histórica, que é um campo instável gerado por uma noção difusa, plural e heterogênea, tanto entre os próprios escritores como entre os teóricos, críticos e historiadores.”

Assim, a trajetória do literário na cultura do Chile foi acompanhada do golpe que derrubou o presidente Salvador Allende. Ele foi o primeiro chefe de Estado socialista marxista eleito de forma democrática na América. Dessa maneira, a ditadura comandada pelo general Augusto Pinochet deixou pelo menos 40 mil vítimas de torturas, prisões, mortes e sequestros entre os anos de 1973 e 1990.

A geração que nasceu ao final da ditadura não conseguiu sentir na pele a sua repressão de maneira tão intensa. O escritor e jornalista Diego Zúñiga, nascido em 1987, três anos antes do final da ditadura, afirmou que “para nós que nascemos ao final dos anos 80, a ditadura nos chega, primeiro, como uma conversa depois do jantar, durante a sobremesa, e depois nos mostra a realidade, a partir de suas consequências políticas, sociais e econômicas”.

O poeta Pablo Neruda é um dos principais nomes da literatura chilena. O escritor ganhou um Prêmio Nobel em 1971 e é considerado um dos poetas mais importantes da língua castelhana do século XX. Engajado em causas sociais, os ideais de justiça e de amor à pátria são identificados em sua escrita, e a experiência do exílio e sua orientação marxista também se fazem presentes.

Faleceu 12 dias após a ditadura militar ser instaurada. Mesmo depois de sua morte, a figura de Neruda baseava-se em uma importante resistência ao governo. Seus poemas, juntamente com sua ideologia de um país melhor, cooperaram para o enfrentamento da ditadura e se colocaram como forma de representar os problemas políticos e sociais que se criaram durante esse novo período da história chilena.

Outros poetas escreveram seus trabalhos a partir de Neruda e encontraram nas palavras um meio de manifestar todos os sentimentos de angústia, dor e raiva presentes na ditadura militar. Também com ele e com o cenário da época, se inspiraram para escrever sobre temas desde a opressão e rebeldia, do protesto e da denúncia, à oficialidade. E esse conteúdo foi tão forte e importante para a história chilena que, até hoje, o país é reconhecido internacionalmente como a pátria da poesia.

“Acredito que de toda essa repressão saiu algo bom. Os escritores que vêm desse período têm uma alta consciência de linguagem por reconhecerem a importância dela. Eles sabem a necessidade de se escolher e cuidar de cada palavra como se estivesse cuidando de sua própria vida”, aborda o professor Mansilla.

## A literatura para além da resistência

Entretanto, a literatura chilena contemporânea engloba para além dos temas que tratam sobre o período compreendido pela ditadura de Pinochet. Ademais, junto a Neruda, o país é o berço de Gabriela Mistral, outra poetisa vencedora do Nobel de Literatura, com obras voltadas à temática do amor e da magia.

O professor Mansilla confirma que a literatura pode ser, sim, uma forma de resistir, mas ela não deve ser limitada a essa função, porque isso a tornaria refém da realidade. Ele relata que “o trabalho de um escritor é escrever sobre o mundo de maneira que o mundo pareça algo distinto, algo novo, algo que, fora da literatura, não poderia existir”.

O autor escreveu doze livros de poesia, incluindo “Quercún”, lançado em 2019, que possui um tom autobiográfico. Foi influenciado por sua infância repleta de histórias, contos e lendas, já que vivia no campo, na pequena cidade rural de Changüitad, na Ilha de Quinchao, local onde a mitologia é muito baseada em relatos fantasiosos e orais. “Esse livro é minha homenagem ao mundo rural, que está se perdendo com essa chegada da modernidade. É também uma reflexão sobre o valor que a literatura tem para reconhecer, recordar e construir memórias”.

O jornalista Zúñiga revelou que, nos últimos tempos, está obcecado pela temática da vivência, mas de uma maneira diferente. “Me interessa a ficção, me interessa imaginar e que essa experiência seja filtrada lá. Acredito que isso é uma parte fundamental da literatura: pensar na experiência para algo além da simples autobiografia, pontua”.

Seus livros, apesar de se basearem na vida concreta, possuem personagens complexos, mas ao mesmo tempo simples que passam por situações diferentes. Uma de suas obras mais conhecidas, “Camanchaca”, conta a história de uma viagem pelo deserto do Atacama, feita por uma família desfeita, com cada personagem tendo questões psicológicas profundas, como a morte de um tio, a ausência de um pai e a proximidade de uma mãe com seu filho.

O escritor explicou ainda que, atualmente, se interessa por obras que questionem, justamente, qual o sentido da literatura e o que a torna tão especial. “O que há nas palavras que não existe em outras formas de expressão? Não cheguei a uma resposta, mas quero saber o que a linguagem pode fazer em um quadro narrativo. Em como as palavras, no



campo literário, podem se transformar em algo diferente de uma simples ferramenta comunicativa, como elas se convertem em uma arma estética e também política”. Zúñiga ainda finalizou com outro questionamento: “As palavras e o falar são dois elementos aos quais praticamente todas as pessoas têm acesso. Como algo tão comum pode se transformar em arte?”

Com uma rica produção literária e, fazendo jus à associação do passado de país da poesia, alguns nomes da nova geração de poetas no Chile são Andrés Urzúa de la Sotta pela obra, “El Lenguaje de Las Piedras”; Catalina Espinoza com “Antología 10 Años de Poesía en Balmaceda”; Gonzalo Mirrán Arrate, por uma lista que inclui “La Ciudad” e “Trece Lunas”.

Outro nome dessa geração é Ivonne Coñuecar, escritora patagônica mapuche com uma vasta produção poética. Em 2019, recebeu o Prêmio Municipal de Literatura de Santiago por seu livro “Coyhai-queer”, que aborda temas sociais como o turismo, militarização, homossexualidade, entre outros. Mesmo em suas obras poéticas, a escritora é capaz de expressar tais temáticas com a mesma facilidade; em entrevista ao **Contraponto**, ela diz que “a poesia mostrou que tem essa capacidade de comprimir a linguagem, criar um elogio, criar imagens, que podem ser soltas ou servir de inspiração ou ser usada como ferramenta política, mais do que as outras artes”.

A prosa também tem espaço no Chile. Nascido em Santiago, Roberto Bolaño foi considerado um dos maiores escritores chilenos do século XX. O romance póstumo, “2666”, foi publicado um ano após a sua morte e é, para a crítica especializada, a obra máxima do autor. A exemplo de suas outras obras, “2666” permeia temas como a violência, tendo como cenário uma série de assassinatos na fronteira México-Estados Unidos.

Atualmente, Alejandro Zambra é considerado o maior literato do país, notório pelos romances de ficção “Bonsai” e “A Vida Privada das Árvores”. Diátina Eltit é outro nome dessa nova leva de autores. Levando para as suas produções assuntos de cunho social, como a pobreza, estreou em 1983, com a publicação de “Lúmpérica”, sendo também conhecida por “Vaca Sagrada” e “El Cuarto Mundo”. Destacam-se ainda Ramon Díaz Eterovic, pelos livros de ficção policial, em especial “Heredia”, que tem um detetive como protagonista; e a feminista Marcela Serrano, autora de

nove romances cujo mundo é visto sob a ótica feminina.

Mais do que o poder de expressar resistência, a literatura necessita resistir por si só. Uma pesquisa realizada pela empresa alemã GfK, que entrevistou mais de 22 mil pessoas acima dos 15 anos em diversos países, constatou que, em 2017, a média de leitura dos chilenos estava bem abaixo da taxa mundial. A nível global, 59% dos entrevistados relataram ler ao menos uma vez por semana, contra 40% dos resultados no Chile. Além disso, apenas 22% da população do país afirma ler um pouco todo dia.

Apesar disso, o professor Mansilla afirma que, mesmo que a internet tenha distanciado as pessoas da leitura, ela também contribuiu na questão da acessibilidade. Atualmente, há livros digitais, bibliotecas virtuais com acervos imensos e gratuitos, com possibilidade de encontrar livros de outros países, em outras línguas.

Além dessas vantagens, ele disse que é necessário entender que a internet ainda é recente; não faz muitos anos desde a sua popularização e, por conta disso, é muito cedo para entender quais serão os reais efeitos no mercado de livros. O jornalista, escritor e também amante da literatura, Nicolás Rojas, acredita que, apesar do avanço da internet, os livros nunca vão deixar de ser lidos. Ele afirma que “a literatura nunca vai morrer enquanto houver o hábito de ler e o hábito da introspecção. É uma grande companheira.”

Rojas, que fundou “Ojo en Tinta”, uma revista digital, um podcast e também um programa de televisão totalmente dedicados à literatura e cultura, criou uma pequena série transmitida pela TV para incentivar a leitura às crianças, chamada “As aventuras literárias de Edgar e Lupe” [tradução livre]. Ele acredita que a literatura deve ser incentivada desde cedo, principalmente nas escolas, justamente por ela ser a forma de arte mais duradoura. “A escrita é muito mais tradicional. Na escola, por exemplo, é com os livros que temos a primeira aproximação com a arte e cultura. A literatura é a que mais se preserva”, ele conta.

Mansilla ainda reforça e finaliza: “A literatura não é um bem material que precisa de um grande mercado para existir. Ela pode existir sem mercado algum, na verdade. Tudo o que a literatura precisa para existir é alguém que escreva e alguém que leia. Ela tem a graça de existir à margem de consumo.”

Sergio Mansilla Torres



© Arquivo Pessoal

Diego Zúñiga



© Arquivo Pessoal

Ivonne Coñuecar



© Arquivo Pessoal

Nicolás Rojas



© Arquivo Pessoal

# Quando o Vazio esbarrou com a certeza

Por Anna Baisi

**OUTRO DIA**, o Vazio me perguntou por que sentia tanta saudade do Brasil. Repetidamente, eu também faço essa pergunta para mim mesma. Não sei responder, porque nem sei por onde começar. É difícil montar uma linha de raciocínio, “fazer uma longa lista sobre as coisas que preciso (preciso mesmo?) dizer”. A lista pode ser infinita? se a resposta for sim, tudo bem, eu aceito.

Depois que tive o primeiro contato com obras como “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda, “Manifesto Antropófago” e “Manifesto da Poesia Pau-Brasil” de Oswald de Andrade e as belas pinturas da Tarsila de Amaral, talvez antes mesmo disso, algo surgiu dentro de mim que, até então, eu desconhecia.

Na minha cabeça de adolescente eu só conseguia pensar “quão cega eu fui – ou melhor, quanta certeza eu tinha dentro de mim – de não conseguir perceber que a América Latina pode ser tudo isso que essas terras todas são, e MUCHO MÁS?”, fiquei com raiva por nunca ter me questionado sobre nossas terras e sobre tantas coisas que só fui perceber tendo o contato com essas e outras obras que também conversam entre si, desde as mais corriqueiras, passando pelas abstratas, até as mais teóricas.

Essa tal raiva continua, agora em outro estilo. Hoje em dia tenho mais consciência do que estudei, e por ter consciência que a gente também sente raiva e castiga a paciência. Porém, é importante mencionar: foi com a raiva que senti saudade. Então o Vazio me perguntou: “saudade do que, exatamente?”, também me pergunto isso, *cariño*.

A melhor resposta, ou a resposta que posso dar por agora é: não sei, não sabemos. Se alguém souber, por favor, me manda uma mensagem. Mas, por enquanto: não sabemos. Não vamos saber que saudade raivosa e maluca é essa, e somente o que teremos certeza disso tudo – ou quase nada, que também é algo – é que esse sentimento reinará em algum momento, e depois daí só expandirá: como os nós e laços que são feitos em um crochê para se tornar algo (se é que sempre não foi alguma coisa), assim como redes de conexão.

Não dá muito para saber das coisas quando você não entende da onde vêm. Eu tenho até medo de afirmar isso, porque também não sei de onde vem esse pensamento. Talvez de uma voz que estabelece, todos os dias, um vínculo com a minha vida chamada... inconsciente? Talvez!

Quando eu era criança, lá para os meus 11 anos, eu fantasiava que os Estados Unidos era o país mais incrível do mundo, e ficava enfurecida por não ter nascido lá. Só de ter essa lembrança, apesar de não saber muito sobre o que se trata, eu penso naquele filme “Meu passado me condena”. De maneira boba e bem humorada, claro.

De uns tempos para cá, comecei a ir atrás dos filmes latinos, porque eles nem sempre – quase nunca, apesar da mídia estar dando um pouco mais de espaço e visibilidade – vêm até nós. Eu amo assistir. Quando vejo, eu me sinto um pouco mais eu, compreende? Mesmo que nunca inteiramente. Parece que somos e estamos na terra do ninguém, mas que esse ninguém vem de um “muitão” que achamos que é ninguém, mas nunca foi. Sempre foi algo, só não sei te dizer o que foi. Não temos esse acesso – ou não queremos ter?

Tenho saudade de saber algo sobre nós, algo sobre nossa terra, sobre nossas raízes. Mas, mais ainda, tenho raiva daqueles que apagaram as histórias de tantos e as possibilidades de muitas outras que poderiam ter sido expandidas. Não sei de onde começa, mas sei que existe... ô, se existe! E é preciso saber para continuar mudando.

Os dias de quarentena me fizeram – e fazem – refletir ao dobro sobre nossas posições perante a sociedade. Já adianto: não cheguei à conclusão alguma. E que bom! Quando eu estiver totalmente certa de algo, me chacoalhe, me faça assistir algum filme em movimento, escutar uma música de bater os cabelos (mesmo se eu me tornar careca) e, sobretudo, me faça dançar e ver que a cada passo da dança, tudo pode mudar. Enquanto há movimento, há mudança.

Sinto essa saudade do Brasil também. Saudade de dançar e ver os outros dançando, isso sim é fato. Sinto saudade, sou nostálgica. Sinto saudade do Brasil ser assim, nostálgico. Quero relembrar para jamais esquecer. Me dá medo ver as horas e o tempo se passando tão rápido, e a história também.

Esses dias, inclusive, li, em alguma reportagem, uma frase de Isabel Allende, sobrinha do Salvador Allende, ex-presidente do Chile antes de iniciar o Golpe de Estado por Pinochet. Preciso que vocês leiam com atenção, e não vai ser uma necessidade minha explicar o porquê, vocês entenderão: “Escreva o que não deve ser esquecido”.

Eu recuso um presente que machuca, oprime, agride, apaga e minimiza nossas terras, mas não esqueço, é por não esquecer que escrevo com sangue fervendo das veias abertas da América Latina. Fico com raiva por sentir saudade do Brasil, das raízes, dos países vizinhos – nossos irmãos, mas é preciso. Eu preciso e, acima de tudo, precisamos sentir essa raiva que percorre todo o nosso corpo, para sentir uma necessidade de mudar, de mudança.

Que você que me lê esbarre com o Vazio por aí, para que ele te faça perguntas, mesmo que você não encontre resposta. Que você esbarre com angústias, fúrias e raivas, para que possamos sempre revisar a história de maneira que a gente nunca esqueça o que aconteceu para estarmos aqui.



© René Magritte





Por Alexa Reichmann

**EM TERRAS AMERICANAS**, toda paisagem é personagem; todo personagem, o próprio autor.

Em algum janeiro, cheguei em uma pequena cidade litorânea, no norte do Chile, chamada Arica. Ela não estava nos planos da viagem, mas me sentia muito cansada para dirigir até Arequipa, no Peru. Fazia noite; o céu roxo se despedia do sol e começava a vestir estrelas. Abri a janela do carro para melhor observar a imagem e ouvi uma miscelânea de vozes – jovens, velhas, surdas –, todas regendo os batimentos do meu coração.

Por sorte, logo no centro, achei um hotel barato e com café da manhã. Na recepção, dois funcionários conversavam sobre um homem das redondezas que iria se casar pela sétima vez. Prefери entrar no papo do que ser atendida. Rimos muito – até do que não tinha graça.

Quando a história chegou ao fim, aguardei no saguão até que a faxineira terminasse de limpar o que seria meu quarto por um dia. Numa parede horrivelmente amarela do saguão, havia dois quadros idênticos: uma mulher de costas nuas, em um fundo marrom-seco, com ombros tensos. Mesmo postos um ao lado do outro, os quadros pareciam se olhar. Amavam-se veementemente.

O corredor até o quarto era muito longo. Lembro de ter achado esquisito algumas portas não terem número. Minha chave dizia apenas *el del final*. Destranquei a porta, entrei no quarto, me preparei para uma boa noite de sono. Dormi lendo o cardápio da mesa de cabeceira.

Fui conhecer a praia no dia seguinte. Andando contra o vento pelo calçadão, meu cabelo se libertou do coque e me fez passar vergonha. Estava totalmente desorientada com o cabelo na cara, mas

ninguém percebeu. As folhas das árvores também se rebelavam, afinal.

A praia era rebaixada, com nuvens distantes e água terrivelmente azul, que avançava e recuava calmamente na areia de pedras. As pessoas não tiravam as calças e camisetas para entrar na água, mas deixavam os calçados nos degraus da escada de madeira – entre os planos do paraíso. Fiquei lá, sentada nas pedras marrons, até que o céu ficou roxo novamente. Não percebi o tempo passar. Os dias serenos e as noites iluminadas eram confundíveis nas geografias de Arica, onde sempre havia pessoas felizes – jovens rindo e senhores jogando cartas.

Caminhei de volta ao hotel, comi e me preparei para ir embora. Um dos funcionários que ria comigo no dia anterior me alcançou no estacionamento. Ele estava segurando um dos quadros do saguão. Disse que percebeu como eu havia admirado as figuras idênticas e fazia questão que eu ficasse com uma. Recusei por educação, mas ele insistiu. Explicou que a dona do hotel havia comprado dois sem querer e que alguns hóspedes consideravam a decoração dupla um pouco esquisita. Fiquei feliz em meio à minha tristeza de partida. Agradeceu emocionada enquanto colocava o quadro no banco de passageiro.

Para me despedir, dirigi até a praia. Tirei meus sapatos e entrei na água; estava muito fria, mas eu não me importava com a dor. Vendo o mar mais de perto, percebi que o sal espelhava o céu e se fazia violeta. Todo o horizonte parecia um único mundo, suspenso, e me consumia com sua imensidão. Nadei com as estrelas, toquei nas nuvens; sentia Arica, sentia o Chile – lugar onde o mundo termina; terra americana.



Chegando em Arica

© Alexa Reichmann

# Club Deportivo Palestino: 100 anos de futebol, tradição e resistência

Conheça a história do time chileno que carrega nas costas um povo e a sua narrativa de luta

Por Gabriel Tomé, Ligia de Toledo Saicali e Maria Sofia Aguiar

Com a diáspora de povos árabes em direção aos países da América do Sul e a dominação territorial do Império Turco-Otomano durante a Guerra da Crimeia, no final do século XIX, a imigração dos palestinos concentrou-se especialmente no Chile, onde se localiza a sua maior comunidade fora do Oriente Médio. Entre imigrantes e descendentes, estima-se que a população palestina dentro do país esteja em uma faixa que varia entre 350.000 e 500.000 pessoas.

Visando manter os laços e a consolidação de sua cultura na colônia, os imigrantes se reuniram ao redor do esporte. Em 20 de agosto de 1920, foi fundado o Club Deportivo Palestino, time de futebol originado em Osorno, no sul do país andino. O clube foi criado para representar um povo a milhares de quilômetros de distância, além de conectar os imigrados com a sua terra natal, tanto que as cores do time estabelecem identificação com a bandeira palestina: verde, vermelho, preto e branco.

Dentro do cenário esportivo do país, o clube é um dos mais tradicionais. Ao todo, o Palestino acumula cinco títulos nacionais. São eles: dois Campeonatos Chilenos (1955 e 1978) e três Copas do Chile (1975, 1977 e 2018).

fora também. O ambiente era hostil contra os imigrantes árabes, marcado por discriminação e xenofobia, era presente nas mais variadas camadas sociais chilenas.

Em seu primeiro ano como time profissional, em 1952, a equipe se consolidou na divisão de acesso. Na sequência, alçou voos ainda mais altos, quando conquistou o título da elite em 1955. Contudo, no final da década de 60, o Palestino volta a disputar a segunda divisão, onde ficou até 1972, quando se sagra mais uma vez campeão da Série B.

O sucesso nos primeiros anos profissionais deve-se ao apoio da colônia, que àquela altura, já prosperava financeiramente e apoiava o clube com seus recursos. Tudo isso foi potencializado pela queda da restrição na contratação de atletas para a equipe, que passou integrar jogadores que não tinham origem palestina em seu elenco. Antes disso, apenas descendentes de palestinos poderiam vestir a camisa do clube.

A ditadura militar chilena (1973-1990) trouxe mais um ingrediente para a receita do sucesso: as barreiras financeiras. O preço do peso era fixo em relação ao dólar, por conta de políticas estatais, o que acabou sendo favorável ao aumento do poder aquisitivo do Palestino. “Nessa época o clube trouxe jogadores lendários como Roberto Coll e Elías Figueroa”, conta Carlos Medina, chileno e pesquisador da história do time, em entrevista ao **Contraponto**.

## Causa palestina no centro do campo

Segundo Carlos, a participação do Palestino no futebol profissional se deu de maneira estratégica. “Eles fundaram o clube não pela causa palestina, mas para ingressar na sociedade chilena”, explica. Isso, no entanto, mudou. Na época da profissionalização do esporte dentro do clube, a Palestina sofreu um grande golpe.

Em 1947, a Organização Mundial das Nações Unidas (ONU) aprova a partilha territorial na região da Palestina em dois países e a fundação do Estado de Israel, no ano seguinte. Com isso, uma segunda onda migratória de palestinos se desloca para o Chile. O clube, criado como instrumento de conexão dos imigrantes com a cultura palestina, também passa a representar uma causa: os direitos reivindicados por um povo. Isso fez com que o

Palestino rompesse a barreira de ser um time apenas de colonos e passou a ser acompanhado por palestinos em sua terra natal.

A internet se tornou um mecanismo decisivo para o estreitamento desse laço, que também é fortalecido pelo fato do clube ser o único fundado por palestinos fora do Oriente Médio. “Mais de 90 mil dos nossos seguidores em nossas redes sociais são do mundo árabe”, aponta Gazan Qahhat Khamim, responsável pela redes sociais do clube e membro da Federação Palestina no Chile, ao **Contraponto**.

Em 2014, o Presidente do Estado da Palestina, Mahmoud Abbas, dirigiu-se aos jogadores e torcedores do clube reconhecendo que a equipe chilena é “a segunda seleção nacional do povo palestino”. Essa relação ficou ainda mais evidente em setembro de 1982, quando ocorreu o genocídio de Sabra e Shatila, o qual matou milhares de palestinos que estavam em acampamentos de refugiados, em Beirute. O ataque foi liderado por uma milícia cristã maronita, em vingança pelo assassinato do então presidente falangista Bachir Gemayel, e contou com a conivência das forças militares israelenses, que tinham controle sobre o território na época.

A notícia chegou ao Chile dias antes da partida entre Palestino e Audax Italiano. Em sinal de luto e protesto, o clube queria suspender suas atividades e não jogar. Após negociações com a Federação de Futebol do Chile, o time entrou em campo. A entidade emitiu uma nota oficial em apoio à equipe e, antes da bola rolar, foi respeitado um minuto de silêncio em homenagem aos que foram mortos no massacre, algo que não era comum na época. “Não se trata apenas de um time de futebol, também representamos a Palestina e seu povo, que sofre com a ocupação”, afirma Khamim.

Poucos atletas tiveram a oportunidade de vestir tanto a camisa do clube, quanto a da seleção palestina. É o caso de Roberto “Tito” Bishara, craque chileno, descendente de imigrantes, e um dos maiores ídolos do Palestino. O ex-jogador lembra com enorme alegria de seu período atuando pelo time andino, quando jogava no Estádio Municipal de La Cisterna. “O carinho das pessoas, o que as pessoas sentiam quando eu jogava e o apoio que elas davam foi espetacular”, relata Tito, em entrevista ao **Contraponto**, e ainda acrescenta: “Jogamos por uma só camisa, que é a Palestina”.

O ex-jogador afirma que o evento mais emocionante de sua carreira foi quando vestiu a camisa da seleção, em 2006, e



Elenco titular do Club Deportivo Palestino de 1952

Mesmo sendo detentor de grandes feitos, o clube se manteve no amadorismo por 32 anos desde a sua criação. Nesse período, o esporte era perceptivelmente mais violento e haviam poucas regras de cunho punitivo. Elas já existiam, como a expulsão, mas essas quase não eram aplicadas pelos árbitros. Desta forma, era promovida uma verdadeira caça aos palestinos dentro de campo. Não só dentro,





© Clásico de Colonias

**Roberto "Tito" Bishara, ex-jogador do Palestino**

jogou como mandante no país em meio à guerra. "As pessoas emocionadas pelas ruas, como em uma festa, gritavam 'bem-vindos, bem-vindos!'. Esses momentos históricos são maravilhosos, foi um momento inigualável", conta.

Ele também viveu momentos para se esquecer. Um deles aconteceu em 2008, quando o Palestino chegou à final do Campeonato Chileno diante do Colo-Colo, com um elenco repleto de jogadores formados nas categorias de base. Tito foi expulso no primeiro jogo. Na ocasião, a equipe empatou, em casa, por 1x1. No jogo seguinte, no campo adversário e sem poder estar dentro das quatro linhas, o Palestino foi derrotado por 3x1. "Para mim, o importante não foi ganhar ou perder, mas sim, jogar com muitas pessoas formadas na instituição", avalia o ex-jogador.

O primeiro atleta a fazer o caminho "contrário" ao de Tito foi Shadi Shaban, palestino que frequentemente é convocado para a seleção nacional e que, em 2016, teve uma breve passagem pelo time chileno, tornando-se, assim, o primeiro atleta nascido na Palestina a atuar pelo clube chileno.

Shadi caiu nas graças da torcida após comemorar a classificação para a Copa Sul-Americana, ainda no gramado, com o *sajdah*, agradecimento do islã em que o fiel deve se posicionar em direção a Meca de joelhos e com a testa no chão.

Os anos 90 foram um período sombrio e de grande instabilidade para a equipe, que vivia uma montanha russa entre a elite do futebol chileno e a segunda divisão. Na entrada do novo século, a solução encontrada pelos dirigentes foi transformar o clube em uma empresa. A partir de então, o Palestino passa a ser uma sociedade anônima.

Essa nova forma de gestão não vingou e, em 2004, a equipe declara falência e é leiloada. Os novos donos possuíam mais experiência e trataram de colocar a equipe de volta aos trilhos. Ainda assim, o melhor resultado dessa década foi o vice-campeonato chileno contra o Colo-Colo, no qual Tito participou.

Uma nova década acabou trazendo um novo parceiro: o banco da Palestina, que, desde 2009, patrocina o clube e injeta

dinheiro, tanto para a montagem de elencos, bem como (no início) para melhorar a infraestrutura do "La Cisterna", a casa da equipe. Embora transferir dinheiro do Oriente Médio para a América do Sul não seja uma operação fácil, por haver empecilhos e diversas barreiras financeiras, o banco nunca deixou de ajudar e apoiar o clube.

Em razão de uma polêmica recente, a camisa do Palestino passou a ser conhecida por todo o globo. Em 2014, a equipe substituiu o número "1" nas costas de seu uniforme principal pelo mapa da Palestina anterior à sua divisão delimitada pela ONU em 1947. O *design* gerou fortes críticas por parte da comunidade judaica no Chile, que protocolou diversos pedidos de rebaixamento da agremiação junto à Federação Chilena de Futebol (ANFP).



© GauchoZH

**Jogadores vestindo uniforme do clube com o mapa da Antiga Palestina**

A entidade solicitou a retirada do detalhe alegando motivos técnicos, uma vez que a ilustração ocupava mais espaço na camiseta que o normal. O clube teve que seguir o regulamento e retirar a particularidade. Em consequência do ocorrido, a camisa se tornou uma espécie de símbolo de resistência e teve sua venda alavancada pela polêmica.

Os dirigentes suspeitaram da ação da ANFP, uma vez que o clube ostenta o detalhe

na camiseta desde a sua criação. Com isso, na sequência das sanções impostas, o mapa foi realocado no peito do uniforme, como forma de protesto. Nos anos seguintes, o clube voltou a colocar o mapa de forma mais discreta nas mangas e nas meias.

A discussão foi reacendida no Brasil quando o clube enfrentou o Internacional, pela Copa Libertadores, em 2019. A Organização Sionista do Rio Grande do Sul, protocolou no Ministério Público Estadual e na Federação Gaúcha de Futebol um documento por meio do qual solicitava a retirada do mapa para a partida em território brasileiro, mas não obteve resultados. O Palestino jogou normalmente com o seu uniforme original.

Em dezembro de 2016, a equipe fez uma excursão à Palestina. Na época, o clube se manifestou através das mídias sociais, dizendo que o evento representava uma aproximação dos laços do Palestino com o país. O time participou da conferência de imprensa do seu patrocinador máster, o Banco da Palestina, junto à Federação Palestina de Futebol, na cidade de Ramallah. O presidente Abbas visitou os jogadores durante treino, antes da série de amistosos e roteiros pela região.

O evento foi marcante para ambos os lados. Em campo, a equipe chilena enfrentou a seleção da Palestina. Perdeu por 3 a 0. Posteriormente, enfrentou uma seleção de 4 clubes da Palestina. Empatou por 1 a 1. Os jogos foram transmitidos online pela página do time em suas redes sociais. A presença da equipe reafirmou sua defesa e resistência com as cores da bandeira do país árabe, reanimando as esperanças no cenário político do país, e fazendo jus ao seu impactante lema: "Mais que um time, todo um povo".



© Bank of Palestine

**Palestino vence a Copa do Chile em 2018**

# Jorge Sampaoli: El Zurdo de Casilda

*Dono de uma personalidade forte, o técnico deixa lembranças inesquecíveis em chilenos e brasileiros*

Por Amaury Ferreira, Daniel Seiti Kushioyada, Gabriel Lourenço Schiavoni e Rafaela Reis Serra

Jorge Sampaoli é um dos técnicos mais polêmicos e mais em alta do futebol brasileiro atualmente. O argentino, que agora treina o Atlético Mineiro, possui como uma de suas grandes inspirações – não só para seu modelo de jogo, como também no temperamento – o treinador e ex-zagueiro, também ‘hermano’, Marcelo ‘El Loco’ Bielsa. Assim como seu mentor, Don Sampa, como é chamado Sampaoli, passou e fez sucesso na seleção chilena, em que conquistou o primeiro título importante da história do país: a Copa América de 2015.

Jorge Luís Sampaoli Moya nasceu em 13 de março de 1960, na cidade de Casilda, localizada na província de Santa Fé, na Argentina. Desde cedo, sempre teve o futebol presente em sua vida, já que era torcedor fanático do River Plate e tinha como um de seus ídolos o meio-campo e artilheiro Beto Alonso, astro de La Banda e do futebol argentino nas décadas de 70 e 80.

Sampaoli tentou a sorte como jogador nas categorias de base do Newell’s Old Boys, mas sofreu uma lesão grave no joelho, o que o impossibilitou de continuar sua carreira. Entre 1992 e 2001, o técnico se revezou no comando de times amadores da Argentina e foi bicampeão da Liga Casildense, de sua cidade natal.

A primeira oportunidade em um clube de primeira divisão foi no Peru, em 2002, no Juan Aurich. Posteriormente, passou pelo também peruano Sports Boys e ainda teve duas passagens pelo Coronel Bolognesi, além disso, treinou o Sporting Cristal.

Em seguida, em 2008, Sampaoli teve sua primeira experiência no futebol chileno, ao treinar O’Higgins. O técnico levou a equipe até o terceiro lugar no Torneio Apertura daquele ano, e deixou o time em meados de 2009.

No ano seguinte, foi contratado pelo Emelec, do Equador, e disputou a Copa Libertadores da América; mas foi eliminado ainda na fase de grupos. Depois, fez uma bela campanha no Campeonato Equatoriano, alcançando o primeiro lugar na classificação geral e levando a equipe para a Libertadores no ano seguinte.

O bom desempenho no Emelec fez com que, em junho de 2010, o clube equatoriano fosse considerado o melhor do mundo naquele mês pelo IFFHS (Federação Internacional de História e Estatística do Futebol, na sigla em português).

## Ascensão no Chile

A passagem de Sampaoli pela Universidad del Chile, clube super tradicional no país, foi suprema. Desde sua chegada ao clube, em 2011, até sua saída, em 2012, o time foi extremamente vitorioso, conquistando uma hegemonia no país com um tricampeonato nacional e o inédito título da Copa Sul-Americana de 2011.

Nicolas Alvarez, torcedor da La U, lembra da relevância da conquista da Sul-Americana e da busca incansável do time de Sampaoli. “A La U nunca sequer chegou em uma final de Libertadores. Poder ganhar um título como esse, colocar uma estrela na camisa, é parte fundamental da história da instituição. Sampaoli também ganhou os clássicos, que são muito importantes [...] e um [clássico] de interesse bem grande é o duelo contra o Colo-Colo: com Sampaoli, se fez um 5-0 [neles], e atacando”, vibra o torcedor.

Essas conquistas criaram uma imagem de idolatria do treinador na equipe chilena. Alvarez descreveu o técnico argentino como o maior ídolo do clube no século 21. Seu legado incontestável passou a chamar a atenção de outros times ao redor do continente, mas o argentino acabou selando sua permanência em Santiago, no comando da seleção chilena.

Em 3 de dezembro de 2012, Jorge Sampaoli começou sua passagem pela La Roja, essa que, no futuro, lhe renderia sua maior glória na carreira: a Copa América de 2015. Todavia, no começo de seu trabalho, Sampaoli passou por uma provação: melhorar o desempenho do Chile nas eliminatórias para a Copa do Mundo de 2014, com a finalidade de conquistar uma vaga no campeonato mundial.

Cumprindo sua missão, o técnico conquistou a vaga, levando o Chile para a Copa no Brasil – e foi em terras brasileiras que o chileno provou o seu valor. A Seleção Chilena, mesmo caindo em um grupo muito difícil, com a atual campeã e vice-campeã do torneio Espanha e Holanda, respectivamente, avançou para as oitavas de final, em que, após um árduo jogo, acabou sucumbindo diante da seleção brasileira nas penalidades máximas.

No ano seguinte, Sampaoli conquistou a gloriosa Copa América ao derrotar a Argentina na final. Sobre a importância desse título, Alvarez lembra que o técnico foi “extraordinário”. O Chile ainda não tinha ganhado um título internacional, e com Sampaoli se conquistou”, diz.

Na vitoriosa campanha, o Chile apresentou um futebol vistoso. Os fatores que levaram essa conquista à Roja, além de

um ótimo trabalho de Sampaoli, passam por uma geração de jogadores excepcionais, segundo Pablo Paván, biógrafo e amigo de Sampaoli. “O Chile não perdeu nenhuma partida nessa Copa, era uma equipe de caráter muito ofensiva, e se deu com uma geração de muitos bons jogadores. Vidal, Alexis Sánchez, Valdivia, Marcelo Díaz, Sarandi, Bravo. Não são jogadores que aparecem o tempo todo no Chile”, relembra.



Jorge Sampaoli e o biógrafo Pablo Paván

## Passagem no Sevilla e na seleção Argentina

Em janeiro de 2016, Sampaoli saiu da seleção chilena devido a desgastes no relacionamento com a Federação de Futebol de Chile (FFC). Em junho do mesmo ano, o argentino assinou contrato por duas temporadas com o espanhol Sevilla, clube em que obteve um bom desempenho ao alcançar o 4º lugar no Campeonato Espanhol da temporada 2016/17 e classificá-lo para Liga dos Campeões da Europa de 2017/18. Em sua última partida comandando Los Hispanlenses, confirmou as especulações da imprensa de que estaria assumindo o cargo de técnico da seleção Argentina.

Sampaoli assumiu a seleção argentina em junho de 2017 e, logo na estreia, conseguiu sua primeira vitória em um amistoso contra o Brasil, no que foi a primeira derrota de Tite pela seleção brasileira. Todavia, nas eliminatórias para garantir a vaga na Copa do Mundo de 2018, os argentinos estavam em situação delicada, chegando na última rodada com grandes chances de ficar de fora do mundial. No jogo decisivo, apesar do futebol mal jogado, Messi brilhou e a Argentina obteve a vitória contra o Equador fora de casa, assegurando o passaporte para o Mundial de 2018 na Rússia.

Mesmo com a vaga garantida para o mundial, a seleção argentina colecionava maus resultados nos amistosos. Na Copa do Mundo, a estreia foi contra a novata



Islândia. O jogo, que parecia vitória certa, terminou empatado em 1 a 1. Na partida seguinte, contra a Croácia, a derrota foi de 3 a 0, em uma péssima atuação com um time à beira do colapso.

Em meio à crise pelos maus resultados, foi divulgado pela imprensa que Sampaoli havia perdido o comando do vestiário e quem escalava o time eram os próprios jogadores. Na última partida da fase de grupos, a classificação veio na vitória por 2 a 1 contra a Nigéria. Todavia, nas oitavas de finais, os argentinos sucumbiram diante dos franceses, que foram campeões do mundo, por 4 a 2 em uma final com a Croácia. Dias depois, a AFA anunciou a rescisão de contrato com Jorge Sampaoli.

### O início em terras brasileiras: Santos

Após a decepção na seleção Argentina, Sampaoli acertou com o Santos, assinando contrato em dezembro de 2018 para comandar o Peixe por dois anos. O treinador logo caiu nas graças da torcida, que o idolatrava tanto quanto os jogadores. O argentino era uma atração à parte na cidade de Santos. Utilizava bicicleta como meio de transporte pela cidade, jogava futevôlei com os moradores locais e até recebeu “as crianças da árvore” para conhecer seu filho recém-nascido.

Vinícius Cassin, torcedor santista, afirma que nunca tinha visto algo assim no Santos. “Vejo no Atlético de Madrid, com o Diego Simeone, em que os torcedores de lá enxergam o treinador com uma paixão acima dos jogadores. E no Santos caminhava para ser assim. A torcida gostava mais dele que dos jogadores. Gostaria que o futebol brasileiro tivesse mais disso”, pontua.

Sampaoli foi uma inovação no time da baixada e no futebol brasileiro com sua alta linha defensiva, mudança constante dos jogadores de posição e um grande rodízio na equipe, praticamente sem repetir a escalação de um jogo para o outro. Os setoristas do Peixe não sabiam exatamente a formação antes das partidas pelo simples fato dos treinamentos serem fechados à imprensa.

Os treinos puxados de Sampaoli exigiam o melhor dos jogadores. Segundo Cassin, o argentino trabalhava durante toda a semana colocando na cabeça de seus comandados que precisavam ter coragem para pôr em prática suas ações. “Foi vice-campeão com um elenco que jamais as pessoas falariam que ficaria em segundo no Brasileirão”, afirma o torcedor.

O modo elétrico do treinador também influenciava nas tomadas de ações do time. “Eu vejo como um ponto positivo a energia dele ali na beirada do campo, porque passa para os jogadores a sensação de nunca abaixar a sua concentração. [...] Se ele não fosse elétrico, o time dele não seria assim”, opina o santista.

A sua saída conturbada é mais um ponto característico de sua personalidade.

Para Isabel Nascimento, colunista do Diário do Peixe, seu legado não foi positivo, pois o técnico fez inúmeras contratações desnecessárias com aval do presidente José Carlos Peres, recém afastado da gestão. “Ele não observou o time de base, aumentando o número de dívidas do clube, que já passava por problemas financeiros, e não deu importância ao futebol feminino”, aponta.

“O Santos não estava preparado para o que o Sampaoli propunha. As mentiras e os valores irrisórios, que o clube jamais poderia pagar, resultaram nas atuais dívidas, legados também do técnico”, conclui Nascimento.

Cassin também entoa o coro acerca das afirmações da colunista sobre a ingerência de Peres, o rombo que os pedidos de Sampaoli causaram ainda mais no clube e sua difícil convivência, em contraste com o seu trabalho belíssimo no futebol que, consequentemente, dava gosto de ver.



© Arquivo Pessoal

**Apresentação do técnico Jorge Sampaoli no Atlético Mineiro. O setorista Henrique André à esquerda**

### Presente: Atlético Mineiro

No início de 2020, o técnico argentino assumiu o comando do Atlético Mineiro. Nessa passagem pelo Galo, até o momento, conquistou um título estadual e realiza uma campanha competitiva na disputa pelo título do Campeonato Brasileiro. Porém, de acordo com o setorista do Galo no jornal Hoje em Dia, Henrique André, “o Atlético não é franco favorito ao título”. “Acho que faltam peças, como um jogador que seja goleador”, afirma.

Desde que começou a treinar a equipe mineira, Sampaoli implementou sua filosofia de jogo no time, que se tornou mais ofensivo em partidas dentro e fora de casa. Henrique explica que o estilo do treinador o difere de outros técnicos do Brasil. “Quando você marca lá em cima e recupera a bola no campo adversário, você cansa menos por estar mais próximo ao gol. Os treinadores brasileiros estão saindo da bolha, que é a zona de conforto, para provar que eles têm a mesma competência que os estrangeiros”, afirma.

“À exemplo do Flamengo, com a saída do Jorge Jesus, vemos que não adianta ter

um grande elenco se a postura do treinador não for adequada. O Sampaoli, ainda no Santos, com um elenco muito inferior, terminou o Brasileirão na segunda posição”, completa.

O futebol apresentado agrada os torcedores atleticanos. A admiração da torcida conquistada pelo treinador faz com que ela o proteja a qualquer custo de críticas ao seu trabalho. “Qualquer crítica realizada a ele, o torcedor não aceita. Essas discussões acontecem porque o Sampaoli está muito em alta e o atleticano não quer que ele seja contrariado. Nós [profissionais da imprensa] tentamos mostrar que é um baita treinador, porém, é passível a erros”, conta o setorista do Galo.

A exemplo do ocorrido no Santos, Sampaoli tem dificuldade em relacionar-se, seja com a imprensa ou com funcionários do clube. O técnico também costuma ser extremamente exigente com os dirigentes sobre a aquisição de reforços para composição do elenco.

“O Sampaoli tem esse perfil bem chantageista de, se não atenderem seus pedidos, ele vai embora. O Atlético assinou com ele sabendo disso. Porém, não acredito que o clube deveria ficar nas mãos dele, até porque nenhum treinador é maior do que a instituição”, pontua André. Para o setorista, um limite se faz necessário em qualquer relação.

Henrique também revela que o próprio treinador realiza ligações para entrar em contato com possíveis futuros reforços, como ocorreu com o zagueiro Bueno, que estava no Japão e foi contratado pelo Galo.

Para o jornalista, todos os times brasileiros desejam que Sampaoli comande seus jogadores em campo, mas questões financeiras devem ser planejadas para que o trabalho do argentino seja bem-sucedido.

“Ele não cria vínculo e é estritamente profissional. Aparentemente, não busca pelo o amor de ninguém e nem simpatia: apenas trabalho e resultado. Na minha opinião, atualmente, o Sampaoli é o melhor treinador do Brasil”, conclui.



© Arquivo Pessoal

**O setorista do Atlético Mineiro Henrique André no Cemitério de Elefantes, Estádio do Colón**



## Nunca fueron 30 pesos

Por Daniel Antonio Soto Pincheira, Felipe Eduardo Bahamondes Osses, Rodrigo Enrique Muñoz Farías, Renate Abigail Pinninghoff Águila e Victoria Belén Padilla Cabezas – estudiantes do Curso de Jornalismo da Universidad Austral de Chile

En 1980, plena dictadura cívico militar (1973-1990), se redactó una Constitución que durante los últimos 40 años ha definido el funcionamiento de la política, la economía y la sociedad en Chile. El objetivo de la Constitución y el rumbo de la política ha sido asegurar el modelo económico neoliberal evitando cambios sustantivos.

Lo que en otras constituciones se consideran derechos económicos y sociales, en esta, se establecieron como «libertades», determinando así que la orientación del sistema público ponga primero la libertad de ofrecer servicios por parte de los privados. Un ejemplo fue la demanda de fin al lucro en la educación el 2006, la cual tuvo respuesta tras 10 años de protestas.

Era octubre de 2019 se anunció una nueva alza al transporte público en Santiago. 30 pesos que un estudiante de secundaria evadió. Del salto a un torniquete al acuerdo constitucional, los estudiantes fueron el motor de una nueva movilización ante el descontento social que, a partir del cántico “Evadir no pagar, otra forma de luchar”, acabó sumando al resto de la población.

“La educación es un derecho, no un negocio” han gritado los estudiantes en las movilizaciones. La primera vez que se les vio en la calle fue en 2006 con la denominada revolución pingüina. La derogación de una ley surgida en la dictadura que permitía el negocio en la educación fue el impulso que tuvo la movilización para exigir una educación de calidad. En 2009 la Ley Orgánica Constitucional de Enseñanza (LOCE) fue reformada por la actual Ley General de Educación ¿Responderá a la calidad? Pasan los años y las peticiones no cambian: garantizar el derecho universal a la educación es el objetivo que vela por el reconocimiento y valoración de la diversidad, el acceso de las clases sociales, étnicas, religiosas, de género y de nacionalidad.

Esta situación va de la mano con la desigualdad económica, expresada en las pensiones de jubilación. Un artículo publicado en el diario El Mercurio el año 2000, titulaba que los “chilenos se pensionarían con el 100% de su sueldo en 2020” gracias a las Administradoras de Fondos de Pensiones de Chile (AFP). Pero vimos lo contrario. Los jubilados deben recibir bonos o demandar a las administradoras.

¿Qué falló?, Se argumentaba que el sistema de reparto estaba quebrado debido a que creaba una deuda hacia el Estado y las pensiones no eran altas. Con estos argumentos nacería, el 14 de octubre de 1980, con el Decreto de ley 3500 y de la mano del economista José Piñera, hermano del actual presidente, el sistema de las AFP.

El modelo era simple, el empleado cotizaba un cierto porcentaje de su sueldo a su administradora y esta lo invertía en la bolsa o en distintas empresas. La ley 18.137 dio inicio “al declarar y no pagar”, iniciándose las lagunas previsionales; el fondo E se implementó como protección a los trabajadores para que no tuviesen pérdidas, pero ocurrió lo contrario. Además, con los multifondos se creó el fondo A, siendo este el que

presentó más pérdidas en los últimos años. Obviamente, las AFPs no se hacen cargo ellas, sino el trabajador.

Para las Fuerzas Armadas y de Orden, en cambio, existen sistemas como la Caja de Previsión de la Defensa Nacional (Capredena) y la Dirección de Previsión de Carabineros de Chile (Dipreca), con pensiones mucho más altas. Además, los ingresos de las mujeres no solo son inferiores respecto de los hombres, sino que la edad de jubilación también difiere.

En relación a lo anterior debemos recordar que la lucha feminista no es nada nuevo ¡Cuidado el machismo mata! Los femicidios ocurren -lamentablemente- con mayor frecuencia: 412 víctimas de femicidios entre 2010 y 2019 ¿Y el sistema judicial? Antes de marzo de 2020, el femicidio sólo era considerado cuando el asesinato era realizado por quien es o ha sido el esposo, conviviente o tuviesen un hijo/a en común.

El movimiento feminista demanda una educación no sexista, igualdad de género, derecho a un trabajo estable, digno y seguro, además de mayor participación política y reformulación del delito de violación. Pues, enfrentar el acoso callejero y caminar solas por las calles, simplemente ya no es una opción. Por lo mismo, la paridad de género en el proceso constituyente sería un logro más de la lucha que las mujeres han llevado a cabo por décadas.

La discusión por una nueva constitución también abre un debate sobre la plurinacionalidad. Históricamente el pueblo mapuche ha batallado por el reconocimiento y la autonomía. Pero las políticas neoliberales facilitaron la apropiación de territorio ancestral por parte de grandes grupos económicos, quienes se apropiaron del bosque nativo ubicado en el centro-sur del país, y lo reemplazaron por monocultivo de pinos y eucaliptus.

La constitución actual no garantiza una educación ambiental, tampoco reconoce y garantiza mecanismos de protección y resguardo para quienes defienden el ecosistema, por lo que muchos activistas -en su mayoría pertenecientes a pueblos originarios- se ven desamparados. Es más, el Estado de Chile -a través de la ley antiterrorista- ha criminalizado la lucha social mapuche y deslegitimado sus demandas, poniendo el verde del dólar por encima del verde paisaje.

A esto se suma que el pasado 22 de septiembre el gobierno confirmó la decisión de no sumarse al acuerdo de Escazú, que vela por derechos como el acceso a la información, la participación pública y justicia en asuntos ambientales. El Gobierno de Piñera argumentó que el país ya cumple lo estipulado en el acuerdo.

Pese a que desde la institucionalidad se tildó a quienes se rebelaron contra el alza de 30 pesos en 2019 como grupos vandálicos, se inició así un proceso que tendrá un capítulo fundamental con el plebiscito del 25 de octubre. Se abre una ventana para que los derechos de las personas empobrecidas y endeudadas, las relaciones de género, pueblos originarios y el medio ambiente, eventualmente, tengan por primera vez un lugar en la mesa de uno de los países más neoliberales del mundo... Nunca fueron 30 pesos.